



EXERCÍCIO 1994

**Companhia Portuguesa
de Produção de Electricidade, S.A.**

RELATÓRIO DE GESTÃO

E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

1994

REESTRUTURAÇÃO DA EDP	3
MACROESTRUTURA DA EMPRESA	4
SÍNTESE DOS FACTOS MAIS RELEVANTES DO EXERCÍCIO	6
ACTIVIDADE EMPRESARIAL	9
PRODUÇÃO DO SISTEMA PRODUTOR	10
OPERACIONAMENTO E COMBUSTÍVEIS	12
ACTIVIDADE COMERCIAL	15
COOPERAÇÃO E ACTIVIDADE INTERNACIONAL	15
DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	16
DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA ELECTROROBÓTICO	16
INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	17
RECURSOS HUMANOS	18
COMUNICAÇÃO E IMAGEM	20
INSPECÇÃO E AUDITORIA	20
POLÍTICA DE QUALIDADE	20
POLÍTICA DE AMBIENTE	21
EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	29
BALANÇO ANALÍTICO EM 31.12.94	30
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31.12.94	32
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES	34
ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	34
DOCUMENTOS DE APROVAÇÃO E CERTIFICAÇÃO	53
CERTIFICAÇÃO - REDES E LONIAS	55
RELATÓRIO DE CONTAS DO CONSELHO FISCAL	57
PARTECIPANTES ALIADOS EXTERNOS	58
RELAÇÃO ÀS REUNIÕES DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS	59



REESTRUTURAÇÃO DA EDP	3
MACROESTRUTURA DA EMPRESA	4
SÚMULA DOS FACTOS MAIS RELEVANTES DO EXERCÍCIO	6
ACTIVIDADE EMPRESARIAL	9
EXPLORAÇÃO DO SISTEMA PRODUTOR	10
APROVISIONAMENTO DE COMBUSTÍVEIS	12
ACTIVIDADE COMERCIAL	15
COOPERAÇÃO E ACTIVIDADE INTERNACIONAL	15
DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	16
DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA ELECTROPRODUTOR	16
INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	17
RECURSOS HUMANOS	18
COMUNICAÇÃO E IMAGEM	20
INSPECÇÃO E AUDITORIA	20
POLÍTICA DE QUALIDADE	20
POLÍTICA DE AMBIENTE	21
EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	29
BALANÇO ANALÍTICO EM 31.12.94	30
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31.12.94	32
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES	34
ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	34
DOCUMENTOS DE APRECIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO	53
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	55
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	57
PARECER DOS AUDITORES EXTERNOS	58
EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS	59

Em 1994 o Sector Eléctrico Nacional caracterizou-se, essencialmente, pela profunda reestruturação de que foi objecto a EDP, na sequência dos decretos-lei 7/91 e 131/94 e que se traduziu na criação de catorze novas empresas, das quais seis operacionais actuando nas áreas de produção, transporte e distribuição de energia, cinco de prestações de serviços e três de produção embebida.

Estas catorze empresas, conjuntamente com as cinco anteriormente criadas, formaram um grupo de dezanove empresas sob o comando estratégico da EDP, S.A. que se assume como "Holding" do Grupo.

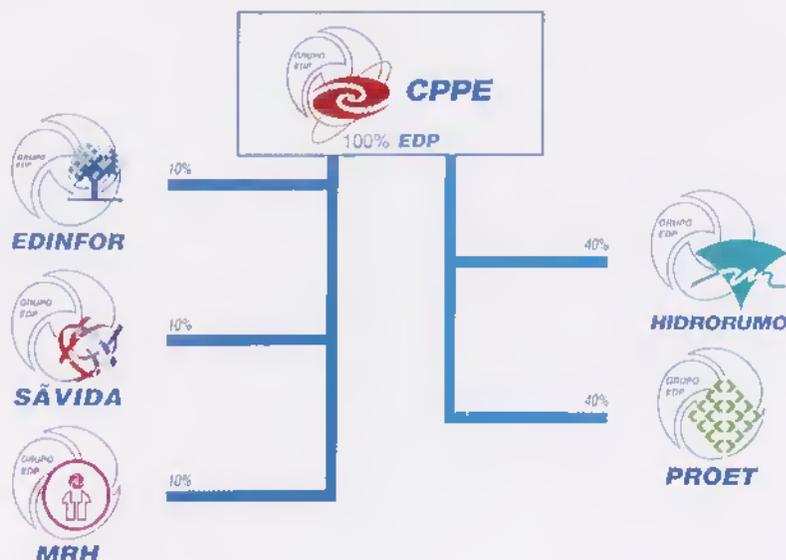
A actual estrutura do recém-criado grupo visa a obtenção de maior flexibilidade e eficiência de gestão por forma a garantir que as boas "performances" alcançadas nos anos mais recentes e os consequentes ganhos na exploração económica do Grupo continuarão a crescer e traduzir-se-ão também, em última análise, por benefícios directos para o cliente final.

É neste contexto que emerge a CPPE - Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A. cujo capital social de 246 800 mil contos está totalmente subscrito e realizado pela EDP e que detém a tota-

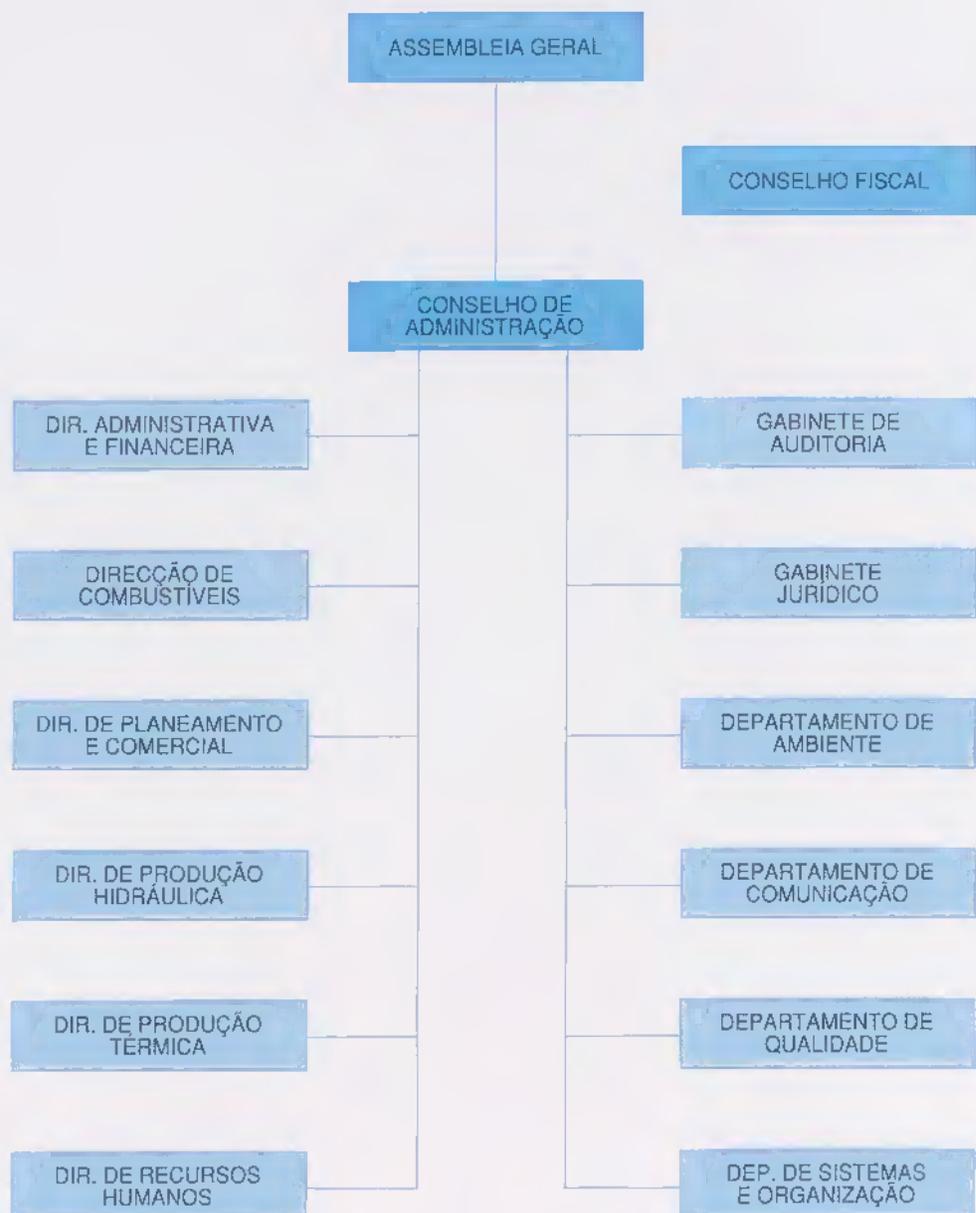
lidade das grandes Unidades de Produção de Electricidade, - Hidráulicas e Térmicas, num total de activos da ordem dos 1 070 milhões de contos, ou seja, cerca de metade do activo líquido global da EDP, donde emanou.

A escritura da constituição da CPPE ocorreu em 18 de Agosto de 1994, decorridos que eram já cerca de oito meses do Exercício do ano. Daí que, muito embora para efeitos económicos e fiscais a Companhia parta de um balanço inicial reportado a 1 de Janeiro, certo é que só a partir de 1 de Setembro é dado o arranque de facto da Empresa como unidade económica independente, dispondo de comando formalmente autónomo, traduzido na existência de Corpos Sociais próprios, nomeados aquando da sua constituição.

A CPPE, cuja missão principal consiste na produção e venda de energia sob a forma de electricidade participa, desde a sua constituição, no capital das duas empresas de Engenharia do Grupo - HIDRORUMO, (40%) e PROET, (40%), e bem assim nas Empresas de Formação - MRH, (10%), Medicina Apoiada - SÁVIDA, (10%) e de Informática - EDINFOR, (10%), numa lógica empresarial do tipo "outsourcing".



MACROESTRUTURA DA EMPRESA





MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Eng. Hernâni Martins Verdelho
Presidente

Eng. Manuel Joaquim de Oliveira
Vice-Presidente

Eng. Vasco Duarte Rodrigues
Secretário

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng. Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado
Presidente

Eng. Diogo de Sousa Almeida Luz
Vogal

Eng. Jorge Manuel Ribeirinho Soares Machado
Vogal

CONSELHO FISCAL

Eng. Rui de Arriaga Ferin Cunha
Presidente

A. Gandara & J. Monteiro
Vogal (ROC)

Dr. José de Oliveira Campos
Vogal

J. Brandão, M. Rodrigues & B. Assunção
Vogal (ROC) Suplente

Dr. André d'Orey Velasco
Vogal Suplente

1

2

3

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2 - Eng. Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado - *Presidente*

1 - Eng. Diogo de Sousa Almeida Luz - *Vogal*

3 - Eng. Jorge Manuel Ribeirinho Soares Machado - *Vogal*

SÚMULA DOS FACTOS MAIS RELEVANTES DO EXERCÍCIO



1. A Empresa apresenta neste seu primeiro exercício uma situação económica e financeira sólida.

O resultado líquido foi de 9.274 milhares de contos depois da atribuição de 764 milhares de contos como dotação extraordinária para o Fundo de Pensões e de 24.200 milhares de contos para o Fundo de Correção de Hidraulicidade.

O "cash-flow" gerado situou-se em 49 milhões de contos garantindo o autofinanciamento dos novos investimentos no montante de 20 milhões de contos.

O rácio Dívida de MLP/Capitais próprios apresenta o valor de 0,74, o que traduz um reduzido grau de risco de insolvência a médio e longo prazo. O indicador Activo/Passivo tem o valor de 1,88 o que confirma a boa situação económica da Empresa.

2. Contudo, o ano de 1994 induziu alguns impactos negativos na actividade empresarial:

- O regime hidrológico, embora mais favorável que os ocorridos nos últimos anos, caracterizou-se por aflúências inferiores em 8% às da média dos regimes;
- O recurso à importação aumentou, por força da entrada em vigor do contrato de importação com a EDF - Contrato Tripartido - com o correspondente impacto na redução da produção nacional de electricidade;
- O preço médio do carvão importado subiu 3,9% e o do fuelóleo importado subiu 22% relativamente aos correspondentes preços médios de importação do ano anterior;
- Esta acentuada subida do preço do fuelóleo tornou menos competitiva a produção na Central de Setúbal em relação à energia produzida em centrais a carvão de outras Empresas.

3. Em consequência dos factos anteriormente apontados a produção nas centrais da CPPE atingiu o valor de 25 TWh o que representa uma redução, relativamente ao ano anterior, de 3,7%, quando aquelas centrais eram ainda património da EDP, S.A. (1)

É no entanto de salientar que, mesmo assim, aquele valor corresponde a 86% do consumo total de energia eléctrica do Sistema Eléctrico de Abastecimento Público (SEP), referido à produção.

As vendas de energia eléctrica durante o exercício atingiram o valor de 197 milhões de contos.

As vendas de vapor e cinzas volantes representaram 1,2 milhões de contos, tendo as vendas totais atingido o montante de 198 milhões de contos, o que coloca a CPPE entre as maiores Empresas Nacionais.

4. Em 1994 entrou em serviço o aproveitamento do Caldeirão. O parque hidroeléctrico da CPPE ficou assim constituído por 62 grupos geradores instalados em 25 Centrais com uma potência total de 3 495 MW.

Encontra-se nesta altura em fase final de montagem e com perspectivas de entrada em serviço antes do fim do ano de 1995, um novo grupo no aproveitamento de Miranda.

O aproveitamento de Foz-Côa encontra-se ainda numa fase inicial de construção.

Concluiu-se o programa de telecomando

NOTA: (1) Existindo a CPPE apenas a partir de Agosto de 1994 e não possuindo, portanto, passado histórico, mas tendo herdado as actividades, o quadro de pessoal e o património que estavam a cargo da ex-Direcção Operacional de Produção da EDP, S.A., todas as comparações estabelecidas com anos anteriores traduzem, sempre a evolução da mesma realidade, embora sob enquadramento jurídico e empresarial diferente.

da totalidade das centrais hidroeléctricas. Assim, todas as 25 centrais hidráulicas passaram a ser telecomandadas a partir de três Centros de Telecomando com benefícios nítidos em termos de conjugação de exploração, fiabilidade, segurança e racionalização da gestão dos meios humanos em presença.

Concluiu-se também, o programa de instalação de precipitadores electrostáticos em todos os grupos da Central de Setúbal e iniciou-se idêntico programa para a Central do Carregado com a instalação de precipitadores electrostáticos no Grupo V, o que vem evidenciar com enorme clareza a grande atenção que a Empresa dispensa à redução sistemática dos impactes ambientais associados ao funcionamento das suas centrais térmicas.

5. O esforço de modernização da Empresa prosseguiu com a realização de numerosos trabalhos visando o reforço da segurança de exploração e a melhoria da qualidade de serviço e do rendimento das unidades produtoras e o desenvolvimento e consolidação de sistemas de informação específicos visando a racionalização técnica e administrativa.
6. Os últimos meses do exercício ficaram marcados, em termos organizativos, pela definição da macroestrutura da Empresa e pelo trabalho desenvolvido para a sua implementação, com vista a tornar a CPPE uma Empresa moderna, dinâmica e eficaz.



EXPLORAÇÃO DO SISTEMA PRODUTOR

Parque Electroprodutor em Exploração

Com a entrada em exploração da central do Caldeirão, em Janeiro de 1994, a produtividade média anual e a potência instalada do Parque Hidráulico da CPPE passaram a totalizar 10,5 TWh e 3 495 MW, respectivamente.

No decurso do ano não se alterou a potência instalada no Parque Térmico: 3 555 MW em 7 centrais, pelo que a potência total instalada no Parque Electroprodutor propriedade da CPPE era, no final do ano de 1994, de 7 050 MW.

Produção de Electricidade

Apesar de no conjunto do ano o consumo total do Sistema Eléctrico de Abastecimento Público (SEP) referido à Produção ter registado um acréscimo de 2,5% relativamente ao ano anterior, a produção total da CPPE não ultrapassou 25 TWh o que significa, relativamente ao ano de 1993, uma redução da ordem de 3,7%.

Tal decréscimo, que atesta o crescente impacto na actividade da CPPE da concorrência de meios de produção externos, resultou essencialmente dos seguintes factos:

- Maior recurso do Sistema à importação, reflexo, fundamentalmente, da entrada em vigor do contrato de importação com a EDF (Contrato Tripartido);
- Menor utilização da Central de Setúbal em consequência da maior competitividade das centrais a carvão;
- Acréscimo na recepção de energia proveniente de pequenos produtores independentes (+61%).

A repartição da produção pelos parques hídrico e térmico foi naturalmente condicionada pela evolução das afluências.

Assim, a produção de electricidade de origem hidroeléctrica, incluindo a produção do novo aproveitamento do Caldeirão, atingiu em 1994 o valor de 9 639 GWh, superior em 21,7% à do ano anterior.

Apesar disso, no final do ano o armazenamento nas albufeiras da CPPE situava-se no nível ainda favorável de 1 423 GWh, ou seja, 59% da capacidade total, tendo aquele valor atingido o seu pico anual em 1 de Junho, com 1 938 GWh correspondendo a 80% da capacidade total do parque hidroeléctrico.

A melhoria das condições hidrológicas conduziu, naturalmente, à redução dos consumos para bombagem, os quais atingiram apenas o valor 63 GWh.

A produção de origem termoeléctrica totalizou 15 363 GWh, valor inferior em 14,8% ao registado em 1993 mas, ainda assim, superior em 4,2% ao que corresponderia à média dos regimes.

Em consequência das condições hidrológicas mais favoráveis, a taxa de Utilização da Potência Máxima das centrais hidráulicas atingiu o valor de 29,7%, face ao de 27,6% em 1993 e a taxa de Utilização na Disponibilidade foi de 33%, também ligeiramente superior à do ano anterior (30%).

No que respeita às centrais térmicas a Utilização da Potência Máxima foi de 54,4% e a Utilização da Potência Disponível atingiu 62,7%.

As repartições anuais da produção de electricidade de origem hidroeléctrica e termoeléctrica nos últimos dois anos e a sua variação é apresentada no quadro seguinte.

PRODUÇÃO DAS CENTRAIS - GWh

	1993	1994	VARIAÇ (%)
Centros de Produção Hidroeléctrica			
Sistema Cávado - Lima	1 939	2 665	37,4
Sistema Douro	4 878	5 564	14,1
Sistema Tejo - Mondego	1 103	1 410	27,8
Parque Hidroeléctrico	7 919	9 639	21,7
Centrais Termoeléctricas			
Tapada do Outeiro	335	242	-27,6
Carregado	2 414	815	-66,2
Barreiro	400	334	-16,4
Setúbal	5 343	4 409	-17,5
Sines	9 540	9 561	0,2
Turbinas a Gás	1	1	20,6
Parque Termoeléctrico	18 032	15 363	-14,8
CPPE	25 952	25 001	-3,7

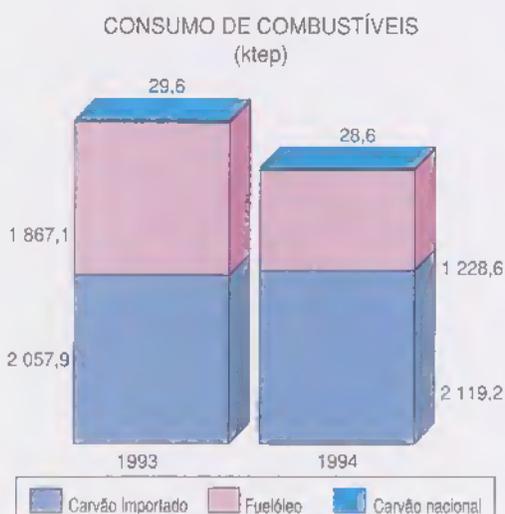
Produção de Vapor e Cinzas

Os fornecimentos de vapor para clientes industriais a partir da Central do Barreiro totalizaram 479 kt, enquanto que as vendas de cinzas volantes da Central de Sines foram de 303 kt.

Consumo de combustíveis afectos à Produção

A estrutura de consumos de combustíveis em 1994 comparativamente com a registada em 1993, traduz um reforço da predominância da utilização do carvão (63,6%) relativamente à dos combustíveis de origem petrolífera (36,4%), o qual resulta da subida acentuada do preço do fuelóleo.

Os consumos de gasóleo continuaram a não ter qualquer expressão face ao total dos consumos afectos à produção, como se pode verificar no gráfico e quadro seguintes.



CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS AFFECTOS À PRODUÇÃO

CENTRAL	1993			1994			VARIAÇÃO		
	(tec)		(tep)	(tec)		(tep)	(%)		
	CARVÃO	FUELÓLEO	GASÓLEO	CARVÃO	FUELÓLEO	GASÓLEO	CARVÃO	FUELÓL.	GASÓLEO
T. OUTEIRO	42 221	63 753	48	41 333	41 069	56	-2,1	-35,6	16,1
CARREGADO		535 115			182 606			-65,9	
BARREIRO		130 580			116 900			-10,5	
SETÚBAL		1 122 498			883 801			-21,3	
SINES	2 939 898	4 642		2 302 747	4 211	6	3,0	-9,3	250,0
ALTO MIRA			112			141			25,4
TUNES			251			409			62,5
SUB-TOT.	2 982 119	1 856 588	414	3 068 804	1 228 587	612	2,9	-33,8	47,8
TOTAIS	2 982 119	1 857 002	3 068 804	1 229 199	1 229 199	2,9	-33,8		

— Os valores mencionados no quadro incluem 42 186 e 44 961 tep de fuel consumidos na Central do Barreiro, respectivamente, em 1993 e 1994 para a produção de vapor industrial.

APROVISIONAMENTO DE COMBUSTÍVEIS

Carvão

Em 1994 assistiu-se à inflexão da tendência para a baixa dos preços que se vinha a verificar nos últimos anos no mercado internacional de carvão. Os preços começaram a subir significativamente a partir de Maio, atingindo-se no final do ano um nível de preços da ordem do verificado no início de 1991.

Um sinal claro da mudança do comportamento do mercado foi a nítida ultrapassagem dos preços de contrato de longo prazo pelos preços do mercado "spot".

A passagem de "mercado comprador" para "mercado vendedor" foi motivada fundamentalmente pela conjugação de dois factores: por um lado o reforço da procura, reflexo da retoma económica, sobretudo no sector siderúrgico japonês e também o da formação de "stocks" em resposta às perspectivas de alta dos preços; por outro lado, a sucessão de circunstâncias negativas no lado da oferta, como foram as cheias nos Estados Unidos, as greves na Austrália, os descarrilamentos na África do Sul e as elevadas precipitações na Colômbia.

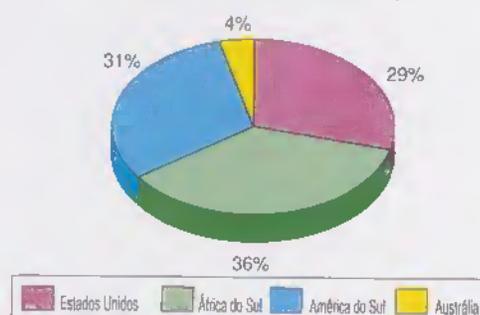
Estas duas últimas ocorrências provocaram a suspensão de fornecimentos programados para o final do ano o que, associado ao baixo nível de "stock" na central de Sines no último trimestre, obrigou à aquisição de emergência de cargas "spot" no mercado norte-americano. Em 1994 a aquisição de 3 272 kilotoneladas de carvão para Sines processou-se na sua maior parte (82%) sob o regime de contratos de longo prazo, garantindo a cobertura das necessidades em ano húmido, sendo o remanescente adquirido no mercado de curto prazo.

O custo médio do carvão em 1994, CIF Sines, foi de 43,52 USD/tec em 1994, contra 43,01 USD/tec no ano anterior. Em termos monetários nacionais (PTE), estes valores foram 7 200\$00 e 6 930\$00, respectivamente,

correspondendo a um acréscimo de 3,9%. De assinalar, em 1994, a diversificação do cabaz de carvão à Venezuela e à Austrália, passando a CPPE a operar em quatro mercados distintos, cuja repartição em 1994 foi de: 29,3% nos Estados Unidos, 35,2% na África do Sul, 31,2% na América do Sul e 4,3% na Austrália.

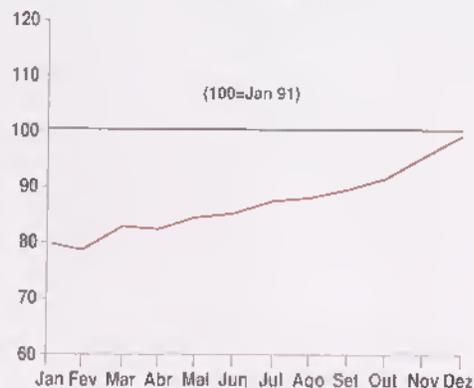
No que se refere à qualidade dos carvões adquiridos, continuou-se a privilegiar aque-

REPARTIÇÃO DAS COMPRAS POR MERCADOS DE CARVÃO



les que potenciam as boas performances energéticas e ambientais da Central de Sines, quer quando queimados puros, quer em misturas predeterminadas - "blending". Com papel relevante neste último caso estão os carvões venezuelanos (de elevado teor calórico) e alguns carvões norte-americanos (de alto teor de enxofre e elevado teor calórico).

MERCADO CARVÃO IMPORTADO
Índice MICS



*MICS - Índice de referência do Financial Times.

Fuelóleo

O mercado internacional do fuelóleo caracterizou-se, em 1994, pela grande volatilidade dos preços, quer em resultado da instabilidade dos preços dos crudes, quer em função das políticas de refinação ao longo do ano.

No início do ano, o Brent e o Dubai estavam, respectivamente, a 13 e a 12 dólares por barril. Em Agosto atingiu-se o pico, com o Brent a 19 dólares e o Dubai a 17,5 dólares por barril. Neste período, o fuelóleo de 3,5% de enxofre subiu de cerca de 60 para 96 dólares por tonelada.

No final do ano, verificou-se nova subida dos preços do fuelóleo, que se situaram um pouco acima dos 100 dólares por tonelada, fundamentalmente devido à escassez induzida pela elevada quota de refinação de produtos brancos.

Em resultado das condições de exploração do sistema electroprodutor em 1994, as aquisições de fuelóleo diminuíram 34% relativamente ao ano anterior, situando-se em 1 290 kilotoneladas.

O preço médio anual do fuelóleo importado, colocado na central, foi da ordem dos 14,7 contos por tonelada, quando no ano anterior havia sido de 11,9 contos por tonelada. Isto corresponde a um acréscimo de cerca de 22%, tendo em consideração o efeito cambial.

FUELÓLEO - 1994



CIFNWE - CIF base ARA: Amesterdão / Roterdão / Antuérpia
 CIFMED - CIF base Itália: Génova

Transporte Marítimo

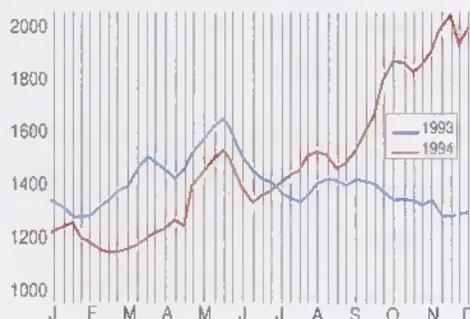
O mercado de transporte marítimo de carvão continuou deprimido no primeiro semestre de 1994, motivando um elevado nível de demolição de navios. Na segunda metade do ano assistiu-se a uma forte subida, alicerçada na retoma da economia e num aumento significativo dos movimentos de minério de ferro e de carvão, tendo os níveis dos fretes no mercado de ocasião ultrapassado largamente as taxas dos contratos a prazo.

Foi renegociado com a Portline - Transportes Marítimos Internacionais, S.A. com efeitos desde o início de 1994, o contrato a prazo de transporte de carvão, com manutenção das condições gerais de transporte e diminuição das taxas de frete em 7%. Ainda com a mesma Empresa, foi celebrado um novo contrato de transporte marítimo, para um adicional de 600 000 t/ano e com um prazo de 5 anos, sendo as taxas de frete indexadas ao mercado de ocasião.

Em 1994, 58% do transporte do carvão foi efectuado utilizando contratos a prazo a preço fixo e 42% a preços do mercado de ocasião. Apesar da redução do preço médio do transporte por contrato a prazo, obtido por renegociação das taxas de frete com um dos transportadores, a forte subida do mercado de ocasião levou a que o preço médio global do transporte marítimo de carvão fosse de 7,45 USD/tm, contra 7,16 USD/tm em 1993.

TRANSPORTE MARÍTIMO DE GRANÉIS SECOS

"Baltic Freight Index 1992 - 1994"



Qualidade de Serviço

Disponibilidade

A obtenção de bons indicadores de desempenho das centrais, representa, de forma inequívoca, o resultado do desenvolvimento de acções conducentes à optimização das condições de exploração.

No ano em análise as centrais da CPPE continuaram a registar uma alta taxa de disponibilidade - 89,0% - embora ligeiramente inferior à que se observou em 1993 (89,2%), mas que se situa dentro dos mais elevados padrões apresentados pelas companhias congéneres de outros países.

A taxa de disponibilidade das centrais hidráulicas situou-se em 91,2%, valor um pouco inferior ao verificado no ano anterior (91,6%). Tal ficou a dever-se a um aumento da manutenção programada, dado que a taxa de indisponibilidade fortuita, pelo contrário, desceu de 0,5% em 1993 para 0,2% em 1994.

No que se refere às centrais térmicas, a taxa de disponibilidade foi de 87,8%, o que representa um aumento de 0,5% relativamente ao valor verificado em 1993, sendo de notar que a taxa de indisponibilidade fortuita desceu de 2,9% em 1993 para 1,5% em 1994.



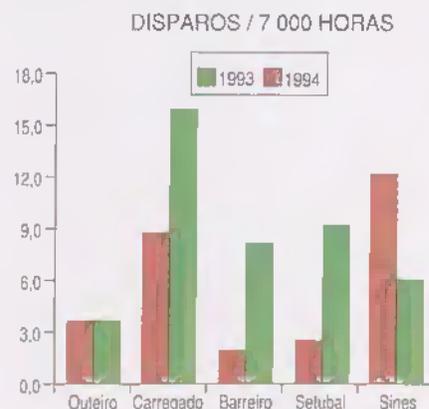
Fiabilidade

O conjunto das centrais hidroeléctricas continua a apresentar um valor excepcionalmente elevado (98,1%) para a taxa de sucesso nas manobras de mudança de estado - que é o indicador aconselhado para analisar a fiabilidade daqueles centros produtores - verificando-se um ligeiro decréscimo relativamente ao valor registado em 1993 (98,4%).

No parque termoeléctrico é usual considerar, como indicador de fiabilidade importante, o número de disparos por 7 000 horas, embora este esteja muito dependente do regime de funcionamento a que os grupos são sujeitos.

O quadro seguinte mostra a comparação entre os valores obtidos em 1993 e 1994, verificando-se que nas centrais do Carregado, Barreiro e Setúbal se registaram agravamentos deste indicador.

As causas principais foram na Central de Setúbal: defeito num pára-raios de um transformador de excitação; na Central do Barreiro: anomalias no circuito de comando da turbina; e na Central do Carregado, para além do regime de funcionamento imposto aos grupos, o estado actual dos equipamentos de controlo e regulação dificulta a eliminação sistemática das causas de disparo, carecendo aí de um importante esforço de renovação.



ACTIVIDADE COMERCIAL

Vendas de Electricidade

No âmbito do processo de reestruturação da EDP, concluiu-se já no final de 1994 a definição do clausulado base dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE) a estabelecer para cada central entre a Rede Eléctrica Nacional, S.A. (REN) e a CPPE, que irão regular as relações técnico-comerciais futuras entre as duas empresas.

Na mesma data, estavam igualmente acordados os principais parâmetros técnico-económicos a considerar para cada central, ressalvando-se, contudo, a possibilidade de poderem vir ainda a ocorrer pequenos ajustes que a experiência de 1995 venha a aconselhar.

Em simultâneo participou-se no desenvolvimento do Sistema de Informação do Mercado de Energia - Projecto SIME - que constituirá um meio privilegiado e indispensável ao relacionamento comercial dentro do Sistema Eléctrico de Abastecimento Público (SEP), em geral, e entre a REN e a CPPE em particular, estando prevista a sua entrada em serviço pleno em todas as centrais térmicas em meados de 1995.

No que se refere às centrais hidráulicas a sua utilização plena está dependente da instalação dos sistemas de telecontagem que se deverá prolongar por todo o ano de 1995.

Decorreram entretanto negociações com a REN para aplicação provisória dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE) com mecanismos mais simplificados e expeditos, por forma a garantir a facturação desde o início do ano de 1995 de acordo com os contratos.

As vendas de energia atingiram o valor de 197 milhões de contos.

Vendas de Cinzas e Vapor

Cinzas

Durante o ano de 1994 a empresa forneceu a diversos clientes um total de 302 938,9 toneladas de cinzas, oriundas da Central de Sines, a que correspondeu um valor de 548,7 mil contos. Estes valores reflectem uma média de 1,8 contos por tonelada .

Durante este exercício comercializaram-se, também, cinzas provenientes da Central da Tapada do Outeiro, embora sem qualquer expressão.

Vapor

O valor da facturação do vapor foi, neste exercício económico, de 605 mil contos. As quantidades de vapor efectivamente fornecidas foram as seguintes:

<i>Características do vapor:</i>	Toneladas
Pressão de 5,5 bar	218 222
Pressão de 20 bar	261 117
TOTAL	479 339

COOPERAÇÃO E ACTIVIDADE INTERNACIONAL

A CPPE manteve, como um dos seus objectivos importantes, o desenvolvimento de actividades de cooperação internacional, isoladamente ou em parceria com a Internel e outras Empresas do Grupo EDP.

Essa actividade internacional permitiu, consoante as circunstâncias:

- Oferecer apoio técnico aos cooperadores e usufruir da experiência e prestígio destas acções;
- Manter uma permanente troca de informações e experiências proporcionando um acompanhamento recíproco e actualizado das inovações tecnológicas e operacionais, da evolução dos recursos e dos meios de gestão e das pressões do meio envolvente;
- Afirmar o prestígio da Empresa e dos

seus quadros pela qualidade dos seus representantes e do seu contributo.

Merecem referência as acções de formação, em colaboração com a Internet, que técnicos da CPPE desenvolveram nos domínios da informática e dos aprovisionamentos em Angola, Cabo Verde e Moçambique.

A Central de Sines em conjunto com centrais dinamarquesas e irlandesas participou num projecto integrado no Programa Force visando modificações comportamentais que permitam o desenvolvimento de actividades polyvalentes e o trabalho em grupo, no seio de uma equipa de turnos.

A CPPE continua, também, a dar uma participação empenhada nos vários grupos de trabalho especializados em que está representada, criados no âmbito das Organizações Internacionais em que as Empresas de Electricidade estão associadas: UCPT (União para a Coordenação da Produção e do Transporte de Electricidade), IESOE (Interligação Eléctrica do Sudoeste da Europa), UNIPEDE (União Internacional de Produtores e Distribuidores de Energia Eléctrica) e ECOBA (Associação Europeia para o uso dos subprodutos da queima de carvão em centrais térmicas).

A CPPE participa, em representação da Direcção Geral de Energia (DGE), no organismo da OCDE "Coal Industry Advisory Board" por ser o maior importador nacional de carvão.

DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Prosseguiu o desenvolvimento e consolidação dos Sistemas de Informação da Empresa, numa perspectiva de modernização e racionalização técnica e administrativa destacando-se como resultados mais

relevantes os seguintes:

- O GIM - Sistema de Gestão Integrada da Manutenção alargou a sua cobertura à globalidade dos Centros de Produção Hidroeléctricos e das Centrais Termoeléctricas;
- O SISTER - Sistema Infornático de Suporte à exploração da Produção Térmica viu concluída a 1ª fase de desenvolvimento, entrando em serviço experimental no último trimestre do ano;
- A aplicação GPinfo, respeitante a dados hidroológicos e energéticos e ao planeamento e execução de indisponibilidades no âmbito das centrais hidráulicas entrou em serviço efectivo em todos os Centros de Produção;
- Prosseguiu o programa de automatização da recolha de dados de observação de estruturas das barragens.

DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA ELECTROPRODUTOR

Central do Caldeirão

O grupo da Central do Caldeirão com 32 MW de potência efectuou o primeiro paralelo em 20 de Janeiro e entrou em exploração semi-industrial no dia seguinte.

Esta central integra-se num aproveitamento de fins múltiplos, situado na Ribeira do Caldeirão, a poucos quilómetros da cidade da Guarda.

A obra, cujo custo ascendeu a cerca de 16 milhões de contos, a preços de 1994, iniciou-se em 1986 e tem potencialidades tão diversas como a produção, em ano médio, de 46 GWh, o abastecimento de 1 milhão de m³ de água por ano à cidade e concelho da Guarda (evoluindo gradualmente até 7 milhões no ano 2030), o desenvolvimento de actividades turísticas, desportivas e de recreio, bem como o apoio ao combate aos incêndios florestais.

Centros Produtores em Construção

No final do ano encontravam-se em construção os empreendimentos hidroeléctricos de Miranda II e Foz Côa com as características indicadas no quadro abaixo, que conjuntamente representam 358 MW de potência a instalar e de 553 GWh de produtividade média anual esperada.

Assinalam-se de seguida os desenvolvimentos mais significativos registados no âmbito destes dois empreendimentos:

Miranda

Prosseguiram os trabalhos da empreitada principal de engenharia civil, bem como os fornecimentos e montagens dos equipamentos hidromecânicos e electromecânicos, tendo-se iniciado a montagem da turbina, do estator e do rotor do alternador;

Foz Côa

Concluíram-se os trabalhos relativos às escavações prévias e acessos à barragem e às instalações da obra. Procedeu-se às adjudicações da empreitada principal de engenharia civil e do fornecimento e montagem do equipamento hidromecânico dos órgãos de descarga da barragem, tendo-se,

ainda, acompanhado os trabalhos em curso, no âmbito do Plano Arqueológico do Côa.

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Estudos e Projectos

Durante 1994 desenvolveram-se ou concretizaram-se os seguintes estudos e projectos:

- Regulação automática do nível das albufeiras dos aproveitamentos da Régua, Carrapatelo, Crestuma-Lever e Torrão;
- Reabilitação dos grupos 3 e 4 da Central do Carregado;
- Remodelação do Sistema de Queima dos grupos 1 e 2 da Central de Setúbal.

Além destas actividades, a CPPE continuou a assegurar a sua participação em projectos comunitários, inseridos nos programas Brite-Euram, Sprint e Priam, só ou em estreita colaboração com outras empresas do grupo, líderes desses projectos.

Em ligação directa com entidades nacionais como o INETI, o INESC e o IST são de referir os seguintes projectos em que participamos:

- Análise vibratória de caldeiras de potência;
- Caracterização dos "sprays" de fuelóleo;
- Estudo de fenómenos de corrosão em circuitos de refrigeração de centrais;
- Estudo do escoamento do ar em queimadores de fuelóleo;
- Estudo de um sistema de detecção de anomalias no circuito de alimentação de óleo combustível;

CENTROS PRODUTORES EM CONSTRUÇÃO

Empreendimento	MIRANDA II (b)	FOZ CÔA
Curso de Água	Douro	Côa
Tipo de Aproveitamento	Fio de Água	Albufeira
Data Prevista para a Entrada em Exploração	1995	1999
Número de Grupos	1	2
Potência (MW) (a)	193	144
Fase de Construção	Final	Inicial
Produtibilidade Média Anual (GWh)	223	330 (c)

a) - Potência total nos veios das turbinas sob a queda de dimensionamento;

b) - Retorço de potência. As características indicadas referem-se aos novos grupos;

c) - Incluindo a contribuição de bombagem.

Estudo de sistema visando o desenvolvimento de controladores preditivos/adaptativos para melhoria do desempenho da cadeia de regulação de nível do barrilete de uma caldeira de potência.

RECURSOS HUMANOS

De acordo com a política estabelecida, prosseguiu o esforço que tem vindo a ser desenvolvido com o objectivo de reajustar quanti-

tativa e qualitativamente os recursos humanos às necessidades e evolução da Empresa.

Evolução dos Efectivos

Da análise da evolução dos últimos três anos verifica-se uma redução sistemática dos efectivos, no sentido de um mais correcto aproveitamento dos Recursos Humanos da Empresa.

EVOLUÇÃO DE EFECTIVOS 1991 - 1994

	1991	1992	1993	1994			94-12-31	94/93 (%)
				Entradas	Saídas	Saldos		
Quadro Permanente	2 663	2 436	2 277	27	76	-49	2 228	-2,2
Contrato a Termo	52	12	19	6	9	-3	16	-15,8
TOTAL	2 715	2 448	2 296	33	85	-52	2 244	-2,3

NÚMERO DE TRABALHADORES POR CARGO DE DIRECÇÃO/CHÉFIAS SUPERIORES E CATEGORIA PROFISSIONAL

Categoria Profissional	1991		1992		1993		1994	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Directores/Chéfias Superiores	21	0,8	25	1,0	28	1,2	37	1,6
Quadros Superiores	305	11,2	304	12,4	281	12,2	277	12,3
Quadros Médios	141	5,2	125	5,1	114	5,0	134	6,0
Chéfias Intermédias	138	5,1	132	5,4	174	7,6	-	-
Chéfias de Secção	-	-	-	-	-	-	28	1,2
Profissionais Altamente Qualificados	502	18,5	486	19,9	419	18,2	625	27,9
Profissionais Qualificados	829	30,5	748	30,5	704	30,7	659	29,4
Profissionais Semi-Qualificados	610	22,5	516	21,1	483	21,0	423	18,9
Profissionais não Qualificados	169	6,2	112	4,6	93	4,1	61	2,7
TOTAL	2 715	100,0	2 448	100,0	2 296	100,0	2 244	100,0

ESTRUTURA ETÁRIA POR SEXO

Grupo Etário (anos)	1994			Estrutura (%)			
	Homens	Mulheres	TOTAL	1991	1992	1993	1994
< 25	12	2	14				
26 a 30	43	8	51				
31 a 35	253	40	293				
				29,9	27,2	21,1	16,0
36 a 40	520	95	615				
41 a 45	455	70	525				
				37,5	42,9	47,7	50,8
46 a 50	281	41	322				
51 a 55	265	14	279				
56 a 60	120	7	127				
> 61	17	1	18				
				32,6	29,9	31,2	33,2
TOTAL	1 966	278	2 244	100,0	100,0	100,0	100,0

A redução atingida em 1994 foi de 52 trabalhadores, como mostra o quadro anterior, que apresenta também a sua distribuição por níveis de qualificação.

Da análise dos valores apresentados no quadro "Trabalhadores por estrutura etária" verifica-se uma redução significativa na população com menos de 35 anos e um ligeiro aumento na população situada acima desta idade.

Verifica-se também que cerca de 50% dos trabalhadores se situam na faixa dos 36 aos 45 anos. Os escalões dos 46 a 50 e dos 31 a 35 anos surgem logo a seguir.

Formação

O esforço realizado na formação dos nossos recursos humanos da Empresa visou adequar o desempenho profissional às alterações tecnológicas, administrativas e organizacionais que vão sendo introduzidas.

O número de acções de formação e a sua distribuição por grupos profissionais, bem como a comparação com o ano anterior, estão representadas no quadro seguinte.

O volume de formação foi de 9 150,5 dias, valor inferior em 14% ao verificado em 1993 (10 663,5 dias).

O número de participantes que frequentaram as diversas acções de formação profissional foi de 1 346, o que comparado com o ano transacto representa um acréscimo de 2,9%.

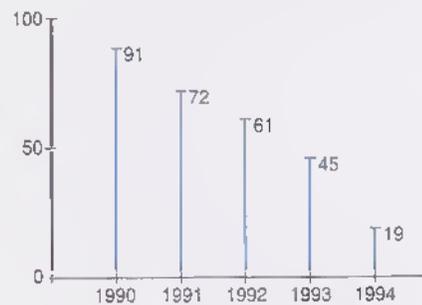
Ainda tendo em conta o número de acções de formação profissional ministradas em 1994, deve-se destacar o número das realizadas na área da informática (107), o que

traduz bem o valor estratégico que a CPPE atribuí a esta área.

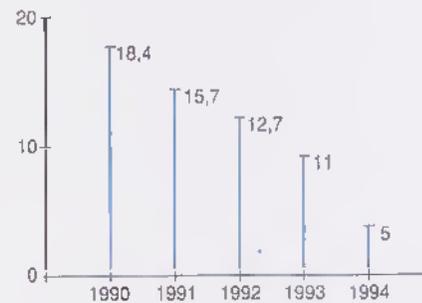
Prevenção e Segurança

O ano de 1994 caracterizou-se por uma redução notável da sinistralidade, como atestam os quadros seguintes.

EVOLUÇÃO DO N.º DE ACIDENTES DE TRABALHO C/INCAPACIDADE



EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE FREQUÊNCIA



Esta evolução favorável é o resultado de um esforço porfiado de prevenção que tem sido desenvolvido nos últimos anos.

NÚMERO DE ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

	1993		1994		VAR (%) (94/93)
	NÚMERO	%	NÚMERO	%	
QUADROS SUPERIORES	179	52,0	114	39,0	-36,3
QUADROS MÉDIOS	18	5,2	16	5,5	-11,1
CHEFIAS INTERMÉDIAS	14	4,1	5	1,7	-64,3
PROFISSIONAIS INDUSTRIAIS	61	17,7	81	27,8	32,8
PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS	72	21,0	76	26,0	-5,5
TOTAL DE ACÇÕES DE FORMAÇÃO	344	100,0	292	100,0	-15,1

Em 1994 essas acções preventivas centraram-se fundamentalmente em:

- a) continuação das acções iniciadas em anos anteriores relacionadas com a protecção contra o ruído, uso de "écrans" de visualização e prevenção rodoviária;
- b) aumento para 29 do número de auditorias efectuadas;
- c) melhoria dos Planos de Emergência Internos, com revisão dos planos de actualização e realização de simulacros e treinos, envolvendo dezenas de trabalhadores;
- d) realização de mais de 40 acções de formação, envolvendo cerca de 600 trabalhadores, incidindo sobre combate a incêndios, riscos eléctricos e protecção das vias respiratórias.

COMUNICAÇÃO E IMAGEM

A criação do Departamento de Comunicação na CPPE, veio autonomizar a política de informação e comunicação da Empresa, sem contudo se perderem de vista as iniciativas definidas centralmente.

O Departamento tem como objectivo fundamental a gestão da Imagem da Empresa, proporcionando condições para que se estabeleça, entre todos os interlocutores da CPPE, uma comunicação positiva e um clima de bom relacionamento e de boa vizinhança.

Em 1994, iniciaram-se entre outras as seguintes acções, consideradas como prioritárias:

- Implementação da Política de Comunicação da CPPE, criando condições para a consolidação de um clima de bom relacionamento com todos os interlocutores da Empresa, desde os Órgãos de Comunicação Social à comunidade envolvente;
- Implementação de acções que evidenciem que a CPPE é uma Empresa preocupada com os valores económicos, sociais, cultu-

rais e ambientais do País e das regiões onde exerce a sua actividade;

- Criação e implementação de suportes de comunicação para toda a Empresa, que permitam construir de uma forma homogénea a imagem da CPPE;
- Realização das alterações necessárias nos suportes de comunicação interna da CPPE, por forma a proporcionar uma maior aproximação entre todos os Trabalhadores e contribuir para a consolidação da cultura de Empresa.

INSPECÇÃO E AUDITORIA

Com o objectivo de analisar e rever a conformidade dos procedimentos e a fiabilidade da informação, foram desenvolvidas acções de auditoria, conduzidas pelos departamentos especializados da EDP, S.A. e da própria Empresa, que incidiram, basicamente, sobre o funcionamento de Tesourarias e de Armazéns, sobre o controlo de combustíveis em parque, e sobre a circularização de saldos de fornecedores e contratação de serviços de transporte.

As recomendações formuladas foram planificadas em termos de implementação e seguimento.

POLÍTICA DE QUALIDADE

Durante o ano de 1994, a Qualidade foi assumida como uma das áreas estratégicas da Empresa com vista à melhoria dos seus resultados globais e da sua competitividade face ao mercado crescentemente concorrencial em que se insere. Tornou-se, portanto, necessário implementar um programa de acções que conduzisse de forma gradual e sustentada, à aplicação dos princípios e das práticas da Qualidade, a todas as áreas e níveis da Empresa.

Em 1994 começou-se por centrar as acções essencialmente na área da Formação e da Sensibilização. Nestes termos, merecem destaque as seguintes acções:

a) A participação de técnicos da CPPE no 38º Congresso Anual da European Organisation for Quality (EOQ) que se realizou em Lisboa;

b) A realização de acções de formação nos domínios da "Auditoria da Qualidade" e da "Garantia da Qualidade", para Quadros, integradas no Plano de Formação da Produção Térmica;

c) A realização, com o apoio e no âmbito das actividades da Direcção Central da Qualidade da EDP, S.A., de uma acção de formação sobre a filosofia e princípios da Gestão pela Qualidade Total, denominada "Auto-avaliação/auto-diagnóstico da Qualidade - metodologia do Prémio de Excelência do Sistema Português da Qualidade", que contou com a participação de toda a Macroestrutura da CPPE.

Com vista a enquadrar as acções a desenvolver no futuro, definiu-se a estrutura e as actividades principais do Departamento da Qualidade bem como a sua relação com os restantes Departamentos e Direcções da CPPE.

POLÍTICA DE AMBIENTE

Os princípios básicos da Política de Ambiente da CPPE, definidos em consonância, com as orientações estabelecidas ao nível do Grupo EDP, determinam uma atitude activa e socialmente empenhada na protecção e salvaguarda dos valores e critérios ambientais, internalizando a consciência ambiental como suporte para a actuação técnica e a gestão empresarial.

A concretização da Política de Ambiente tem sido traduzida num conjunto de actuações que visam a consolidação de um desempenho ambiental cada vez mais exi-

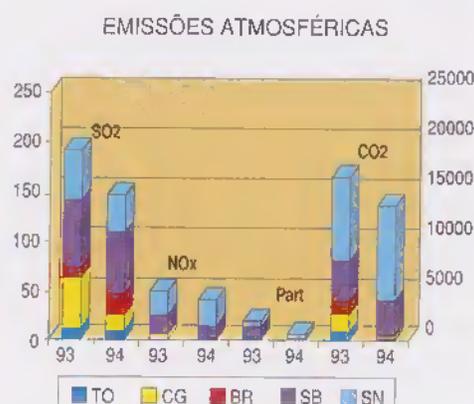
gente, baseado na definição e cumprimento voluntário de objectivos específicos e contemplando, nomeadamente, o desenvolvimento e aplicação de medidas de redução dos factores de impacte ambiental, o controlo e monitorização dos parâmetros de qualidade do ambiente envolvente das nossas instalações, a valorização e reutilização de resíduos e efluentes, a limitação no uso de equipamentos ou produtos nocivos, os estudos de avaliação dos efeitos da actividade da empresa no ambiente e o desenvolvimento de medidas visando um melhor aproveitamento dos recursos naturais e energéticos.

Durante o ano de 1994 desenvolveu-se um conjunto de acções, visando a redução e controlo dos impactes atmosféricos, de que se destacam:

- Controlo em contínuo das emissões atmosféricas de todas as centrais térmicas, com instalação de equipamento de medida dos principais poluentes (SO_2 , NO_x e partículas);
- Redução da emissão de partículas nas centrais a fuelóleo, através da instalação de precipitadores electrostáticos e medidas de optimização da combustão;
- Desenvolvimento da base de dados central de ambiente "AR_VERDE";
- Conclusão do processo de reformulação das redes de monitorização da Qualidade do Ar nas zonas de influência das centrais;
- Aquisição do Laboratório Móvel de medida da Qualidade do Ambiente;
- Preparação, na Central de Sines, de um parque para deposição de resíduos sólidos industriais.

Os valores das emissões atmosféricas no ano em análise apresentaram-se inferiores aos do ano anterior, devido fundamentalmente à menor utilização das centrais térmicas. A Central de Sines foi a que maior contribuição teve para a produção de energia eléctrica e consequentemente para a

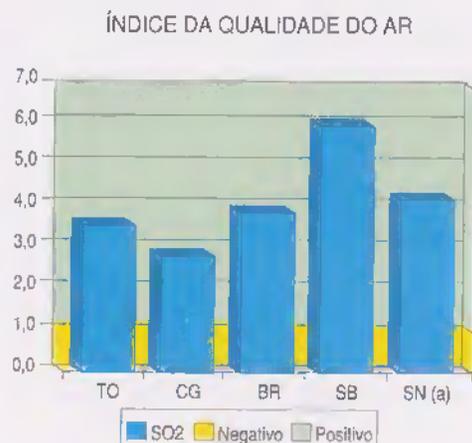
emissão de CO_2 e NO_x , enquanto que a Central de Setúbal apresentou a maior contribuição para a emissão de SO_2 e



partículas.

O índice de qualidade do ar, que relaciona o valor limite da concentração de SO_2 e o valor equivalente mais elevado observado nos postos de medida, apresentou em 1994 valores favoráveis (superiores à unidade) em todas as centrais.

Os valores obtidos para este índice permitem considerar que o impacto atmosférico se situou em níveis socialmente aceitáveis nas



(a) Valor determinado por entidade exterior à EDP.

zonas de influência das centrais térmicas. No que se refere aos impactes aquáticos e gestão de recursos hídricos, durante o ano

em análise e à semelhança dos anos anteriores, foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Avaliação das condições de funcionamento da nova Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) na Central da Tapada do Outeiro e desenvolvimento de projectos de reformulação nas restantes centrais térmicas;
- Campanhas sazonais de recolha e análise físico-química de amostras de água das principais albufeiras, especialmente nas que são utilizadas como fontes de abastecimento público;
- Exploração dos aproveitamentos hidroeléctricos visando a minimização dos impactes aquáticos, provocados principalmente, por outras actividades humanas localizadas a jusante, destacando-se:
 - Assegurar os caudais ecológicos nas barragens de Alto Rabagão, Vilarinho das Furnas, Vilar e Fronhas respectivamente dos rios Rabagão, Homem, Távora e Alva;
 - Assegurar os caudais médios diários no rio Lima que contrariaram o efeito das marés vivas sobre a salinidade dos solos agrícolas e sobre a salinidade da água junto às captações de indústrias a jusante e entrada em serviço do elevador de peixes no aproveitamento do Touvedo;
 - Instalação nas barragens de Fronhas e do Caldeirão de dispositivos para captação de água para o caudal ecológico em zona não eutrofizada.

EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Envolvente macroeconómica

Em 1994, a evolução da economia nacional foi marcada pelo início do processo de retoma tendo o crescimento do PIB atingido, no final do ano, cerca de 1%, cumprindo-se assim as expectativas de crescimento do final de 1993.

Tal como aconteceu na maioria dos países

da Europa, a *procura externa* constituiu o principal motor desta recuperação, tendo os seus efeitos, na *procura interna*, feito sentir-se apenas no decurso do segundo semestre do ano.

O *investimento* estagnou, (crescimento de cerca de 0,1%), tendo, no entanto, dado sinais de algum dinamismo já no final do ano, em especial, nos sectores da construção e dos transportes.

A esta estagnação, também não foi alheia a moderação significativa verificada no investimento público, conseqüente de uma transferência, inferior ao previsto de fundos comunitários.

O crescimento do *consumo público* não foi além dos 0,75%, enquanto o crescimento do *consumo privado global*, por força da forte recuperação do turismo, rondou os 0,5%.

A *taxa de desemprego* depois de ter tido um agravamento, de 6,2% para 6,8%, entre o 4º trimestre de 1993 e o 1º trimestre de 1994, manteve-se praticamente inalterada até final do ano.

A moderação da procura, aliada à política cambial de taxas de câmbio estáveis, assente numa política monetária de taxas de juro altas para manter aquela estabilidade cambial, contribuiu para a continuação da trajectória descendente da *inflação* que, em termos médios, no final de 1994, se situou em 5,2%.

A nível nacional, a *procura de electricidade* cresceu cerca de 3%.

Em termos hidrológicos, o ano de 1994, sendo menos seco que o ano anterior, não foi ainda um ano de pluviosidade normal, fixando-se em valores cerca de 8% inferiores à média. Isto implicou custos acrescidos, por maior recurso a utilização das centrais térmicas.

Durante o ano verificou-se um agravamento no preço dos combustíveis, (carvão, 3,9% e fuel, 22%), reflexo do aumento da procura global, induzida, essencialmente, pela recu-

peração económica, que se faz hoje sentir a nível mundial, com a retoma já bem evidenciada no decurso do ano de 1994.

"Performance Empresarial"

Com esta envolvente a Empresa apresenta, ao cabo do seu primeiro exercício, um *Resultado Líquido de 9 274 milhares de contos*, depois de complementar em 764 milhares de contos a *Dotação Extraordinária para o Fundo de Pensões* e dotar de 24 200 milhares de contos o *Fundo de Correção de Hidraulicidade* (ver Nota 48.f do Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados), mantendo, assim, a tendência positiva que vinha sendo observada nos últimos anos nos resultados da EDP, SA.

As *vendas* atingiram 198 340 milhares de contos, provenientes, quase exclusivamente, da venda de energia eléctrica à REN.

O "*cash-flow*" gerado situou-se em 49 271 milhares de contos, garantindo o autofinanciamento total dos novos Investimento e permitindo, ainda, uma redução substancial da Dívida que foi alocada à Empresa, aquando da sua constituição.

Durante o exercício a Empresa consolidou a sua solidez económica e financeira, como se pode constatar da análise das suas demonstrações financeiras, insertas neste relatório.

Função Financeira

A data da criação da CPPE implicou que, nos primeiros oito meses de 1994, a sua gestão se tenha processado sobre a égide da EDP,SA no contexto duma actividade operacional assente na organização da Direcção de Produção, que lhe deu origem.

Desta forma, justificam-se os ajustamentos que foi necessário fazer nas contas da Empresa e se entendem, também, as poucas alterações sofridas nos procedimentos e na gestão das áreas até então centralizadas.

SERVIÇO DA DÍVIDA - Evolução em 1994

1994	DÍVIDA		ENCARGOS FINANCEIROS		
	REEMBOLSOS	SALDO	JUROS	DIF. CÂMBIO	TOTAL
01/JAN		530 607,4			
31/AGO	42 468,0	488 139,5	33 869,7	- 1 583,3	32 286,4
30/SET	6 151,0	481 988,4	3 094,5	845,2	3 939,7
31/OUT	8 939,3	473 049,1	3 774,4	- 444,1	3 380,3
30/NOV	2 086,5	470 962,6	4 920,5	- 88,8	4 831,7
31/DEZ	4 782,1	466 180,5	3 951,2	292,3	4 243,5
TOTAL	64 426,9		49 610,3	- 978,7	48 631,6
% variação	12,14%				

A Dívida de 530 607,4 milhares de contos atribuída à CPPE foi amortizada durante o ano de 1994 no montante de 64 426,9 milhares de contos, atingindo no final do Exercício 466 180,5 milhares de contos, o que traduz um decréscimo superior a 12% relativamente ao valor inicialmente alocado à Empresa.

Os encargos financeiros inerentes à dívida, - juros e diferenças de câmbio – atingiram o valor de 48 631,6 milhares de contos, como consta do quadro anterior.

No final do exercício a decomposição da Dívida, em termos de prazo de vencimento, era a seguinte:

- Curto Prazo (*) 102 233,9 milhares de contos;
- Médio e Longo Prazos 363 946,6 milhares de contos.

(*) - Dívida de ML Prazos vencida a curto prazo

Investimento

Durante o exercício foi dada continuidade à execução do plano de investimentos aprovado ainda pela EDP, S.A. para a produção de electricidade, que a custos totais, incluindo portanto encargos financeiros intercalares, foi da ordem dos 19 565 milhares de contos.

Foi também significativo o investimento efectuado em meios informáticos que atingiu o valor de 155 000 contos, que reflecte a importância dada pela Empresa à modernização dos seus sistemas de tratamento de informação, factor crítico para uma oportuna e adequada tomada de decisão.

INVESTIMENTO EM 1994

Unidade: Milhares de Contos

	Custos Técnicos	Custos Financeiros	Total
Específico	14 197	4 938	19 135
Produção Hidráulica	11 592	3 941	15 533
Aproveitamentos em Construção	9 181	2 255	11 436
Aproveitamentos a Lançar	11	11	22
Aproveitamentos em Exploração	2 400	1 675	4 075
Produção Térmica	2 571	983	3 554
Centrais em Exploração	2 571	983	3 554
Estudos e Projectos	34	12	46
Outro (não Específico)	430	0	430
Total	14 627	4 938	19 565

Balanço

Como se pode concluir da análise do *Balanço Comparativo* da Empresa, em 1 de Janeiro de 1994 – início da actividade – e em 31 de Dezembro de 1994 – data de encerramento do 1º exercício económico – o *Activo Líquido* aumentou cerca de 5 milhões de contos, os *Capitais Próprios* cresceram de 9,4 milhões de contos, diminuindo o *Passivo* cerca de 4,5 milhões de contos.

Verifica-se, por outro lado, que a Empresa consolidou durante o ano o equilíbrio da estrutura do balanço, reforçando a sua solidez financeira, como evidenciam os *ratios* de solvabilidade, abaixo considerados.

de Capitais próprios, 60% Capitais alheios.

Solvabilidade Total, (Activo/Passivo): Este indicador tem a expressão de 1,88 o que confirma o baixo grau de risco de insolvência da Empresa.

Autonomia Financeira, (Capitais Próprios/Activo Total): Situa-se em cerca de 47% o que conjugado com os índices anteriores diz-nos da capacidade de endividamento “disponível” e, portanto, da margem para uma decisão a tomar sobre o nível do “alavancamento financeiro” desejado e/ou estrategicamente adequado.

Liquidez Geral, Fundo de Maneio e Cobertura do Imobilizado: Estes *ratios*, correlacionados, apresentam valores que fogem aos “padrões” que indiciam uma

BALANÇO COMPARATIVO

Unidade: Milhares de contos

	01/01/94	31/12/94	
		Valor	Estrutura (%)
Activo	1.067.767	1.072.690	100,0
Imobilizado (líquido)	1.055.167	1.030.750	96,1
Circulante	12.539	41.886	3,9
Acrésc. e diferimentos	60	55	0,0
Passivo	574.155	569.685	53,1
Exigível MLP	494.856	375.891	35,0
Exigível CP	65.564	153.993	14,4
Acrésc. e diferimentos	13.734	39.801	3,7
Capitais Próprios	493.613	503.005	46,9
Passivo + Capitais Próprios	1.067.767	1.072.690	100,0

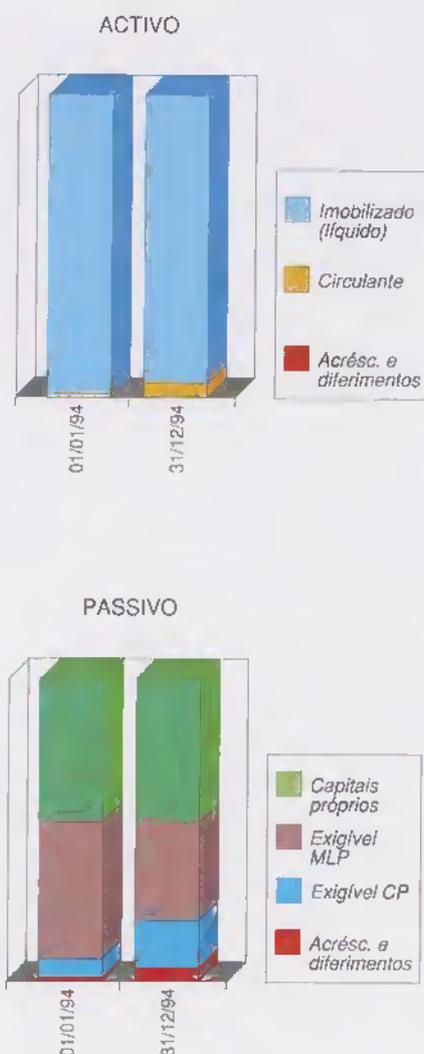
Estrutura Financeira, (Exigível ML Prazos/Capitais Próprios): Apresenta um índice de 0,74 equivalente a uma relação “Capitais próprios - Capitais alheios” de 6 para 4, aproximadamente.

Esta relação, sob o ponto de vista do grau de risco de insolvência a ML Prazo, revela-se equilibrada quando cotejada com os índices do Sector Eléctrico Espanhol. Tal como o nosso, regulado, que apresenta para este indicador estrutural, valores médios que invertem a mesma relação, ou seja, 40%

boa situação de Tesouraria e, óbvia e consequentemente, uma boa capacidade da Empresa para satisfazer os seus compromissos de Curto Prazo.

Isto deve-se, essencialmente, à gestão do Serviço de Dívida do Grupo EDP cuja táctica vem passando por substituir empréstimos de ML Prazo por outros de Curto Prazo com ganhos traduzidos em menores custos financeiros, sem com isso deixar de honrar quaisquer compromissos, como é já paradigma da EDP, SA.

Tal só é possível dada a facilidade de crédito de que desfruta, tanto no mercado doméstico como no externo, a hoje *Holding EDP*.



Demonstração de Resultados

Durante o exercício as vendas totais atingiram o valor de 198,4 milhões de contos dos quais 197,2 relativos às vendas de energia eléctrica à REN - Rede Eléctrica Nacional, SA, correspondentes a 23 777,4 GWh emitidos, sendo o restante - 1.166 milhares de contos - proveniente essencialmente da venda de cinzas e vapor.

Como se pode verificar no quadro seguinte:

CONTA DE RESULTADOS

Unidade: Milhares de Contos

	1994
Vendas e Prestação de Serviços	198.352
Trabalhos para a Própria Empresa (a)	1.997
Produtos e Trabalhos em Curso	-125
Outras Receitas Correntes	76
Proveitos Inerentes ao Valor Acrescentado	200.300
Compra de electricidade	1
Combustíveis	45.410
Materiais Diversos	802
Correcção de Hidraulicidade	1.479
Fornecimentos e Serviços Externos	13.150
Impostos Indirectos	46
Consumos Corrigidos	(-) 60.889
Valor Acrescentado Bruto	(=) 139.411
Despesas com Pessoal	(-) 12.915
Outros encargos de Exploração	(-) 1.200
Outros Proveitos de Exploração	(+)
Excedente Bruto de Exploração	(=) 125.296
Despesas Financeiras	(-) 52.488
Receitas Financeiras	(+)
Imputação Despesas Financ. a T.P.E.	(+)
Resultados Extraordinários e de Exercícios Anteriores	(+)
Impostos Directos (IRC)	(-)
Cash-Flow	49.271
Amortizações	(-)
Provisões	(-)
Resultado Líquido	9.274

(a) Sem Encargos Financeiros

Os *Proveitos Inerentes ao Valor Acrescentado* têm a expressão de 200,3 milhões de contos, com origem, quase exclusiva, na venda de electricidade, já que a venda de vapor não foi além de 605 mil contos e as vendas de cinzas rondaram apenas os 549 mil contos.

O *Valor Acrescentado Bruto* , ou riqueza gerada pela Empresa, rondou os 140 milhões de contos, ou seja, cerca de 60,8 mil contos por trabalhador, situando-se os consumos à volta dos 60 milhões de contos, constituídos essencialmente pelos *Combustíveis*

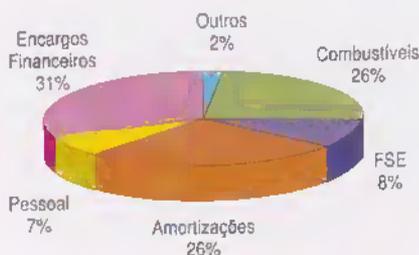
(45,4 milhões de contos) e *Fornecimentos e Serviços Externos* (13,2 milhões de contos). O *Excedente Bruto de Exploração (Margem Bruta)* rondou os 125,3 milhões de contos, sendo as *Despesas com Pessoal* próximas dos 13 milhões de contos, o que corresponde a cerca de 5,7 mil contos por trabalhador.

O *Cash-Flow* foi da ordem dos 49 milhões de contos, para o que contribuíram, essencialmente, um valor de *Amortizações* de 45,5 milhões de contos, a redução de *Provisões* de 5,4 milhões de contos e o *Resultado Líquido* de 9,3 milhões de contos. Estes resultados atestam do potencial da Empresa para satisfazer o seu *Serviço de Dívida*.

Verifica-se, também, que o *cash-flow* gerado garante a totalidade do financiamento dos novos investimentos da Empresa, sem recurso, portanto, ao mercado financeiro, e/ou a novos capitais do accionista.

Por último, cabe ainda notar que a análise dos Custos de Exploração permite concluir haver um certo equilíbrio entre as três principais naturezas que integram estes custos - *Combustíveis, Amortizações e Encargos Financeiros* - que contribuem, conjuntamente, com mais de 80% da sua totalidade, numa repartição, entre si, não longe da equitativa. Os restantes 20 % distribuem-se por *Encargos com Pessoal* (7 %) e *Fornecimentos e Serviços Externos* (8 %) e por custos diversos, o residual.

CUSTOS CORRENTES



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perspectivas para 1995

O exercício de 1995 será o primeiro completo da vida da CPPE. Se não ocorrerem grandes alterações nas principais variáveis que condicionam o desempenho da Empresa, nomeadamente nos custos de financiamento e nos preços dos combustíveis, espera-se que os resultados a atingir se posicionem favoravelmente relativamente aos de 1994.

Em reforço desta expectativa será de salientar não se prever a necessidade de novas dotações extraordinárias destinadas ao Fundo de Pensões e à Correção de Hidraulicidade.

Será também 1995 o ano em que a CPPE tenderá a normalizar a sua actuação, depois de um 1994 necessariamente mais agitado pelas profundas alterações orgânicas introduzidas, decorrendo certamente daí uma capacidade acrescida para se atingir uma maior eficiência e racionalidade económica.

Em síntese, e na assunção de que não ocorrerão durante o ano de 1995 eventos ou situações que hoje não se possam prever e que na altura não se possam controlar, considera-se haver efectivamente razões objectivas que levam a pensar que o exercício de 1995 deverá terminar com um nível de resultados superior ao de 1994.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração, nos termos do Art.º 25º dos Estatutos da CPPE, propõe que o resultado líquido do exercício de 1994, no valor de 9.274.480.582\$00, tenha a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal.....	927.448.058\$00
Para Dividendos	6.310.000.000\$00
Para Distribuição de Resultados aos Corpos Gerentes	2.108.427\$00
Para Distribuição de Resultados aos Trabalhadores	440.700.000\$00
Para Resultados Transitados	1.594.224.097\$00

Nota Final

Na sequência da criação da Empresa resultante da reestruturação da EDP, SA e em Assembleia Geral realizada em 18 de Agosto de 1994 foram eleitos os membros do Conselho de Administração que assumiu a seguinte composição: Presidente, Eng. Joaquim Serrão da Silva Correia ; Vogais, Eng. Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado e Eng. Diogo de Sousa Almeida Luz.

Já no decurso do presente exercício em Assembleia Geral realizada em 25 de Janeiro foram eleitos para Presidente do Conselho de Administração o Eng. Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado e para Vogal o Eng. Jorge Manuel Ribeirinho Soares Machado.

No fecho do Relatório de Exercício de 1994 o Conselho de Administração quer deixar expresso o seu especial apreço aos Quadros e restantes Colaboradores da CPPE pela dedicação e elevado profissionalismo evidenciados no exercício das suas funções.

O Conselho de Administração agradece também o importante apoio recebido do Conselho de Administração da EDP, SA e manifesta o seu reconhecimento ao C. Fiscal pela solícita e indispensável colaboração prestada.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 1995

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado - *Presidente*

Diogo de Sousa Almeida Luz - *Vogal*

Jorge Manuel Ribeirinho Soares Machado - *Vogal*



BALANÇO ANALÍTICO EM 31-12-94

ACTIVO		Exercicio		
Notas		1994		
		AB	A / P	AL
	IMOBILIZADO:			
03.a.	Imobilizações Incorpóreas			
	Despesas de instalação	10.015.520	333.850	9.681.670
		10.015.520	333.850	9.681.670
03.b./10.	Imobilizações corpóreas:			
	Edifícios e outras instalações	479.602.773	37.582.411	442.020.362
	Equipamento básico	1.806.729.561.162	839.643.566.992	967.085.994.170
	Equipamento de transporte	630.407.528	432.734.702	197.672.826
	Ferramentas e utensílios	680.502.623	594.612.015	85.890.608
	Equipamento administrativo	2.320.309.516	1.517.169.486	803.140.030
	Diferenças de câmbio	10.295.365.241	255.999.901	10.039.365.340
	Outras imobilizações corpóreas	76.888.945	49.146.446	27.742.499
	Imobilizações em curso	47.825.572.853		47.825.572.853
	Adiantamento p/conta imob. corpóreas	160.000.000		160.000.000
03.d.	Aproveit. fins mult. (parte não afect)			
	Produção hidroeléctrica	3.360.336.532		3.360.336.532
	Obras em curso	9.490.162		9.490.162
		1.872.568.037.335	842.530.811.953	1.030.037.225.382
03.c./10.	Investimentos financeiros:			
	Partes de capital em empresas do grupo	641.154.867		641.154.867
	Títulos e outras aplicações financeiras	61.500.000		61.500.000
		702.654.867		702.654.867
	CIRCULANTE:			
03.e.	Existências:			
	Matérias primas subs. e consumo	10.633.469.590		10.633.469.590
42.	Produtos e trabalhos em curso	41.867.387		41.867.387
	Adiantamentos por conta de compras	27.708.071		27.708.071
		10.703.045.048		10.703.045.048
	Dívidas de terceiros-Curto prazo:			
	Clientes c/c	20.034.184.272		20.034.184.272
23./34.	Clientes de cobrança duvidosa	29.295.835	19.577.138	9.718.697
48.g.	Estado e outros entes públicos	705.667.936		705.667.936
48.b.	Outros devedores	10.432.933.624		10.432.933.624
		31.202.081.667	19.577.138	31.182.504.529
	Depósitos bancários e caixa:			
	Caixa	11.310		11.310
		11.310		11.310
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
	Acréscimos de proventos	110.737		110.737
48.a.	Custos diferidos	54.700.276		54.700.276
		54.811.013		54.811.013
	Total de amortizações		842.531.145.803	
	Total de provisões		19.577.138	
	Total do activo	1.915.240.656.760	842.550.722.941	1.072.689.933.819

DIRECÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

O Técnico de Contas

Vilor Manuel Nunes do Carmo

DIRECÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

O Director

Adalberto Fernando da Cunha

		Unidade: Escudos
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
		Exercício
Notas		1994
CAPITAL PRÓPRIO:		
36./37./40.	Capital	246.800.000,000
40.	Ajustamento partes capital em filiais e associadas	41.954,867
40.	Reservas:	
40.	Outras	246.812.585,079
40.	Resultados transferidos	75.766,403
	Subtotal	493.730.296,349
40.	Resultados líquidos	9.274.480,582
	Total do capital próprio	503.004.776,931
PASSIVO:		
34.	Provisões para riscos e encargos	
03.j.	Pensões	2.485.555,097
48.c.	Outras provisões p/ riscos e encargos	6.389.499,538
		8.875.054,635
Dívidas a terceiros-Médio L/ Prazo:		
	Accionistas (Sócios)	363.946.603,887
	Outros credores	63.245,701
03.d.	Particip. Estado p/ Aproveit. de fins múltiplos	3.006.418,000
		367.016.267,588
Dívidas a terceiros-Curto Prazo:		
	Dívidas a Instituições de crédito	889.982,989
	Accionistas (Sócios)	102.233.853,278
	Fornecedores	4.746.382,535
	Fornecedores de Imobilizado c/c	6.639.665,195
48.g.	Estado e outros entes públicos	5.666.844,838
48.b.i.	Outros credores	33.824.019,904
		153.992.748,739
Acréscimos e Diferimentos:		
48.a.	Acréscimos de custos	27.691.929,973
48.a.	Provoltos diferidos	12.109.155,953
		39.801.085,926
	Total do Passivo	569.685.156,888
Total do Capital Próprio e do Passivo		1.072.689.933,819

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado - Presidente

Diogo de Sousa Almada Luz - Vogal

Jorge Manuel Ribeirinho Soares Machado - Vogal

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31-12-94

CUSTOS E PERDAS		Exercício	
Notas		1994	
41.	Custo das existências vendidas e consumidas		
	Electricidade	1.225.843	
	Combustíveis p/prod. electricidade	45.410.303.082	
	Materiais diversos	801.921.588	46.213.450.513
	Fornecimentos e serviços externos		13.150.334.700
	Custos com pessoal		
	Remunerações:		
43.	Remunerações dos órgãos sociais	4.150.455	
	Remunerações do pessoal	8.865.392.023	
	Encargos sociais:		
03.j.	Complemento de pensões de reforma	399.016.642	
	Prémios para pensões	420.409.371	
	Encargos s/remunerações	2.013.903.064	
	Custos de acção social	750.764.486	
	Outros	461.312.116	12.914.948.157
10.b.	Amortizações do exercício	45.402.516.295	
34.	Provisões do exercício	19.577.138	45.422.093.433
	Impostos:		
	Impostos indirectos	45.637.443	
	Impostos directos	9.088.199	54.725.642
	Outros custos e perdas operacionais		180.387.093
48.d.	Flandas de concessões e c. electroprodutores		1.010.494.202
48.f.	Correcção de Hidraulicidade - Agravamento do exercício		1.899.371.272
	A - Custos e Perdas Operacionais		120.845.805.012
45.	Custos e perdas financeiras		
	Juros	49.816.048.834	
	Diferenças de câmbio desfavoráveis	2.541.444.180	
45.a	Outros custos e perdas financ. e similares	330.573.176	52.488.066.190
	C - Custos e perdas correntes		173.333.871.202
	Custos e perdas extraordinárias		
	Perdas em existências	5.566.379	
	Perdas em immobilizações	105.388.230	
	Correcções relatv. a exercícios anteriores	1.508.162.780	
46.a	Outros custos e perdas extraordinárias	29.700.013.529	31.319.110.918
	E - Custos e perdas do exercício		204.652.982.120
48.g	Imposto s/rendimento do exercício (Estimado)		4.669.281.026
	G - Custos totais		209.322.263.146
	Resultado líquido do exercício		9.274.480.582
	Total		218.596.743.728
	Resultados operacionais	(B)-(A)	
	Resultados financeiros	[(D)-(B)]-[(C)-(A)]	
	Resultados correntes	(D)-(C)	
	Resultados antes de impostos	(F)-(E)	
	Resultado líquido do exercício	(F)-(G)	

DIRECÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

O Técnico de Contas

Vitor Manuel Nunes do Carmo

DIRECÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

O Director

Adalberto Fernando da Cunha

		Unidade: Escudos	
PROVEITOS E GANHOS			
Notas	Exercício		
	1994		
44	Vendas		
	De energia eléctrica	197.185.790.704	
	Outras	1.154.471.010	
	Prestações de serviços	<u>11.851.934</u>	198.352.113.648
42.	Variação da Produção		
	Produtos e trabalhos em curso:		
	Existências finais	41.867.387	
	Existências iniciais	<u>166.889.536</u>	-125.022.149
48.e.	Trabalhos para a própria empresa	6.934.735.972	
	Proveitos suplementares	75.803.610	
48.i.	Correcção de hidraul. - Dif. do exercício	<u>420.114.833</u>	7.430.654.415
B - Proveitos e Ganhos Operacionais			205.657.745.914
45.	Proveitos e Ganhos Financeiros		
	Rendimentos de participações de capital	21.200.000	
	Rendim. de lit. negoc. e out. aplic. financ.	2.812.939	
	Outros juros e proveitos similares	5.964.591	
	Diferenças de câmbio favoráveis	<u>4.092.836.930</u>	4.122.814.460
D - Proveitos e ganhos correntes			209.780.560.374
46.	Proveitos e ganhos extraordinários		
	Ganhos em imobilizações	202.327.120	
	Reduções de amortizações e de provisões	6.634.161.079	
	Correcções relat. exercícios anteriores	389.376.745	
	Outros proveitos e ganhos extraordinários	<u>1.590.318.410</u>	8.816.183.354
F - Proveitos Totais			218.596.743.728
			<u>84.811.940.902</u>
			<u>-48.865.251.730</u>
			36.446.689.172
			13.943.761.608
			<u>9.274.480.582</u>

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Amaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado - Presidente

Diogo de Sousa Almeida Luz - Vogal

Jorge Manuel Ribeiro Soares Machado - Vogal

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

Unidade: Milhares de Contos

Funções de Exploração		1994
Vendas e Prestação de Serviços	(+)	198.352
Custos da Função Produção	(-)	111.642
RESULTADOS BRUTOS	(=)	86.710
Custos da Função Administrativa	(-)	7.035
Custos da Função Informática	(-)	100
Custos Complementares de Assistência	(-)	177
Reforço de Provisões	(-)	20
Outros Proveitos Operacionais	(+)	496
RESULTADOS OPERACIONAIS	(=)	79.874
Proveitos Financeiros	(+)	4.123
Custos Financeiros	(-)	47.550
RESULTADOS CORRENTES	(=)	36.447
Proveitos e Ganhos Extraordinários	(+)	8.816
Custos e Perdas Extraordinárias	(-)	31.319
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	(=)	13.944
Imposto sobre o Rendimento	(-)	4.669
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(=)	9.274
FUNÇÕES DE INVESTIMENTO (TPE) (*)		6.935
Enc. financeiros + Diferenças de Câmbio		4.938
Custos de Estrutura		1.994
Outros		3

(*) Parte Realizada com meios da Própria Empresa

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**00 - Introdução****a) Objecto e detentores do capital**

A CPPE - Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A., tem por objecto a produção e venda de energia sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias ou alheias, sob a obrigação de garantir, em última instância, a evolução sustentada do sistema electroprodutor nacional, e é totalmente detida pela EDP - Electricidade de Portugal S.A.

b) Constituição

A constituição da Empresa reporta-se a 1 de Janeiro de 1994 e o seu património foi constituído por destaque da EDP- Electricidade de Portugal, S.A. nos termos do Decreto-Lei nº 7/91 de 8 de Janeiro, e de harmonia com a deliberação da sua Assembleia Geral, tomada no dia 18 de Agosto de 1994.

c) Regime de Preços

As vendas de energia destinam-se a um único cliente REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A., que faz parte do Grupo EDP-SA, sendo os preços fixados através de uma tarifa interna.

d) Indicações gerais

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade Português (POC). As notas números 05, 09, 13, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 26, 27, 28, 30, 33, 35, 38, 39 e 47 não estão incluídas neste anexo, por não serem aplicáveis ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras. Os valores indicados são expressos, salvo indicação em contrário, em milhares de escudos.

01 - Princípios Contabilísticos

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos e na base da continuidade das operações da Empresa, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

02 - Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Os princípios da consistência e comparabilidade das demonstrações financeiras não se aplicam por motivo de a Empresa ter sido constituída em 01/01/94, conforme consta da sua acta de constituição.

03 - Critérios Contabilísticos e Valorimétricos

a) Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são constituídas essencialmente por custos relacionados com Estudos e Projectos. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e são efectuadas dentro dos limites das taxas legalmente fixadas.

b) Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas estão mostradas pelos valores de reavaliação que resultam do processo de Restruturação da EDP-SA em referência a 01/01/94 e ao custo de aquisição ou construção para os bens adquiridos no exercício, líquidos das amortizações acumuladas. As imobilizações incluem encargos financeiros e diferenças de câmbio capitalizados durante a fase de construção, resultantes de empréstimos contraídos para as financiar, bem como encargos de estrutura.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, a taxas específicas segundo uma tabela aprovada nos termos do Artº. 39 do Estatuto da EDP-EP, por despacho do Secretário de Estado da Energia e Indústrias de Base de 79.02.01 e do Secretário de Estado do Orçamento de 79.03.28, de forma a reintegrarem os activos durante a vida útil estimada para cada classe de imobilizações. Os encargos financeiros, as diferenças de câmbio e os encargos de estrutura imputados às imobilizações, são amortizados às mesmas taxas das classes de imobilizado que afectam.

Os imobilizados subsidiados são amortizados na mesma base e às mesmas taxas das res-

tantes imobilizações da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em Proveitos e Ganhos Extraordinários e em Acréscimos e Diferimentos - Subsídios Para Investimento, efectuados durante um período de 30 anos, equivalente à vida útil média das imobilizações da Empresa.

As despesas de reparação e manutenção correntes do imobilizado são consideradas como custos do ano em que ocorrem. As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias são consideradas como custos diferidos, e transferidos para resultados num período máximo de 6 anos.

c) Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações registadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido do valor correspondente à proporção dos resultados líquidos das Associadas e do valor correspondente à proporção nas restantes rubricas do Capital Próprio. No caso das participações inferiores a 20 %, os investimentos financeiros são mostrados ao custo.

d) Aproveitamentos de Fins Múltiplos (parte não afectada)

Estão valorizados a custo de construção, incluindo-se nestes ainda os encargos de estrutura, como indicado na alínea i).

Não são efectuadas amortizações sobre o valor atribuído à parte dos aproveitamentos que não está afectada à produção de energia eléctrica.

O valor atribuído ao investimento da responsabilidade do Estado nos aproveitamentos de fins múltiplos de Agueira e Raiva, é determinado pela aplicação da percentagem provisória de 50 % aos custos directos acumulados desses aproveitamentos à data do Balanço. A participação recebida do Estado relativamente a estes aproveitamentos é mostrada no passivo a médio e longo prazo.

e) Existências

Estão valorizadas ao custo de aquisição, no caso de existências adquiridas no exterior, e ao custo de produção no caso das existências produzidas internamente, sendo as saídas de armazém (consumos) valorizadas ao custo médio.

f) Dívidas a terceiros em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são contabilizadas ao câmbio em vigor na data das operações. No final do ano os saldos em moeda estrangeira são actualizados aos câmbios em vigor na data do Balanço, sendo as respectivas diferenças cambiais contabilizadas como indicado na alínea h).

g) Custos Diferidos

Despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias, são contabilizadas em Acréscimos e Diferimentos - Custos Diferidos e transferidas para resultados no período máximo de 6 anos.

h) Encargos Financeiros e Diferenças de Câmbio

Os encargos financeiros são repartidos entre os que são considerados como resultan-

tes de empréstimos contraídos para financiar os imobilizados em curso, calculados pela aplicação de uma taxa de juro média sobre o valor médio dos investimentos em curso, e os considerados como resultantes de outros empréstimos. Os primeiros são imputados a Imobilizações em Curso, sendo os outros contabilizados em resultados do exercício (Nota 11).

As diferenças de câmbio têm igual tratamento aos encargos financeiros, este critério tem justificação contabilística na especificidade do financiamento da Empresa, e numa mais correcta expressão patrimonial e económico-financeira da Empresa.

i) Encargos de Estrutura

Os encargos gerais da Estrutura são repartidos entre o investimento (Encargos de estrutura - Nota 48.e) e os resultados, em função de determinadas proporções, sendo a parte referente ao investimento posteriormente imputada aos diversos empreendimentos em curso.

j) Pensões de Reforma e Sobrevivência

A Empresa tem a responsabilidade de conceder complementos de pensões de reforma e sobrevivência na parte que excede as que são concedidas pela Segurança Social.

Esta responsabilidade encontrava-se no final do exercício de 1994 totalmente coberta e transferida para um Fundo de Pensões.

Em conformidade com o Estatuto Unificado do Pessoal, o pessoal da Empresa tem a possibilidade de optar pela pré-reforma quando se encontra nas condições nesse Estatuto definidas. Deste modo foi criada uma provisão para reformas antecipadas que se destinam a cobrir os custos com futuras situações de pré-reforma.

l) Provisão para actos médicos

Os trabalhadores da Empresa mantêm o direito à assistência médica quando passam à situação de reforma ou pré-reforma. Deste modo, os custos com assistência médica relacionados com os activos são considerados nos custos dos exercícios em que ocorreram, enquanto que as responsabilidades futuras com os actuais e futuros reformados, pensionistas e pré-reformados estão totalmente cobertas através de uma provisão especificamente criada, cujo montante corresponde ao valor apurado à data da Restruturação da EDP-SA.

m) Correção de hidraulicidade

A Correção de Hidraulicidade constitui um mecanismo instituído legalmente (Decreto-Lei nº. 338/91) de compensação dos custos variáveis da produção de energia eléctrica.

Em anos secos o sistema termoeléctrico é sobreutilizado, e os gastos de combustíveis ou a importação de electricidade aumentam significativamente. Em anos húmidos a situação inverte-se. As tarifas são calculados tendo em conta os custos de exploração de um ano em condições hidrológicas médias.

Assim, para manter a estabilidade tarifária e para evitar distorções nos resultados, os encargos com combustíveis e importação de electricidade, contabilizados na Demonstração de Resultados, são corrigidos positiva ou negativamente, em função da hidraulicidade ser favorável ou desfavorável.

Os movimentos expressos na Demonstração de Resultados correspondem à quota-parte da Empresa para a dotação do "Nível de Referência" da Correção de Hidraulicidade em 1994.

A Correção de Hidraulicidade constitui um Fundo único para a totalidade do Grupo EDP, sendo gerido centralmente pela Holding.

O nível de referência deste Fundo foi fixado em 77.7 milhões de contos a preços de 31 de Dezembro de 1994, encontrando-se totalmente dotado no final do exercício.

04 - Câmbios Utilizados

As cotações cambiais utilizadas para conversão dos saldos a receber e a pagar em moeda estrangeira existentes na data do Balanço foram as do Banco de Portugal - cotações oficiais de divisas (indicativas) em 1994/12/31, conforme se indicam de seguida:

USD	159.093	MOP	19.962	DKK	26.151
DEM	102.707	NLG	91.710	IEP	246.13
FRF	29.786	BEF	4.9972	GRD	.6621
GBP	248.879	CHF	121.360	CAD	113.29
ESP	1.2088	JPY	1.5958	ATS	14.596
XEU	195.174	SEK	21.337	FIM	33.570
ITL	09799	NOK	23.533	ZAR	44.887
				AUD	123.42

06 - Impostos Sobre o Rendimento

A Sociedade será tributada pelo lucro consolidado na Sociedade consolidante (EDP - Electricidade de Portugal, S.A.), ao abrigo de Despacho do Ministério das Finanças, sendo a sua autorização válida por um período de 5 exercícios (1994 a 1999).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos (dez anos para a Segurança Social). Na opinião da Administração da Sociedade não é previsível a ocorrência de qualquer responsabilidade adicional relativamente ao exercício de 1994 que seja significativa para as demonstrações financeiras.

07 - Pessoal ao Serviço da Empresa

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa durante o exercício foi de 2290 empregados, não existindo assalariados.

08 - Despesas de Instalação, Investigação e Desenvolvimento

A Rubrica *Despesas de Instalação* inclui essencialmente custos com estudos e projectos.

10 - Imobilizações Corpóreas

a) Activo Bruto

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
Despesas de Instalação		10,016			10,016
Total (1)		10,016			10,016
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
Edifícios e outras instalações	421,823		22,243	80,023	479,603
Equipamento básico	1,796,090,567	177,255	2,556,502	16,378,578	1,810,089,898
Equipamento Técnico Específico	1,795,758,185	159,160	2,552,533	16,380,111	1,809,744,923
Produção de Electricidade	1,795,758,185	3,185	2,552,533	16,536,086	1,809,744,923
Produção Hidroeléctrica	1,172,267,189	3,040	246,805	16,364,561	1,188,387,985
Produção Térmica	620,209,965	113	2,305,728	92,251	617,996,601
Aprov. Fins Múltiplos (parte n/afecta)	3,281,031	32		79,274	3,360,337
Transporte		155,975		(155,975)	0
Outro Equipamento Básico	332,382	18,095	3,969	(1,533)	344,975
Equipamento de transporte	596,405	113,921	81,213	1,292	630,405
Ferramentas e utensílios	649,171	35,613	8,488	4,204	680,500
Equip. administrativo (Excep. Informática)	1,498,413	112,765	10,156	(4,349)	1,596,673
Equipamento de Informática	579,112	148,157	3,765	133	723,637
Diferenças de câmbio	9,396,938			898,428	10,295,366
Outras imobilizações corpóreas	75,735	1,154			76,889
Subtotal (2.1)	1,809,308,164	588,865	2,682,367	17,358,309	1,824,572,971
Imobilizações em curso	45,306,564	19,106,841	689,402	(15,898,429)	47,825,574
Aproveit. fins mult. (parte não afecta)	29,969	27,963		(48,442)	9,490
Adiantamento p/conta imob. em curso				160,000	160,000
Subtotal (2.2)	45,336,533	19,134,804	689,402	(15,786,871)	47,995,064
Total (2)	1,854,644,697	19,723,669	3,371,769	1,571,438	1,872,568,035
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
Partes de Capital	639,500	63,155			702,655
Total (3)	639,500	63,155			702,655
Total Geral (1)+(2)+(3)	1,855,284,197	19,796,840	3,371,769	1,571,438	1,873,280,706

b) Amortizações e Provisões

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇOS	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
Despesas de Instalação		334		334
Total (1)		334		334
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
Edifícios e outras instalações	39,656	73,996	(76,071)	37,581
Equipamento básico	796,864,776	44,882,883	(2,104,091)	839,643,568
Equipamento Técnico Específico	796,701,322	44,854,553	(2,106,670)	839,449,205
Produção de Electricidade	796,701,322	44,854,553	(2,106,670)	839,449,205
Produção Hidroeléctrica	512,602,620	24,261,884	(167,929)	536,696,575
Produção Térmica	284,098,702	20,592,669	(1,938,741)	302,752,630
Outro Equipamento Básico	163,454	28,330	2,579	194,363
Equipamento de transporte	436,980	62,502	(66,747)	432,735
Ferramentas e utensílios	553,949	34,447	6,213	594,609
Equip. administrativo (Excepto Informática)	1,137,555	85,871	17,510	1,240,936
Equip. de Informática	173,199	101,535	1,504	276,238
Diferenças de câmbio	97,409	158,593		256,002
Outras imobilizações corpóreas	46,786	2,360		49,146
Total (2)	799,350,310	45,402,187	(2,221,682)	842,530,815
Total Geral (1) + (2)	799,350,310	45,402,521	(2,221,682)	842,531,149

c) Observações

Nas imobilizações próprias o equipamento básico inclui todos os equipamentos relacionados com a produção de energia eléctrica, conjuntamente com os respectivos edifícios e instalações.

11 - Capitalização dos Custos Financeiros

De acordo com o critério contabilístico definido na Nota 03.h, foram capitalizados no exercício em imobilizações em curso os seguintes montantes:

RUBRICAS	JUROS DE FINANCIAMENTO	DIFERENÇAS DE CÂMBIO	TOTAL
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO			
Equipamento básico	5,381,299	(443,711)	4,937,588
Equipamento Técnico Específico	5,381,299	(443,711)	4,937,588
Produção de Electricidade	5,369,556	(444,293)	4,925,263
Produção Hidroeléctrica	4,298,780	(356,350)	3,942,431
Produção Térmica	1,070,775	(87,943)	982,832
Estudos e Projectos	11,743	582	12,325
Total	5,381,299	(443,711)	4,937,588

12 - Reavaliação das Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas foram reavaliadas ao abrigo de Diplomas Legais e em resultado do processo de Restruturação da EDP - Electricidade de Portugal, S.A., tendo os montantes que daí resultaram sido incorporados no Capital Próprio da Empresa na sua constituição.

14 - Outras Informações Relativas às Imobilizações

a) No que respeita à sua localização e afectação (valores líquidos):

Rubricas	Valor
Afectas à produção de Electricidade	1,018,289,848
Produção Hidroeléctrica	688,308,904
Produção Térmica	326,611,117
Aprov. fins múltiplos (parte n/afecta)	3,369,827
Não específicas	11,719,650
Implantadas em propriedade alheia	27,727

b) No que respeita aos custos financeiros nelas capitalizados no exercício:

Juros de financiamento	5,381,299
Diferenças de câmbio	(443,711)

16 - Investimentos Financeiros

Firma e Sede	Capital Detido (%)	Capitais Próprios	Resultado do Exercício	
			Ano	Valor
MRH - Mudança e Recursos Humanos, S.A. Rua Cova da Moura, 2 - 4º, Lisboa	10.0	99,870	1994	139,672
SÁVIDA - Medicina Apoiada, S.A. Avenida Casal Ribeiro, 15 - 6º, Lisboa	10.0	115,008	1994	91,494
HIDRORUMO - Projecto e Gestão, S.A. Rua do Bolhão, 36, Porto	40.0	800,000	1994	14,623
PROET - Projectos, Engenharia e Tecnologia, S.A. Avenida dos Estados Unidos da América, 55 - 2º, Lisboa	40.0	740,275	1994	82,263
EDINFOR - Sistemas Informáticos, S.A. Rua Particular EDP à Rua Cidade de Goa, Sacavém	10.0	503,659	1994	64,659

a) A Empresa não procede à consolidação das demonstrações Financeiras, atendendo ao facto de que serão consolidadas na sociedade dominante, EDP-SA.

22 - Valor das Existências que se Encontram Fora da Empresa

Combustíveis para produção de electricidade	1,459,514
Materiais diversos	40,330
Total	1,499,844

23 - Dívidas de Cobrança Duvidosa

Clientes de cobrança duvidosa	29,296
-------------------------------	--------

25 - Dívidas ao Pessoal

Valores a receber	34,489
Valores a pagar	253

29 - Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo

O saldo da conta accionistas corresponde a empréstimos da EDP-SA (Holding do Grupo) e representa a quota-parte "afecta internamente, em termos de Grupo à Empresa" da dívida de financiamento de terceiros globalmente mantida na Holding.

31 - Compromissos Financeiros

Os compromissos contratuais para aquisição de imobilizado são à data do Balanço de 742 277.

32 - Responsabilidades Contingentes

A responsabilidade da Empresa por garantias prestadas ascende a 1 348 818.

Estas garantias são constituídas quase totalmente por garantias bancárias. Foram prestadas na sua quase totalidade a tribunais, alfândegas e fornecedores. Não existem garantias reais.

34 - Movimento das Provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Para Dívidas de Clientes		19,577		19,577
Para Riscos e Encargos	14,300,915	1,208,112	6,633,972	8,875,055
Total	14,300,915	1,227,689	6,633,972	8,894,632

a) O saldo inicial das Provisões Para Riscos e Encargos resultou do valor das responsabilidades por pensões de reforma e actos médicos assumidos pela Empresa em resultado do processo de Restruturação da EDP-SA.

36 - Capital - Nº. de Acções e Valor Nominal

O capital está representado por 246 800 000 acções escriturais nominativas com o valor de 1 000\$00 cada uma, encontrando-se totalmente realizado.

37 - Capital - Detentores

O capital é detido a 100 % pela EDP - Electricidade de Portugal, S.A.

40 - Movimento dos Capitais Próprios

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Capital	246,800,000			246,800,000
Reservas de Reavaliação				0
Ajust. de Partes de Cap.em Associadas		41,955		41,955
Reservas				0
Reserva Legal				0
Reserva para Investimentos				0
Reserva para Fins Sociais				0
Outras reservas	246,812,585			246,812,585
Resultados Transitados		75,756		75,756
Resultado Líquido do Exercício		9,274,480		9,274,480
Total	493,612,585	9,392,191	0	503,004,776

a) Em conformidade com os Estatutos da Empresa, para a Reserva Legal é obrigatória a dotação com um mínimo de 10 % dos lucros a apropriar. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

b) As Outras Reservas incluídas nos capitais próprios da Empresa representam a parte do património líquido, transferido para a CPPE-SA no acto da Reestruturação da EDP-SA, não coberto pelo Capital Social.

Na constituição da Empresa a parte do património líquido não coberta pelo Capital Social ficou a constituir uma Reserva considerada equivalente, apenas para este efeito, a um "Prémio de Emissão".

c) O movimento do exercício dos Resultados Transitados foi o seguinte:

Saldo Inicial	0
Aumento do Ano	75 756
Saldo Final	75 756

Este movimento refere-se a ajustamentos efectuados aquando da constituição da Empresa.

41 - Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Rubricas	Electricidade	- Mat. Primas, Subsidiárias e de Consumo		Total
		Combustíveis	Mat. Diversos	
Existências Iniciais		9.277.107	1.531.516	10.808.623
Compras e Produções Internas	1.226	44.699.734	942.055	45.643.015
Regularização de Existências		(345.162)	3.092	(342.070)
Combustíveis em Transito		737.352		737.352
Existências Finais		8.958.728	1.674.741	10.633.469
Custo do Exercício	1.226	45.410.303	801.922	46.213.451

42 - Variação da Produção

Os movimentos desta rubrica foram os seguintes:

Existências finais	41,867
Existências Iniciais	166,889
Variação do exercício	(125,022)

43 - Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos Órgãos Sociais referem-se ao período entre a constituição da Empresa e o final do exercício e são as seguintes:

Conselho de Administração	3 192
Conselho Fiscal	1 701
Mesa da Assembleia Geral	
Total	4 893

44 - Vendas e Prestações de Serviços

Decomposição dos valores evidenciados na Demonstração de Resultados por actividades e por mercados (interno e externo).

Rubricas	Valores	
Vendas		
De Energia Eléctrica - Mercado Interno		
Em Alta Tensão	197,183,266	
Em Média Tensão	55	
Em Baixa Tensão	2,469	197,185,791
Outras - Mercado Interno		
Vapor	605,204	
Cinzas	549,130	
Materiais Diversos	137	1,154,471
Prestações de Serviços - Mercado Interno		11,852
Total		198,352,114

- a) As vendas de energia eléctrica são efectuados na totalidade para um único cliente do Grupo (REN-Rede Eléctrica Nacional, S.A.), sendo a tarifa aplicada, fixada internamente.

45 - Demonstração dos Resultados Financeiros

Custos e Perdas	Valor	Proveitos e Ganhos	Valor
Juros suportados	49,616,049	Juros obtidos	60
Diferenças de câmbio desfavoráveis	2,541,444	Rendimentos de Imóveis	2,813
Outros custos e perdas financeiras	330,573	Rendimentos de Particip. de Capital	21,200
		Diferenças de Câmbio Favoráveis	4,092,837
		Desc. de Pronto Pagamento Obtidos	5,850
		Outros Prov. e Ganhos Financeiros	54
Resultados financeiros	(48,365,252)		
Total	4,122,814	Total	4,122,814

- a) A rubrica de *Outros Custos e Perdas Financeiras* inclui entre outros, encargos com garantias bancárias no montante de 12 241 e juros de Correção de Hidraulicidade no valor de 312 145 (Nota 48.f).
- b) Tal como está referido na nota 03.h, os juros de empréstimos e as diferenças de câmbio incluem o montante de: 43 694 milhares de contos, debitados pela EDP - Electricidade de Portugal, S.A. na quota parte que afecta a exploração pela aplicação dos critérios definidos na mesma nota.

46 - Demonstração dos Resultados Extraordinários

Custos e Perdas	Valor	Proveitos e Ganhos	Valor
Donativos	15,134	Restituição de Impostos	4
Perdas em Existências	5,566	Ganhos em Existências	8,550
Perdas em Imobilizações	105,368	Ganhos em Imobilizações	202,327
Multas e Penalidades	31	Reduções de Amortizações e Provisões	6,634,161
Correcções relat. a Exerc. Anteriores	1,508,163	Benefícios e Penalidades Contratuais	960,801
Outros custos e perdas Extraordinários	29,684,848	Correcções Relat. a Exerc. Anteriores	389,377
		Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	620,963
Resultados Extraordinários	(22,502,928)		
Total	8,816,183	Total	8,816,183

a) A rubrica de *Outros Custos e Perdas Extraordinárias* inclui:

Prémios para Pensões (reforço extraordinário do Fundo de Pensões)	5 425 861
Quota-parte da Empresa na dotação efectuada pela EDP-Electricidade de Portugal, S.A., para o Fundo de Correção de Hidraulicidade (Nota 48.f)	22 408 866
Dotação para Provisão para futuras reformas antecipadas (Nota 34)	1 208 112
Outros	642 009
Total	29 684 848

b) A rubrica de *Correcções Relativas a Exercícios Anteriores* inclui:

Custos:	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	347 706
Fornecimentos e serviços externos	320 018
Custos com Pessoal	36 486
Custos e perdas extraordinárias	458 496
Outros	345 457
Total	1 508 163
Proveitos	
Fornecimentos e serviços externos	84 183
Custos com pessoal	118 677
Vendas	12 349
Proveitos e ganhos extraordinários	173 452
Outros	716
Total	389 377

c) A rubrica *Reduções de Amortizações e Provisões*, inclui:

Utilização de provisões para reforço extraordinário do Fundo de Pensões	5 425 861	
Utilização de provisões para futuras reformas antecipadas	1 208 111	6 633 972
Outros		190
Total		6 634 162

48 - Outras Informações

a) Acréscimos e Diferimentos

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro.

Rubricas	Valor
Reparações e beneficiações de Imobilizado	23,593
Outros custos diferidos	31,107
Total	54,700

i) O movimento na rubrica *Reparações e Beneficiações de Imobilizado* foi o seguinte:

Saldo inicial.....	28 312
Acréscimos.....	0
Transferência para resultados.....	5 719
Saldo final.....	23 593

Acréscimos de custos

Rubricas	Valor
Férias e subsídios de férias	1,244,071
Outros acréscimos de custos	26,447,859
Total	27,691,930

- i) A rubrica *outros acréscimos de custos* inclui o montante de 25 667 053, referente a correcção de facturação com a Rede Eléctrica Nacional, S.A.

Proveitos diferidos

Rubricas	Valor
Subsídios para investimento	12,096,836
Outros proveitos diferidos	12,320
Total	12,109,156

- i) A rubrica *Subsídios para Investimento* tem o seguinte movimento no exercício:

Subsídios recebidos e transferidos da EDP-Electricidade de Portugal, S.A. relativos a imobilizações transferidas para a Empresa	12 551 938
Subsídios recebidos no exercício	56 992
Compensação das amortizações dos imobilizados subsidiados	(512 094)
Saldo Final	12 096 836

- b) Outros devedores e outros credores - Curto Prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro.

Outros Devedores	Valor
Devedores por fornecimento de outros bens e serviços EDP/DFN - Sistema Financeiro-Conta Ligação	1,335,107
Cauções Prestadas a Terceiros	7,546,688
Devedores diversos	1,142,568
	408,570
Total	10,432,934

Outros Credores	Valor
Credores por fornecimento de outros bens e serviços	7,745,480
Fornecedores de imobilizado com facturas em recepção e conferência	201,170
Credores Diversos	25,877,370
Total	33,824,020

- i) A rubrica *credores por fornecimento de outros bens e serviços* inclui os montantes de: 6 565 307 correspondente à dotação extraordinária para o Fundo de Pensões e 974 997 referente a encargos de gestão da Holding.
- ii) A rubrica *credores diversos* inclui o montante de 24 200 267, correspondente ao saldo da rubrica *Correcção de Hidraulicidade* (Nota 48.f).
- c) Provisão para riscos e encargos
Corresponde às seguintes provisões:

Para reformas antecipadas	2,485,555
Para actos médicos	6,389,500
Total	8,875,055

i) A rubrica *provisão para reformas antecipadas* destina-se a cobrir as responsabilidades futuras da Empresa com potenciais reformas antecipadas dos seus trabalhadores, não incluídas no Fundo de Pensões.

ii) A rubrica *provisão para actos médicos* destina-se a cobrir as responsabilidades futuras da Empresa com actos médicos dos actuais e futuros reformados, pensionistas e trabalhadores em situação de pré-reforma.

d) Rendas de Centros Electroprodutores

Esta rubrica refere-se a rendas de centros electroprodutores pagas às autarquias cuja circunscrição é atingida por zonas de influência de centros produtores de energia eléctrica.

e) Trabalhos para a Própria Empresa

Decomposição dos valores evidenciados na Demonstração de Resultados:

Rubricas	Valor
Consumo de Materiais	3,427
Encargos de Estrutura	1,994,016
Encargos Financeiros	5,381,299
Diferenças de Câmbio	(443,711)
Outros	(295)
Total	6,934,736

f) Correção de hidraulicidade

Neste exercício foram efectuados os seguintes movimentos relativos a esta rubrica:

Dotação para o Fundo de Correção de Hidraulicidade (quota parte da Empresa)	22 408 866
Custos operacionais - correcção de hidraulicidade (agravamento)	1,899,371
Proveitos operacionais - correcção de hidraulicidade (dif. do exercício)	420,115
Custos financeiros - correcção de hidraulicidade (juros)	312,145

Os custos e proveitos movimentados nesta rubrica propostos pela EDP - Electricidade de Portugal, S.A., estão sujeitos à aprovação por Despacho do Ministro da Indústria e Energia.

g) Estado e Outros Entes Públicos

Decomposição dos valores evidenciados no Balanço:

Saldos devedores:	
Iva a recuperar	705 577
Imposto sobre rendimentos prediais	91
Total	705 668
Saldos credores:	
Retenção de impostos sobre o rendimento	135 469
Iva a pagar	645 748
Contribuições para Segurança Social	205 459
IRC	4 669 281
Restantes impostos	2 883
Total	5 658 845

h) Inventário das Participações Financeiras

	Saldo em 01.01.94		
	Quant.	Unitário	Valor
Empresas Associadas			
HIDRORUMO - Projecto e Gestão, S.A.	320.000	1.000,00	320.000.000,00
PROET - Projectos, Engenharia e Tecnologia, S.A.	258.000	1.000,00	258.000.000,00
Outras Empresas			
MRH - Mudança e Recursos Humanos, S.A.	10.000	1.000,00	10.000.000,00
SÁVIDA - Medicina Apoiada, S.A.	11.500	1.000,00	11.500.000,00
EDINFOR - Sistemas Informáticos, S.A.	40.000	1.000,00	40.000.000,00
TOTAL			639.500.000,00
DIRECÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		DIRECÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	
O Técnico de Contas		O Director	
<i>Vitor Manuel Nunes do Carmo</i>		<i>Adalberto Fernando da Cunha</i>	

Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas		Saldo em 31.12.94			Fracção do capital devedos
Ajustamento	Rendimento do Exercício	Quant.	Unitário	Valor	%
600.000,00	5.200.000,00	320.000	1.000,00	325.800.000,00	40
41.354.867,00	16.000.000,00	258.000	1.000,00	315.354.867,00	40
		10.000	1.000,00	10.000.000,00	10
		11.500	1.000,00	11.500.000,00	10
		40.000	1.000,00	40.000.000,00	10
41.954.867,00	21.200.000,00			702.654.867,00	

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Amalio Pedro Figueirôa Navarro Machado - Presidente
Diogo de Sousa Almeida Luz - Vogal
Jorge Manuel Ribeirinho Soares Machado - Vogal

Demonstração dos Fluxos de Caixa

MÉTODO INDIRECTO

ACTIVIDADES OPERACIONAIS		9.274.481
Resultado líquido do exercício		
Ajustamentos:		
Amortizações	45.402.516	
Provisões	-5.406.284	
Resultados financeiros	48.365.252	
Variação das dívidas de terceiros a curto prazo	-29.691.373	
Aumento das existências	0	
Variação das existências	325.398	
Variação das dívidas a terceiros de curto prazo	88.428.754	
Variação dos proventos diferidos	-471.468	
Variação dos acréscimos de proventos	-111	
Variação dos custos diferidos	5.754	
Variação dos acréscimos de custos	26.538.452	
Ganhos na alienação de imobilizações	0	
Perdas na alienação de imobilizações	0	
Fluxos das actividades operacionais(1)		182.771.371
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	0	
Imobilizações corpóreas	1.126.802	
Imobilizações incorpóreas	0	
Subsídios de investimento	0	
Dividendos	0	1.126.802
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	63.155	
Imobilizações corpóreas	22.038.259	
Imobilizações incorpóreas	10.016	22.111.430
Fluxos das actividades de investimento(2)		-20.984.628
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	0	
Aumentos de capital	41.955	
Subsídios e doações	0	
Vendas de acções próprias	0	
Correcções de exercícios anteriores	75.756	117.711
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	113.539.278	
Amortizações contratos loc financ	0	
Juros e custos similares	48.365.252	
Dividendos	0	
Reduções de capital	0	161.904.530
Aquisição de acções próprias	0	
Fluxos das actividades de financiamento(3)		-161.786.819
VARIAÇÃO DE CAIXA E S/EQUIVALENTES	(4)=(1)+(2)+(3)	-76
CAIXA E S/EQUIVAL NO INICIO PERÍODO		67
CAIXA E S/EQUIVAL NO FINAL PERÍODO		11

Mapa de Origem e Aplicação de Fundos

Origem de Fundos		
Internas:		
Resultados líquidos	9 274 481	
Amortizações e reintegrações do exercício	45 402 516	
Variação das provisões	-5 406 284	
Correcções de origens de exercícios anteriores	75 756	49 346 469
Externas:		
Movimentos Financeiros a Médio e Longo Prazo		
Ajustamento partes capital em empresas associadas	41 955	41 955
Aumentos das Dívidas a 3.º a Médio Longo Prazo		
Outros credores	61 118	61 118
Diminuição de Imobilizações		
Imobilizações corpóreas	1 126 802	1 126 802
Acréscimos e Diferimentos		
Custos diferidos	6 243	6 243
		50 582 587
Diminuição dos Fundos Circulantes		85 584 341
		136 166 928

Variação dos Elementos dos Fundos Circulantes

Activas		
Aumento das Existências		
Materiais diversos	140 692	140 692
Aumento das Dívidas de 3.º a Curto Prazo		
Clientes c/ gerais	19 629 983	
Clientes de cobrança duvidosa	29 296	
Estado e outros entes públicos	705 668	
Outros devedores	9 326 426	29 691 373
Acréscimos e Diferimentos		
Acréscimos de proventos	110	
Outros custos diferidos	490	
Proventos diferidos	16 366	16 966
		29 849 031
Diminuição dos Fundos Circulantes		85 584 341
		115 433 372

Unidade: Milhares de escudos

Aplicação de Fundos

Movimentos Financeiros a Médio e Longo Prazo		
Accionistas (Sócios)	113 600 396	113 600 396
Aumentos das Imobilizações		
Investimentos financeiros		
Partes de capital em empresas associadas	63 155	
Trabalhos da Empresa para ela Própria		
Imobilizações em curso	1 997 144	
Aquisição de Imobilizações		
Imobilizações corpóreas	20 041 115	
Imobilizações incorpóreas	10 016	22 111 430
Acréscimos e Diferimentos		
Proveitos diferidos	455 102	455 102
		136 166 928
Aumento dos Fundos Circulantes		0
		136 166 928

Unidade: Milhares de escudos

Passivas

Diminuição das Existências		
Produtos e Trabalhos em Curso	125 022	
Combustíveis para produção de electricidade	315 846	
Adiantamentos por conta de compras	25 222	466 090
Aumentos das Dívidas a 3.ª a Curto Prazo		
Depósitos à ordem	519 467	
Accionistas (sócios)	49 173 496	
Fornecedores	45 326	
Fornecedores de imobilizado c/c	694 258	
Estado e outros entes públicos	5 439 364	
Outros credores	32 556 843	88 428 754
Acréscimos e Diferimentos		
Acréscimos de custos	26 538 452	26 538 452
Diminuição das Disponibilidades		
Caixa	76	76
		115 433 372
Aumento dos Fundos Circulantes		0
		115 433 372



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de **CPPE - COMPANHIA PORTUGUESA DE PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 1994, a Demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, documentos que evidenciam um total de balanço de 1.072.689.934 contos e um total de capital próprio de 503.004.777 contos.

2. Conforme mencionado na Nota 2 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, a Sociedade foi constituída por destaque de património da EDP - Electricidade de Portugal, S.A., reportado a 1 de Janeiro de 1994, e de harmonia com a deliberação em Assembleia Geral em 18 de Agosto de 1994, pelo que não são aplicáveis comparativos em relação ao ano anterior.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

4. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

5. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

– a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras;

– a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade;

– a apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **CPPE - COMPANHIA PORTUGUESA DE PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE, S.A.** em 31 de Dezembro de 1994 e o resultado da suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

ÊNFASES

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os seguintes factos:

9.1 Devido ao cumprimento das regras estabelecidas em legislação específica pela qual se rege, e tal como está referido no Anexo (Nota 3), a Empresa derogou o princípio de especialização do exercício no que respeita à contabilização dos movimentos da Correção de Hidraulicidade. Assim, o saldo da Correção de Hidraulicidade mostrado no passivo como dívidas de terceiros-curto prazo na rubrica de outros credores, no montante de 24.200 milhares de contos, destina-se efectivamente a compensar a eventual ocorrência futura da situação de

hidraulicidade desfavorável. Em consequência deste critério específico, os resultados do exercício foram diminuídos na mesma extensão do saldo referido.

9.2 Tal como está referido na Nota 44 do Anexo, as vendas de energia eléctrica são efectuadas na totalidade a um cliente do Grupo EDP (REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.), sendo as tarifas fixadas internamente. Consequentemente, não nos foi possível determinar a extensão do efeito nos resultados caso a Empresa tivesse utilizado uma tarifa consubstanciada no custo de produção, tal como está previsto vir a ocorrer no futuro.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 1995

José Manuel Carlos Monteiro, VOGAL (ROC), em representação de A. Gândara & J. Monteiro, (SROC)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na lei e no contrato de Sociedade, compete-nos emitir o relatório anual sobre a acção fiscalizadora da Sociedade **CPPE – COMPANHIA PORTUGUESA DE PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE, S.A.**, referente ao exercício de 1994 e dar parecer sobre o relatório, as contas e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração.

Durante o exercício e no desempenho das funções que lhe são cometidas, o Conselho Fiscal procedeu com resultados satisfatórios e com frequência e extensão considerada aconselhável, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e sondagens aos respectivos registos e a outros elementos comprovativos.

O Conselho Fiscal, e bem assim o Revisor Oficial de Contas, acompanharam, de forma conjugada, o trabalho desenvolvido pelos auditores externos, cuja colaboração tem facilitado o exercício das suas funções.

O relatório do Revisor Oficial de Contas, cujo texto se anexa como parte integrante deste relatório, e a Certificação Legal das Contas pelo mesmo emitida, foram apreciadas pelo Conselho e merecem a sua concordância.

O relatório do Conselho de Administração explana a orientação da política seguida pela Empresa no exercício, bem como a proposta de actuação para o exercício de 1995. O Balanço, a Demonstração dos Resultados e o respectivo Anexo, satisfazendo os preceitos legais, reflectem a posição dos registos contabilísticos no fim do exercício e traduzem a situação financeira da Sociedade.

Os critérios valorimétricos adoptados na preparação das contas são os constantes do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados e conduzem a uma adequada avaliação do património social.

Foram cumpridas as formalidades legais e do contrato de sociedade sobre a prestação das contas e fiscalização da Sociedade, pelo que o Conselho Fiscal deliberou formular o parecer que segue em separado, o qual deverá ser presente ao accionista e publicado, como a lei impõe.

Senhores Accionistas,

Procedemos à acção fiscalizadora de CPPE – COMPANHIA PORTUGUESA DE PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE, S.A. nos termos do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais e do contrato de sociedade, em resultado da qual somos de parecer que:

- a) Aproveis o Relatório de Gestão e as contas referentes ao exercício de 1994;
- b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação dos resultados do exercício.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 1995

O CONSELHO FISCAL

Rui de Arriaga Féris Cunha
José de Oliveira Campos
José Manuel Carlos Monteiro, Vogal (ROC),
em representação de A. GÂNDARA & J. Monteiro (SROC)

PARECER DOS AUDITORES EXTERNOS

Auditámos o Balanço de **CPPE – Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.**, em 31 de Dezembro de 1994, a Demonstração dos Resultados relativos ao exercício findo naquela data e o respectivo Anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração. A nossa responsabilidade consiste em expressarmos uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, com base na auditoria que realizámos.

A nossa auditoria foi realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria. Estas normas exigem que o nosso exame seja planeado e realizado de forma a obtermos uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras não contêm distorções de materialidade relevante.

Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, de evidência comprovativa dos valores e informações constantes das demonstrações financeiras. Inclui, também, a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e a avaliação das estimativas significativas feitas pelo Conselho de Administração, bem como da apresentação global da informação constante das demonstrações financeiras.

É nossa convicção que a auditoria que realizámos proporciona uma base razoável para a nossa opinião.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras atrás mencionadas apresentam de forma adequada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a situação financeira de **CPPE - COMPANHIA PORTUGUESA DE PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE, S.A.** em 31 de Dezembro de 1994, bem como os resultados das suas operações para o exercício findo nessa data, em

conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, derogados no que respeita ao princípio de especialização dos exercícios como abaixo indicado no parágrafo 1.

Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os seguintes factos:

1. Devido ao cumprimento das regras estabelecidas em legislação específica pela qual se rege, e tal como está referido no Anexo (Nota 3), a Empresa derogou no exercício o princípio da especialização no que respeita à contabilização dos movimentos da Correção de Hidraulicidade. Assim, o saldo da Correção de Hidraulicidade mostrado no passivo como uma dívida a terceiros a curto prazo, na rubrica Outros credores, no montante de 24.200 milhares de contos, destina-se efectivamente a compensar a eventual ocorrência futura da situação de hidraulicidade desfavorável. Em consequência deste critério específico, os resultados do exercício foram diminuídos na mesma extensão do saldo referido.
2. Tal como esta referido na Nota 44 do Anexo, as vendas de energia eléctrica são efectuadas na totalidade a um cliente do Grupo EDP (REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.), sendo as tarifas fixadas internamente. Consequentemente, não nos foi possível determinar a extensão do efeito nos resultados caso a Empresa tivesse utilizado uma tarifa consubstanciada no custo de produção, tal como está previsto vir a ocorrer no futuro.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 1995

ERNST & YOUNG E CIA.

**EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA
GERAL DE ACCIONISTAS DA CPPE -
COMPANHIA PORTUGUESA DE PRODU-
ÇÃO DE ELECTRICIDADE, S.A. REALIZA-
DA EM 27 DE MARÇO DE 1995.**

Acta Número Três

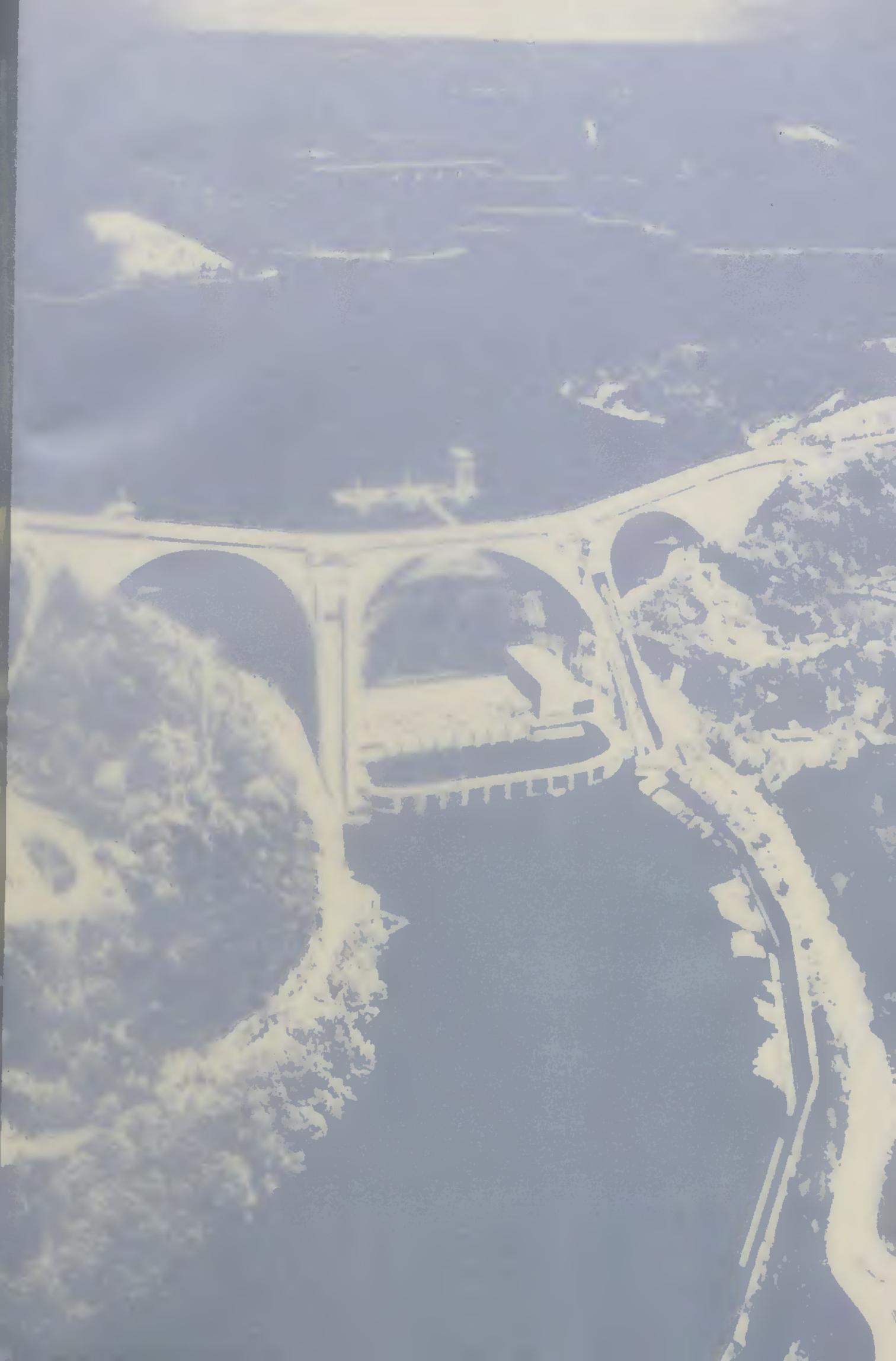
"(...) tendo o representante da EDP, S.A., accionista único da Empresa, em cumprimento do mandato que lhe foi conferido pelo respectivo Conselho de Administração, declarado:

'Votar favoravelmente o Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de mil novecentos e noventa e quatro.'

Passando imediatamente ao ponto Dois da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa voltou a dar a palavra ao representante do accionista que, de acordo com o mandato já referido, ditou para a acta a seguinte declaração: 'Votar favoravelmente a seguinte proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração:

- Reserva Legal927 448 058\$00
(novecentos e vinte e sete milhões quatrocentos e quarenta e oito mil e cinquenta e oito escudos)
- Dividendos.....6 310 000 000\$00
(seis mil trezentos e dez milhões de escudos)
- Distribuição de Resultados
aos Corpos Gerentes2 108 427\$00
(dois milhões cento e oito mil quatrocentos e vinte e sete escudos)
- Distribuição de Resultados
aos Trabalhadores440 700 000\$00
(quatrocentos e quarenta milhões e setecentos mil escudos)
- Resultados Transitados1 594 224 097\$00
(mil quinhentos e noventa e quatro milhões duzentos e vinte e quatro mil e noventa e sete escudos)

(...)"





Edição:
CPPE - Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.
Departamento de Comunicação
Av. Defensores de Chaves, 4 - 1000 Lisboa

Coordenação gráfica: Ribeiro dos Reis

Fotografia: Fototeca EDP
Paulo Roberto

Composição e Impressão: Cabográfica, Lda.

Tiragem: 3000 exemplares

ISSN: 0873 - 1365
Depósito Legal n.º 90236/95

Maio de 1995



CPPE

Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.

Sede Social: Av. Defensores de Chaves, 4 - 1000 LISBOA
Telef. (01) 352 53 53 - Fax (01) 353 92 72

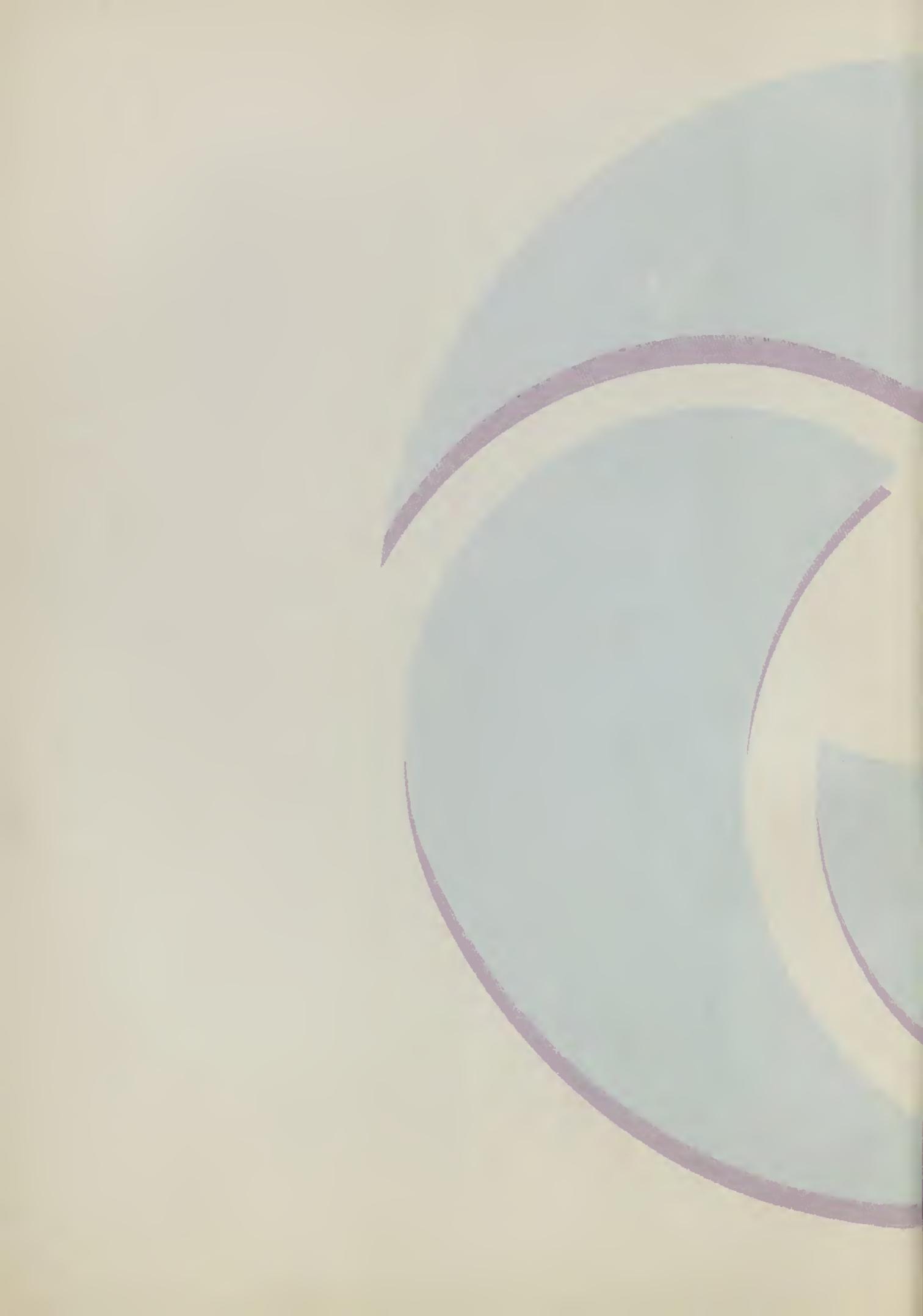
F
EC1
F



CPPE

EXERCÍCIO 1994

**Companhia Portuguesa
de Produção de Electricidade, S.A.**





CPPE

Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO

E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

1994

REESTRUTURAÇÃO DA EDP	5
MACROESTRUTURA DA EMPRESA	6
SÚMULA DOS FACTOS MAIS RELEVANTES DO EXERCÍCIO	8
ACTIVIDADE EMPRESARIAL	11
Exploração do Sistema Produtor	12
Aprovisionamento de combustíveis	14
Actividade Comercial	17
Cooperação e Actividade Internacional	17
Desenvolvimento dos Sistemas de Informação	18
Desenvolvimento do Sistema Electroprodutor	18
Investigação e Desenvolvimento	19
Recursos Humanos	20
Comunicação e Imagem	22
Inspeção e Auditoria	22
Política de Qualidade	22
Política de Ambiente	23
Evolução Económica e Financeira	24
Considerações Finais	29
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	31
Balanço Analítico em 31.12.94	32
Demonstração de Resultados em 31.12.94	34
Demonstração de Resultados por funções	36
Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados	36
DOCUMENTOS DE APRECIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO	59
Certificação Legal de Contas	60
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	63
Parecer dos Auditores Externos	65
Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas	67

Em 1994 o Sector Eléctrico Nacional caracterizou-se, essencialmente, pela profunda reestruturação de que foi objecto a EDP, na sequência dos decretos-lei 7/91 e 131/94 e que se traduziu na criação de catorze novas empresas, das quais seis operacionais actuando nas áreas de produção, transporte e distribuição de energia, cinco de prestações de serviços e três de produção embebida.

Estas catorze empresas, conjuntamente com as cinco anteriormente criadas, formaram um grupo de dezanove empresas sob o comando estratégico da EDP, S.A. que se assume como "Holding" do Grupo.

A actual estrutura do recém-criado Grupo visa a obtenção de maior flexibilidade e eficácia de gestão por forma a garantir que as boas "performances" alcançadas nos anos mais recentes e os consequentes ganhos na exploração económica do Grupo continuarão a crescer e traduzir-se-ão também, em última análise, por benefícios directos para o cliente final.

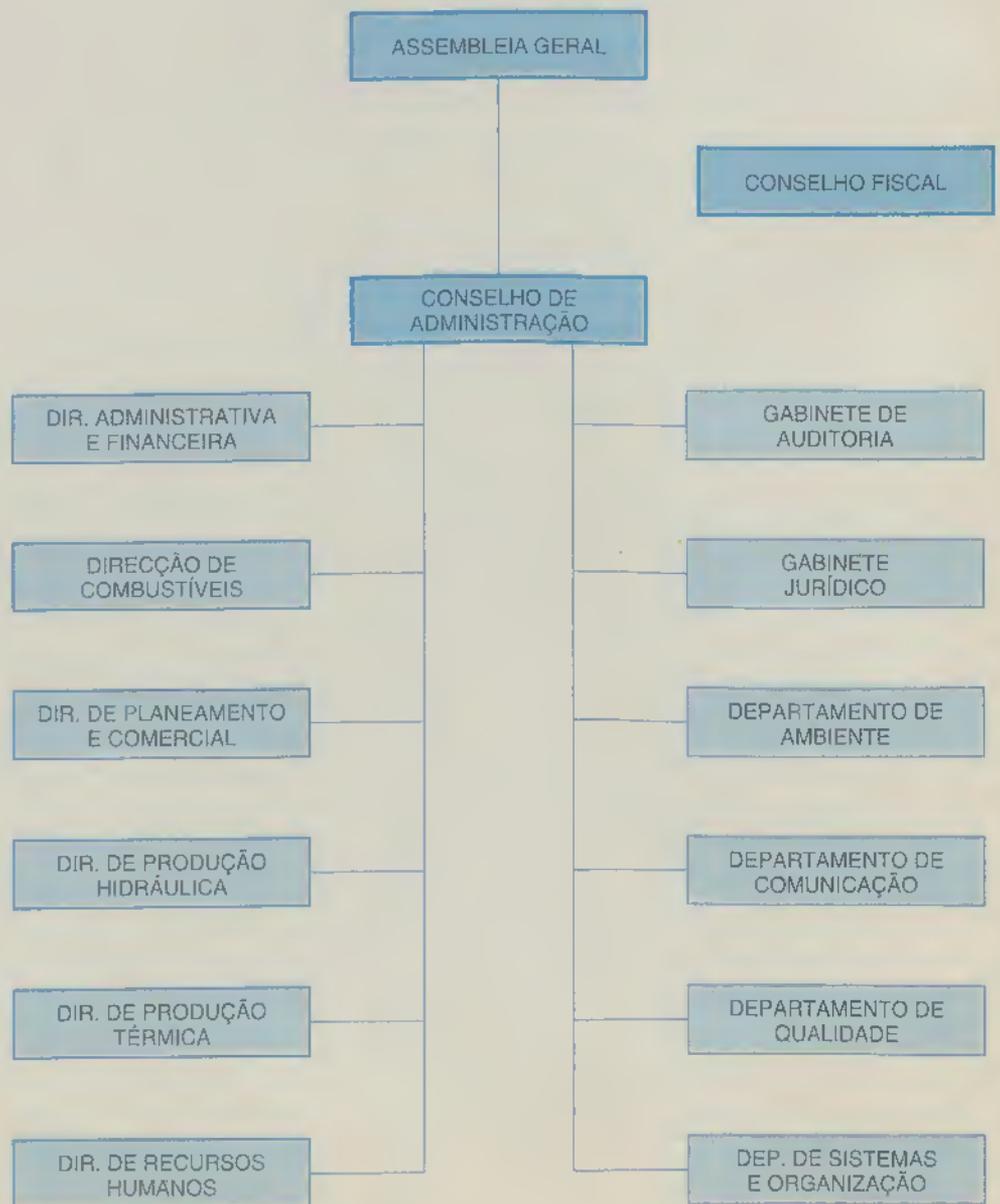
É neste contexto que emerge a CPPE - Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A. cujo capital social de 246 800 mil contos está totalmente subscrito e realizado pela EDP e que detém a totalidade das grandes Unidades de Produção de Electricidade, - Hidráulicas e Térmicas, num total de activos da ordem dos 1 070 milhões de contos, ou seja, cerca de metade do activo líquido global da EDP, donde emanou.

A constituição da CPPE ocorreu em 18 de Agosto de 1994, decorridos que eram já cerca de oito meses do Exercício do ano. Daí que, muito embora para efeitos económicos e fiscais a Companhia parta de um balanço inicial reportado a 1 de Janeiro, certo é que só a partir de 1 de Setembro é dado o arranque de facto da Empresa como

unidade económica independente, dispondo de comando formalmente autónomo, traduzido na existência de Corpos Sociais próprios, nomeados aquando da sua constituição.

A CPPE, cuja missão principal consiste na produção e venda de energia sob a forma de electricidade, participa, desde a sua constituição, no capital das duas empresas de Engenharia do Grupo - HIDRORUMO, (40%) e PROET, (40%), e bem assim nas Empresas de Formação - MRH, (10%), Medicina Apoiada - SÂVIDA, (10%) e de Informática - EDINFOR, (10%), numa lógica empresarial do tipo "outsourcing".

MACROESTRUTURA DA EMPRESA





MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Eng. Hernâni Martins Verdelho
Presidente

Eng. Manuel Joaquim de Oliveira
Vice-Presidente

Eng. Vasco Duarte Rodrigues
Secretário

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng. Amaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado
Presidente

Eng. Diogo de Sousa Almeida Luz
Vogal

Eng. Jorge Manuel Ribeirinho Soares Machado
Vogal

CONSELHO FISCAL

Eng. Rui de Arriaga Ferin Cunha
Presidente

A. Gandara & J. Monteiro
Vogal (ROC)

Dr. José de Oliveira Campos
Vogal

J. Brandão, M. Rodrigues & B. Assunção
Vogal (ROC) Suplente

Dr. André d'Orey Velasco
Vogal Suplente

1 2 3

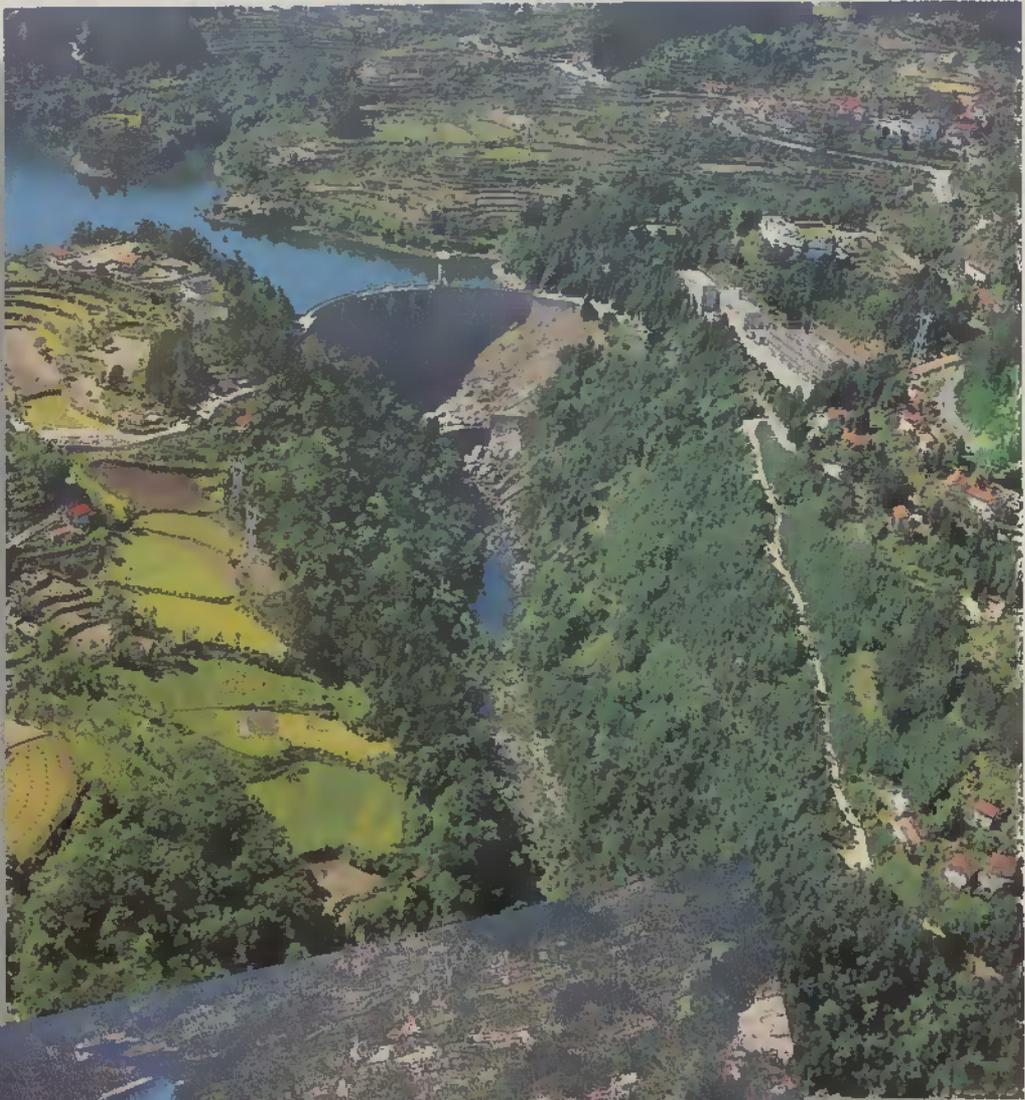
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2 – Eng. Amaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado – *Presidente*

1 – Eng. Diogo de Sousa Almeida Luz – *Vogal*

3 – Eng. Jorge Manuel Ribeirinho Soares Machado – *Vogal*

SÚMULA DOS FACTOS MAIS RELEVANTES DO EXERCÍCIO



1. A Empresa apresenta, neste seu primeiro exercício, uma situação económica e financeira sólida.

O resultado líquido foi de 9.274 milhares de contos depois da atribuição de 764.000 contos como dotação extraordinária para o Fundo de Pensões e de 24.200 milhares de contos para o Fundo de Correção de Hidraulicidade.

O cash-flow gerado situou-se em 49 milhões de contos, garantindo o autofinanciamento dos novos investimentos no montante de 20 milhões de contos.

O rácio Dívida de MLP/Capitais próprios apresenta o valor de 0,74, o que traduz um reduzido grau de risco de insolvência a médio e longo prazo. O indicador Activo/Passivo tem o valor de 1,88, o que confirma a boa situação económica da Empresa.

2. Contudo o ano de 1994 induziu alguns impactos negativos na actividade empresarial:

- O regime hidrológico, embora mais favorável que os ocorridos nos últimos anos, caracterizou-se por afluências inferiores em 8% às da média dos regimes;
- O recurso à importação aumentou, por força da entrada em vigor do contrato de importação com a EDF - Contrato Tripartido - com o correspondente impacto na redução da produção nacional de electricidade;
- O preço médio do carvão importado subiu 3,9% e o do fuelóleo importado subiu 22% relativamente aos correspondentes preços médios de importação do ano anterior;
- Esta acentuada subida do preço do fuelóleo tornou menos competitiva a produção na Central de Setúbal em relação à energia produzida em centrais a carvão de outras Empresas;

3. Em consequência dos factos anteriormente apontados, a produção nas centrais da CPPE atingiu o valor de 25 TWh o que representa uma redução, de 3,7%, relativamente ao ano anterior, quando aquelas centrais eram ainda património da EDP, S. A. (1)

É no entanto de salientar que, mesmo assim, aquele valor corresponde a 86% do consumo total de energia eléctrica do Sistema Eléctrico de Abastecimento Público (SEP), referido à produção.

As vendas de energia eléctrica durante o exercício atingiram o valor de 197 milhões de contos.

As vendas de vapor e cinzas volantes representaram 1,2 milhões de contos, tendo as vendas totais atingido o montante de 198 milhões de contos, o que coloca a CPPE entre as maiores Empresas Nacionais.

4. Em 1994 entrou em serviço o aproveitamento do Caldeirão. O parque hidroeléctrico da CPPE, ficou assim, constituído por 62 grupos geradores instalados em 25 Centrais com uma potência total de 3 495 MW.

Encontra-se nesta altura em fase final de montagem e com perspectivas de entrada em serviço, antes do fim do ano de 1995, um novo grupo no aproveitamento de Miranda.

O aproveitamento de Foz-Côa encontra-se ainda numa fase inicial de construção. Concluiu-se o programa de telecomando da totalidade das centrais hidroeléctricas. Assim, todas as 25 centrais hidráulicas passaram a ser telecomandadas a partir de três Centros de Telecomando, com benefícios, nítidos em termos de conjugação de exploração, fiabilidade, segurança e racionalização da gestão dos meios humanos em presença.

Concluiu-se, também, o programa de instalação de precipitadores electrostáticos em todos os grupos da Central de Setúbal e iniciou-se idêntico programa para a Central do Carregado, com a instalação de precipitadores electrostáticos no Grupo V, o que vem evidenciar com enorme clareza a grande atenção que a Empresa dispensa à redução sistemática dos impactes ambientais associados ao funcionamento das suas centrais térmicas.

5. O esforço de modernização da Empresa prosseguiu com a realização de numerosos trabalhos visando o reforço da segurança de exploração e a melhoria da qualidade de serviço e do rendimento bem como das unidades produtoras e o desenvolvimento e consolidação de sistemas de informação específicos visando a racionalização técnica e administrativa.
6. Os últimos meses do exercício ficaram marcados, em termos organizativos, pela definição da macroestrutura da Empresa e pelo trabalho desenvolvido para a sua implementação, com vista a tornar a CPPE numa Empresa moderna, dinâmica e eficaz.

NOTA: (1) Existindo a CPPE apenas a partir de Agosto de 1994 e não possuindo, portanto, passado histórico, mas tendo herdado as actividades, o quadro de pessoal e o património que estavam a cargo da ex-Direcção Operacional de Produção da EDP, S.A., todas as comparações estabelecidas com anos anteriores traduzem, sempre, a evolução da mesma realidade, embora sob enquadramento jurídico e empresarial diferente.



EXPLORAÇÃO DO SISTEMA PRODUTOR

Parque Electroprodutor em Exploração

Com a entrada em exploração da central do Caldeirão, em Janeiro de 1994, a produtividade média anual e a potência instalada do Parque Hidráulico da CPPE passaram a totalizar 10,5 TWh e 3 495 MW.

No decurso do ano não se alterou a potência instalada no Parque Térmico: 3 555 MW em 7 centrais, pelo que a potência total instalada no Parque Electroprodutor propriedade da CPPE era, no final do ano de 1994, de 7 050 MW.

Produção de Electricidade

Apesar de, no conjunto do ano, o consumo total do Sistema Eléctrico de Abastecimento Público (SEP) referido à Produção ter registado um acréscimo de 2,5% relativamente ao ano anterior, a produção total da CPPE não ultrapassou 25 TWh o que significa, relativamente ao ano de 1993, uma redução da ordem de 3,7%.

Tal decréscimo, que atesta o crescente impacto na actividade da CPPE da concorrência de meios de produção externos, resultou essencialmente dos seguintes factos:

- Maior recurso do Sistema à importação, reflexo, fundamentalmente, da entrada em vigor do contrato de importação com a EDF (Contrato Tripartido);
- Menor utilização da Central de Setúbal em consequência da maior competitividade das centrais a carvão;
- Acréscimo na recepção de energia proveniente de pequenos produtores independentes (+61%).

A repartição da produção pelos parques hídrico e térmico foi naturalmente condicionada pela evolução das afluências.

Assim, a produção de electricidade de origem hidroeléctrica, incluindo a produção do novo aproveitamento do Caldeirão, atingiu em 1994 o valor de 9 639 GWh, superior em 21,7% à do ano anterior.

Apesar disso, no final do ano o armazenamento nas albufeiras da CPPE situava-se no nível ainda favorável de 1 423 GWh, ou seja, 59% da capacidade total, tendo aquele valor atingido o seu pico anual em 1 de Junho, com 1 938 GWh correspondendo a 80% da capacidade total do parque hidroeléctrico.

A melhoria das condições hidrológicas conduziu, naturalmente, à redução dos consumos para bombagem, os quais atingiram apenas o valor de 63 GWh.

A produção de origem termoeléctrica totalizou 15 363 GWh, valor inferior em 14,8% ao registado em 1993 mas ainda assim superior em 4,2% ao que corresponderia à média dos regimes.

Em consequência das condições hidrológicas mais favoráveis, a taxa de utilização da potência máxima das centrais hidráulicas atingiu o valor de 29,7% (27,6% em 1993) e a taxa de Utilização na Disponibilidade foi de 33%, também ligeiramente superior à do ano anterior (30%).

No que respeita às centrais térmicas, a Utilização da Potência Máxima foi de 54,4% e a Utilização da Potência Disponível atingiu 62,7%.

As repartições anuais da produção de electricidade de origem hidroeléctrica e termoeléctrica nos últimos dois anos e a sua variação é apresentada no quadro seguinte.

PRODUÇÃO DAS CENTRAIS – GWh

	1993	1994	VARIAÇ. (%)
Centros de Produção			
Hidroeléctrica			
Sistema Cávado - Lima	1 939	2 665	37,4
Sistema Douro	4 878	5 564	14,1
Sistema Tejo - Mondego	1 103	1 410	27,8
Parque Hidroeléctrico	7 919	9 639	21,7
Centrais Termoeléctricas			
Tapada do Outeiro	335	242	-27,6
Carregado	2 414	815	-66,2
Barreiro	400	334	-16,4
Setúbal	5 343	4 409	-17,5
Sines	9 540	9 561	0,2
Turbinas a Gás	1	1	20,6
Parque Termoeléctrico	18 032	15 363	-14,8
CPPE	25 952	25 001	-3,7

Consumo de combustíveis afectos à Produção

A estrutura de consumos de combustíveis em 1994, comparativamente com a registada em 1993, traduz um reforço da predominância da utilização do carvão (63,6%) relativamente à dos combustíveis de origem petrolífera (36,4%), o qual resulta da subida acentuada do preço do fuelóleo.

Os consumos de gasóleo continuaram a não ter qualquer expressão face ao total dos consumos afectos à produção, como se pode verificar no quadro e gráfico seguintes.

Produção de Vapor e Cinzas

Os fornecimentos de vapor para clientes industriais a partir da Central do Barreiro totalizaram 479 kt, enquanto que as vendas de cinzas volantes da Central de Sines foram de 303 kt.


CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS AFFECTOS À PRODUÇÃO

CENTRAL	1993			1994			VARIAÇÃO		
	(tec)	(lep)		(tec)	(lep)		(%)		
	CARVÃO	FUELÓLEO	GASÓLEO	CARVÃO	FUELÓLEO	GASÓLEO	CARVÃO	FUELÓL.	GASÓLEO
T. OUTEIRO	42 221	63 753	48	41 333	41 069	56	-2,1	-35,6	16,1
CARREGADO		535 115			182 606			-65,9	
BARREIRO		130 580			116 900			-10,5	
SETÚBAL		1 122 498			883 801			-21,3	
SINES	2 939 898	4 642	2	3 027 471	4 211	6	3,0	-9,3	250,0
ALTO MIRA			112			141			25,4
TUNES			251			409			62,5
SUB-TOT.	2 982 119	1 856 588	414	3 068 804	1 228 587	612	2,9	-33,8	47,8
TOTAIS	2 982 119	1 857 002	3 068 804	1 229 199	1 229 199	2,9	2,9	-33,8	

– Os valores mencionados no quadro incluem 42 186 e 44 961 tep de fuel consumidos na Central do Barreiro, respectivamente, em 1993 e 1994, para a produção de vapor industrial.

APROVISIONAMENTO DE COMBUSTÍVEIS

Carvão

Em 1994 assistiu-se à inflexão da tendência para a baixa dos preços que se vinha a verificar nos últimos anos no mercado internacional de carvão. Os preços começaram a subir significativamente a partir de Maio, atingindo-se no final do ano um nível de preços da ordem do verificado no início de 1991.

Um sinal claro da mudança do comportamento do mercado foi a nítida ultrapassagem dos preços de contrato de longo prazo pelos preços do mercado "spot".

A passagem de "mercado comprador" para "mercado vendedor" foi motivada fundamentalmente pela conjugação de dois factores: por um lado o reforço da procura, reflexo da retoma económica, sobretudo no sector siderúrgico japonês, e também o da formação de "stocks" – em resposta às perspectivas de alta dos preços; por outro lado, a sucessão de circunstâncias negativas no lado da oferta, como foram as cheias nos Estados Unidos, as greves na Austrália, os descarrilamentos na África do Sul e as elevadas precipitações na Colômbia.

Estas duas últimas ocorrências provocaram a suspensão de fornecimentos programados para o final do ano o que, associado ao baixo nível de stock na central no último trimestre, obrigou à aquisição de emergência de cargas "spot" no mercado norte-americano.

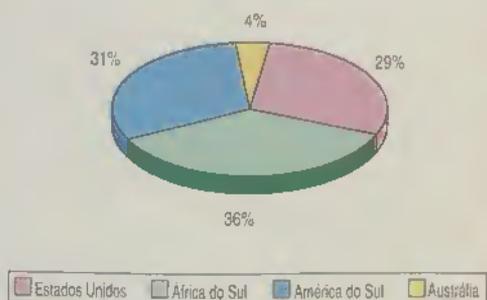
Em 1994 a aquisição de 3 272 kilotoneladas de carvão para Sines processou-se na sua maior parte, (82%) sob o regime de contratos de longo prazo, garantindo a cobertura das necessidades em ano húmido sendo o remanescente adquirido no mercado de curto prazo.

O custo médio do carvão em 1994 – CIF Sines – foi de 43,52 USD/tec em 1994, contra 43,01 USD/tec no ano anterior. Em termos monetários nacionais (PTE), estes

valores foram de 7 200\$00 e 6 930\$00, respectivamente, correspondendo a um acréscimo de 3,9%.

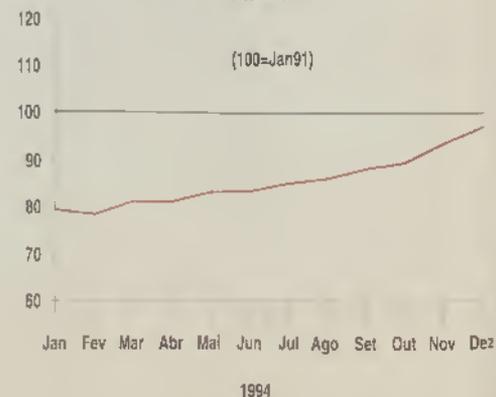
De assinalar, em 1994, a diversificação do cabaz de carvão à Venezuela e à Austrália, passando a CPPE a operar em quatro mercados distintos, cuja repartição em 1994 foi de: 29,3% nos Estados Unidos, 35,2% na África do Sul, 31,2% na América do Sul e 4,3% na Austrália.

REPARTIÇÃO DAS COMPRAS POR MERCADOS DE CARVÃO



No que se refere à qualidade dos carvões adquiridos, continuou-se a privilegiar aqueles que potenciam as boas performances energéticas e ambientais da Central de Sines, quer quando queimados puros, quer em misturas predeterminadas - "blending". Com papel relevante neste último caso estão os carvões venezuelanos (de elevado teor calórico) e alguns carvões norte-americanos (de alto teor de enxofre e elevado teor calórico).

MERCADO CARVÃO IMPORTADO
Índice MICS



Fuelóleo

O mercado internacional do fuelóleo caracterizou-se, em 1994, pela grande volatilidade dos preços, quer em resultado da instabilidade dos preços dos crudes, quer em função das políticas de refinação ao longo do ano.

No início do ano, o Brent e o Dubai estavam, respectivamente, a 13 e a 12 dólares por barril. Em Agosto atingiu-se o pico, com o Brent a 19 dólares e o Dubai a 17,5 dólares por barril. Neste período, o fuelóleo de 3,5% de enxofre subiu de cerca de 60 para 96 dólares por tonelada.

No final do ano, verificou-se nova subida dos preços do fuelóleo, que se situaram um pouco acima dos 100 dólares por tonelada, fundamentalmente devido à escassez induzida pela elevada quota de refinação de produtos brancos.

Em resultado das condições de exploração do sistema electroprodutor em 1994, as aquisições de fuelóleo diminuíram 34% relativamente ao ano anterior, situando-se em 1 290 kilotoneladas.

O preço médio anual do fuelóleo importado, colocado na central, foi da ordem dos 14,7 contos por tonelada, quando no ano anterior havia sido de 11,9 contos por tonelada. Isto corresponde a um acréscimo de cerca de 22%, tendo em consideração o efeito cambial.

Transporte Marítimo

O mercado de transporte marítimo de carvão continuou deprimido no primeiro semestre de 1994, motivando um elevado nível de demolição de navios. Na segunda metade do ano assistiu-se a uma forte subida, alicerçada na retoma da economia e num aumento significativo dos movimentos de minério de ferro e de carvão, tendo os níveis dos fretes no mercado de ocasião ultrapassado largamente as taxas dos contratos a prazo.

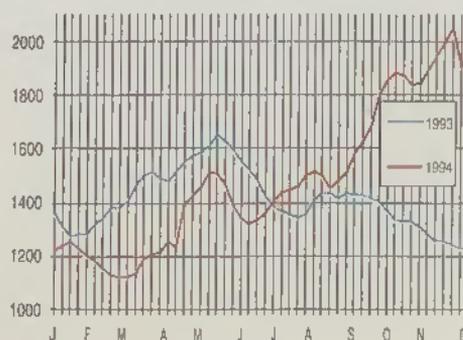
Foi renegociado com a Portline – Transportes Marítimos Internacionais, S.A., com efeitos desde o início de 1994, o contrato a prazo de transporte de carvão, com manutenção das condições gerais de transporte e diminuição das taxas de frete em 7%. Ainda com a mesma Empresa, foi celebrado um novo contrato de transporte marítimo, para um adicional de 600 000 t/ano e com um prazo de 5 anos, sendo as taxas de frete indexadas ao mercado de ocasião.

Em 1994, 58% do transporte do carvão foi efectuado utilizando contratos a prazo a preço fixo e 42% a preços do mercado de ocasião. Apesar da redução do preço médio do transporte por contrato a prazo, obtido por renegociação das taxas de frete com um dos transportadores, a forte subida do mercado de ocasião levou a que o preço médio global do transporte marítimo de carvão fosse de 7,45 USD/tm, contra 7,16 USD/tm em 1993.

FUELÓLEO 1994 (3.5% DE ENXOFRE)



TRANSPORTE MARÍTIMO DE GRANEIS SECOS
Baltic Freight Index 1992 - 1994



Qualidade de Serviço

Disponibilidade

A obtenção de bons indicadores de desempenho das centrais representa, de forma inequívoca, o resultado do desenvolvimento de acções conducentes à optimização das condições de exploração.

No ano em análise, as centrais da CPPE continuaram a registar uma alta taxa de disponibilidade - 89,0% - embora ligeiramente inferior à que se observou em 1993 (89,2%), mas que se situa dentro dos mais elevados padrões apresentados pelas companhias congéneres de outros países.

A taxa de disponibilidade das centrais hidráulicas situou-se em 91,2%, valor um pouco inferior ao verificado no ano anterior (91,6%). Tal ficou a dever-se a um aumento da manutenção programada, dado que a taxa de indisponibilidade fortuita, pelo contrário, desceu de 0,5% em 1993 para 0,2% em 1994.

No que se refere às centrais térmicas, a taxa de disponibilidade foi de 87,8%, o que representa um aumento de 0,5% relativamente ao valor verificado em 1993, sendo de notar que a taxa de indisponibilidade fortuita desceu de 2,9% em 1993 para 1,5% em 1994.

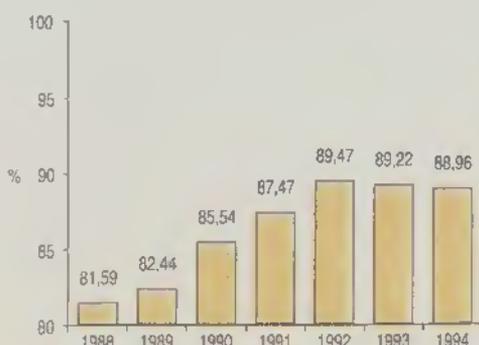
Fiabilidade

O conjunto das centrais hidroeléctricas continua a apresentar um valor excepcionalmente elevado (98,1%) para a taxa de sucesso nas manobras de mudança de estado - que é o indicador aconselhado para analisar a fiabilidade daqueles centros produtores - verificando-se um ligeiro decréscimo relativamente ao valor registado em 1993 (98,4%).

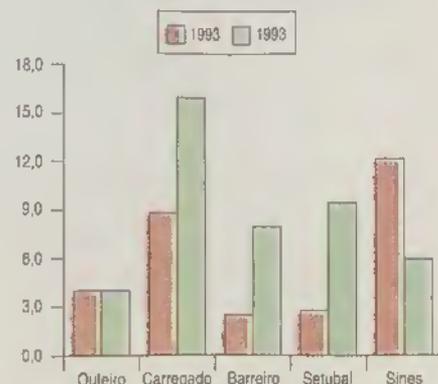
No parque termoeléctrico é usual considerar, como indicador de fiabilidade importante, o número de disparos por 7 000 horas, embora este esteja muito dependente do regime de funcionamento a que os grupos são sujeitos. O quadro seguinte mostra a comparação entre os valores obtidos em 1993 e 1994, verificando-se que nas centrais do Carregado, Barreiro e Setúbal se registaram agravamentos deste indicador.

As causas principais foram: na Central de Setúbal, defeito num pára-raios de um transformador de excitação; na Central do Barreiro anomalias no circuito de comando da turbina; e na Central do Carregado, para além do regime de funcionamento imposto aos grupos, o estado actual dos equipamentos de controlo e regulação, que dificultava a eliminação sistemática das causas de disparo, carecendo aí de um importante esforço de renovação.

EVOLUÇÃO DA DISPONIBILIDADE NA CPPE



DISPAROS / 7 000 HORAS



ACTIVIDADE COMERCIAL

Vendas de Electricidade

No âmbito do processo de reestruturação da EDP, concluiu-se já no final de 1994 a definição do clausulado base dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE) a estabelecer, para cada central, entre a REN e a CPPE e que irão regular as relações técnico-comerciais futuras entre as duas empresas.

Na mesma data estavam igualmente acordados os principais parâmetros técnico-económicos a considerar para cada central ressaltando-se, contudo, a possibilidade de poderem vir ainda a ocorrer pequenos ajustes que a experiência de 1995 venha a aconselhar.

Em simultâneo participou-se no desenvolvimento do Sistema de Informação do Mercado de Energia - Projecto SIME - que constituirá um meio privilegiado e indispensável ao relacionamento comercial dentro do Sistema Eléctrico de Abastecimento Público (SEP), em geral, e entre a Rede Eléctrica Nacional, S.A. (REN) e a CPPE em particular, estando prevista a sua entrada em serviço pleno em todas as centrais térmicas em meados de 1995. No que se refere às centrais hidráulicas, a sua utilização plena está dependente da instalação dos sistemas de telecontagem que se deverá prolongar por todo o ano de 1995.

Decorreram entretanto negociações com a REN para aplicação provisória dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE) com mecanismos mais simplificados e expeditos, por forma a garantir a facturação desde o início do ano de 1995 de acordo com os contratos.

As vendas de energia atingiram o valor de 197 milhões de contos.

Vendas de Vapor e Cinzas

Cinzas

Durante o ano de 1994 a empresa forneceu a diversos clientes um total de 302 938,9 toneladas de cinzas, oriundas da Central de Sines, a que correspondeu um valor de 548,7 mil contos. Estes valores reflectem uma média de 1,8 contos por tonelada.

Durante este exercício comercializaram-se, também, cinzas provenientes da Central da Tapada do Outeiro, embora sem qualquer expressão.

Vapor

O valor da facturação do vapor foi, neste exercício económico, de 605 mil contos. As quantidades de vapor efectivamente fornecidas foram as seguintes:

<i>Características do vapor:</i>	Toneladas
Pressão de 5,5 bar	218 222
Pressão de 20 bar	261 117
TOTAL	479 339

COOPERAÇÃO E ACTIVIDADE INTERNACIONAL

A CPPE manteve, como um dos seus objectivos importantes, o desenvolvimento de actividades de cooperação internacional, isoladamente ou em parceria com a Internel e outras Empresas do Grupo EDP.

Essa actividade internacional permitiu, consoante as circunstâncias:

- Oferecer apoio técnico aos cooperadores e usufruir da experiência e prestígio destas acções;
- Manter uma permanente troca de informações e experiências, proporcionando um acompanhamento recíproco e actualizado das inovações tecnológicas e operacionais, da evolução dos recursos e dos meios de gestão e das pressões do meio envolvente;

c) Afirmar o prestígio da Empresa e dos seus quadros pela qualidade dos seus representantes e do seu contributo.

Merecem referência as acções de formação, em colaboração com a Internet, que técnicos da CPPE desenvolveram nos domínios da Informática e dos Aproveitamentos em Angola, Cabo Verde e Moçambique.

A Central de Sines, em conjunto com centrais dinamarquesas e irlandesas, participou num projecto integrado no programa Force, visando modificações comportamentais que permitam o desenvolvimento de actividades polivalentes e o trabalho em grupo no seio de uma equipa de turnos.

A CPPE continua, também, a dar uma participação empenhada nos vários grupos de trabalho especializados em que está representada, criados no âmbito das Organizações Internacionais em que as Empresas de Electricidade estão associadas: UCPTE (União para a Coordenação da Produção e do Transporte de Electricidade), IESOE (Interligação Eléctrica do Sudoeste da Europa), UNIPEDE (União Internacional de Produtores e Distribuidores de Energia Eléctrica) e ECOBA (Associação Europeia para o uso dos subprodutos da queima de carvão em centrais térmicas).

A CPPE participa, em representação da Direcção Geral de Energia (DGE), no organismo da OCDE "Coal Industry Advisory Board" por ser o maior importador nacional de carvão.

DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Prosseguiu o desenvolvimento e consolidação dos Sistemas de Informação da Empresa, numa perspectiva de modernização e racionalização técnica e adminis-

trativa, destacando-se como resultados mais relevantes os seguintes:

- O GIM - Sistema de Gestão Integrada da Manutenção alargou a sua cobertura à globalidade dos Centros de Produção Hidroeléctricos e das Centrais Termoeléctricas;
- O SISTER - Sistema Informático de Suporte à exploração da Produção Térmica, viu concluída a 1ª fase de desenvolvimento, entrando em serviço experimental no último trimestre do ano;
- A aplicação GPInfo, respeitante a dados hidrológicos e energéticos e ao planeamento e execução de indisponibilidades no âmbito das centrais hidráulicas, entrou em serviço efectivo em todos os Centros de Produção;
- Prosseguiu o programa de automatização da recolha de dados de observação de estruturas das barragens.

DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA ELECTROPRODUTOR

Central do Caldeirão

O grupo da Central do Caldeirão, com 32 MW de potência, efectuou o primeiro paralelo em 20 de Janeiro e entrou em exploração semi-industrial no dia seguinte.

Esta central integra-se num aproveitamento de fins múltiplos, situado na Ribeira do Caldeirão, a poucos quilómetros da cidade da Guarda.

A obra, cujo custo ascendeu a cerca de 16 milhões de contos, a preços de 1994, iniciou-se em 1986 e tem potencialidades tão diversas como a produção, em ano médio, de 46 GWh, o abastecimento de 1 milhão de m³ de água por ano à cidade e concelho da Guarda (evoluindo gradualmente até 7 milhões no ano 2030), o desenvolvimento de actividades turísticas, desportivas e de recreio, bem como o apoio ao combate aos incêndios florestais.

Centros Produtores em construção

No final do ano encontravam-se em construção os empreendimentos hidroelétricos de Miranda II e Foz Côa com as características indicadas no quadro seguinte, que conjuntamente representam 358 MW de potência a instalar e 553 GWh de produtividade média anual esperada.

Assinalam-se de seguida os desenvolvimentos mais significativos registados no âmbito destes dois empreendimentos:

Miranda

Prosseguiram os trabalhos da empreitada principal de engenharia civil, bem como os fornecimentos e montagens dos equipamentos hidromecânicos e electromecânicos, tendo-se iniciado a montagem da turbina, do estator e do rotor do alternador.

Foz Côa

Concluíram-se os trabalhos relativos às escavações prévias e acessos à barragem e às instalações da obra. Procedeu-se às adjudicações da empreitada principal de engenharia civil e do fornecimento e montagem do equipamento hidromecânico dos órgãos de descarga da barragem, tendo-se,

ainda, acompanhado os trabalhos em curso, no âmbito do Plano Arqueológico do Côa.

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Estudos e Projectos

Durante 1994 desenvolveram-se ou concretizaram-se os seguintes estudos e projectos:

- Regulação automática do nível das albufeiras dos aproveitamentos da Régua, Carrapatelo, Crestuma-Lever e Torrão;
- Reabilitação dos grupos 3 e 4 da Central do Carregado;
- Remodelação do Sistema de Queima dos grupos 1 e 2 da Central de Setúbal.

Além destas actividades, a CPPE continuou a assegurar a sua participação em projectos comunitários, inseridos nos programas Brite-Euram, Sprint e Priam, só ou em estreita colaboração com outras empresas do Grupo, líderes desses projectos.

Em ligação directa com entidades nacionais como o INETI, o INESC e o IST, são de referir os seguintes projectos em que participamos:

- Análise vibratória de caldeiras de potência;
- Caracterização dos "sprays" de fuelóleo;
- Estudo de fenómenos de corrosão em circuitos de refrigeração de centrais;
- Estudo do escoamento do ar em queimadores de fuelóleo;
- Estudo de um sistema de detecção de anomalias no circuito de alimentação de óleo combustível;

CENTROS PRODUTORES EM CONSTRUÇÃO

Empreendimento	MIRANDA II (b)	FOZ CÔA
Curso de Água	Douro	Côa
Tipo de Aproveitamento	Fio de Água	Albufeira
Data Prevista para a Entrada em Exploração	1995	1999
Número de Grupos	1	2
Potência (MW) (a)	193	144
Fase de Construção	Final	Inicial
Produtibilidade Média Anual (GWh)	223	330 (c)

a) - Potência total nos veios das turbinas sob a queda de dimensionamento;

b) - Reforço de potência. As características indicadas referem-se aos novos grupos;

c) - Incluindo a contribuição da bombagem.

- Estudo de sistema visando o desenvolvimento de controladores preditivos/adaptativos, para melhoria do desempenho da cadeia de regulação de nível do barrilete de uma caldeira de potência.

RECURSOS HUMANOS

De acordo com a política estabelecida, prosseguiu o esforço que tem vindo a ser desen-

volido com o objectivo de reajustar quantitativa e qualitativamente os recursos humanos às necessidades e à evolução da Empresa.

Evolução dos Efectivos

Da análise da evolução dos últimos três anos verifica-se uma redução sistemática dos efectivos, no sentido de um mais correcto aproveitamento dos Recursos Humanos da Empresa.

EVOLUÇÃO DE EFECTIVOS 1991-1994

	1991	1992	1993	1994			94-12-31	94/93
				Entradas	Saídas	SalDOS		
Quadro Permanente	2 663	2 436	2 277	27	76	-49	2 228	-2,2
Contrato a Termo	52	12	19	6	9	-3	16	-15,8
TOTAL	2 715	2 448	2 296	33	85	-52	2 244	-2,3

NÚMERO DE TRABALHADORES POR CARGO DE DIRECÇÃO/CHEFIAS SUPERIORES E CATEGORIA PROFISSIONAL

Categoria Profissional	1991		1992		1993		1994	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Directores/Chefias Superiores	21	0,8	25	1,0	28	1,2	37	1,6
Quadros Superiores	305	11,2	304	12,4	281	12,2	277	12,3
Quadros Médios	141	5,2	125	5,1	114	5,0	134	6,0
Chefias Intermédias	138	5,1	132	5,4	174	7,6	-	-
Chefias de Secção	-	-	-	-	-	-	28	1,2
Profissionais Altamente Qualificados	502	18,5	486	19,9	419	18,2	625	27,9
Profissionais Qualificados	829	30,5	748	30,5	704	30,7	659	29,4
Profissionais Semi-Qualificados	610	22,5	516	21,1	483	21,0	423	18,9
Profissionais não Qualificados	169	6,2	112	4,6	93	4,1	61	2,7
TOTAL	2 715	100,0	2 448	100,0	2 296	100,0	2 244	100,0

ESTRUTURA ETÁRIA POR SEXO

Grupo Etário (anos)	1994			Estrutura (%)			
	Homens	Mulheres	TOTAL	1991	1992	1993	1994
< 25	12	2	14				
26 a 30	43	8	51				
31 a 35	253	40	293				
				29,9	27,2	21,1	16,0
36 a 40	520	95	615				
41 a 45	455	70	525				
				37,5	42,9	47,7	50,8
46 a 50	281	41	322				
51 a 55	265	14	279				
56 a 60	120	7	127				
> 61	17	1	18				
				32,6	29,9	31,2	33,2
TOTAL	1 966	278	2 244	100,0	100,0	100,0	100,0

A redução atingida em 1994 foi de 52 trabalhadores, como mostra o quadro seguinte, que apresenta também a sua distribuição por níveis de qualificação.

Da análise dos valores apresentados no quadro "Trabalhadores por estrutura etária" verifica-se uma redução significativa na população com menos de 35 anos e um ligeiro aumento na população situada acima desta idade.

Verifica-se também que cerca de 50% dos trabalhadores se situam na faixa dos 36 aos 45 anos. Os escalões dos 46 a 50 e dos 31 a 35 anos surgem logo a seguir.

Formação

O esforço realizado na formação dos Recursos Humanos da Empresa visou adequar o desempenho profissional às alterações tecnológicas, administrativas e organizacionais que vão sendo introduzidas.

O número de acções de formação e a sua distribuição por grupos profissionais, bem como a comparação com o ano anterior, estão representadas no quadro seguinte.

O volume de formação foi de 9 150,5 dias, valor inferior em 14% ao verificado em 1993 (10 663,5 dias).

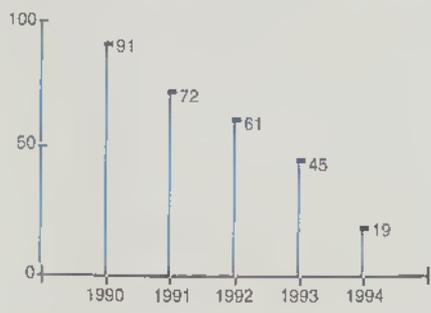
O número de participantes que frequentaram as diversas acções de formação profissional foi de 1 346, o que comparado com o ano transacto representa um acréscimo de 2,9%.

Ainda tendo em conta o número de acções de formação profissional ministradas em 1994, deve-se destacar o número das realizadas na área da Informática (107), o que traduz bem o valor estratégico que a CPPE atribui a esta área.

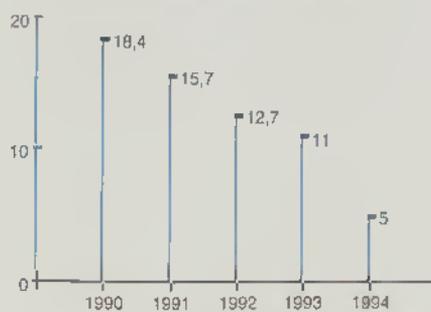
Prevenção e Segurança

O ano de 1994 caracterizou-se por uma redução notável da sinistralidade, como atestam os gráficos seguintes.

EVOLUÇÃO DO N.º DE ACIDENTES DE TRABALHO C/INCAPACIDADE



EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE FREQUÊNCIA



Esta evolução favorável é o resultado de um esforço porfiado de prevenção que tem sido desenvolvido nos últimos anos.

NÚMERO DE ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

	1993		1994		VAR (%) (94/93)
	NÚMERO	%	NÚMERO	%	
QUADROS SUPERIORES	179	52,0	114	39,0	-36,3
QUADROS MÉDIOS	18	5,2	16	5,5	-11,1
CHEFIAS INTERMÉDIAS	14	4,1	5	1,7	-64,3
PROFISSIONAIS INDUSTRIAIS	61	17,7	81	27,8	32,8
PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS	72	21,0	76	26,0	-5,5
TOTAL ACÇÕES DE FORMAÇÃO	344	100,0	292	100,0	-15,1

Em 1994 as acções preventivas centraram-se fundamentalmente em:

- a) continuação das acções iniciadas em anos anteriores e relacionadas com a protecção contra o ruído, uso de "écrans" de visualização e prevenção rodoviária;
- b) aumento para 29 do número de auditorias efectuadas;
- c) melhoria dos Planos de Emergência Internos, com revisão dos planos de actualização e realização de simulacros e treinos, envolvendo dezenas de trabalhadores;
- d) realização de mais de 40 acções de formação, envolvendo cerca de 600 trabalhadores, incidindo sobre combate a incêndios, riscos eléctricos e protecção das vias respiratórias.

COMUNICAÇÃO E IMAGEM

A criação do Departamento de Comunicação na CPPE, veio autonomizar a política de informação e comunicação da Empresa, sem contudo se perderem de vista as iniciativas definidas centralmente.

O Departamento tem como objectivo fundamental a gestão da Imagem da Empresa, proporcionando condições para que se estabeleça, entre todos os interlocutores da CPPE, uma comunicação positiva e um clima de bom relacionamento e de boa vizinhança.

Em 1994 iniciaram-se, entre outras, as seguintes acções, consideradas como prioritárias:

- Implementação da Política de Comunicação da CPPE, criando condições para a consolidação de um clima de bom relacionamento com todos os interlocutores da Empresa, desde os Órgãos de Comunicação Social à comunidade envolvente;
- Implementação de acções que evidenciem que a CPPE é uma Empresa preocupada

com os valores económicos, sociais, culturais e ambientais do País e das regiões onde exerce a sua actividade;

- Criação e implementação de suportes de comunicação para toda a Empresa, que permitam construir de uma forma homogénea a imagem da CPPE;
- Realização das alterações necessárias nos suportes de comunicação interna da CPPE, por forma a proporcionar uma maior aproximação entre todos os Trabalhadores e contribuir para a consolidação da cultura de Empresa.

INSPECÇÃO E AUDITORIA

Com o objectivo de analisar e rever a conformidade dos procedimentos e a fiabilidade da informação, foram desenvolvidas acções de auditoria, conduzidas pelos departamentos especializados da EDP S.A. e da própria Empresa, que incidiram, basicamente, sobre o funcionamento de Tesourarias e de Armazéns, sobre o controlo de combustíveis em parque, e sobre a circularização de saldos de fornecedores e contratação de serviços de transporte.

As recomendações formuladas foram planificadas em termos de implementação e seguimento.

POLÍTICA DE QUALIDADE

Durante o ano de 1994 a Qualidade foi assumida como uma das áreas estratégicas da Empresa, com vista à melhoria dos seus resultados globais e da sua competitividade face ao mercado crescentemente concorrencial em que se insere. Tornou-se, portanto, necessário implementar um programa de acções que conduzisse de forma gradual e sustentada à aplicação dos princípios e das práticas da Qualidade a todas as áreas e níveis da Empresa.

Em 1994 começou-se por centrar as acções essencialmente na área da Formação e da Sensibilização. Nestes termos, merecem destaque as seguintes acções:

a) A participação de técnicos da CPPE no 38º Congresso Anual da European Organisation for Quality (EOQ) que se realizou em Lisboa;

b) A realização de acções de formação nos domínios da "Auditoria da Qualidade" e da "Garantia da Qualidade", para Quadros, integradas no Plano de Formação da Produção Térmica;

c) A realização, com o apoio e no âmbito das actividades da Direcção Central da Qualidade da EDP S.A., de uma acção de formação sobre a filosofia e princípios da Gestão pela Qualidade Total, denominada "Auto-avaliação/auto-diagnóstico da Qualidade - metodologia do Prémio de Excelência do Sistema Português da Qualidade", que contou com a participação de toda a Macroestrutura da CPPE.

Com vista a enquadrar as acções a desenvolver no futuro, definiu-se a estrutura e as actividades principais do Departamento da Qualidade bem como a sua relação com os restantes Departamentos e Direcções da CPPE.

POLÍTICA DE AMBIENTE

Os princípios básicos da Política de Ambiente da CPPE, definidos em consonância com as orientações estabelecidas ao nível do Grupo EDP, determinam uma atitude activa e socialmente empenhada na protecção e salvaguarda dos valores e critérios ambientais, internalizando a consciência ambiental como suporte para a actualização técnica e a gestão empresarial.

A concretização da Política de Ambiente tem sido traduzida num conjunto de actuações que visam a consolidação de um desempenho ambiental cada vez mais exigente, baseado na definição e cumprimento

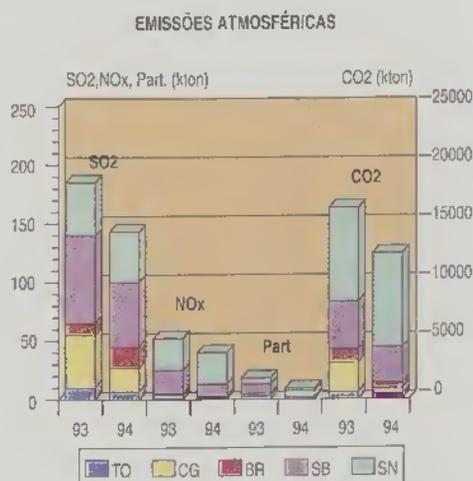
voluntário de objectivos específicos e contemplando, nomeadamente: o desenvolvimento e aplicação de medidas de redução dos factores de impacte ambiental; o controlo e monitorização dos parâmetros de qualidade do ambiente envolvente das nossas instalações; a valorização e reutilização de resíduos e efluentes; a limitação no uso de equipamentos ou produtos nocivos; os estudos de avaliação dos efeitos da actividade da empresa no ambiente e o desenvolvimento de medidas visando um melhor aproveitamento dos recursos naturais e energéticos.

Durante o ano de 1994 desenvolveu-se um conjunto de acções, visando a redução e controlo dos impactes atmosféricos, de que se destacam:

- Controlo em contínuo das emissões atmosféricas de todas as centrais térmicas, com instalação de equipamento de medida dos principais poluentes (SO₂, NO_x e partículas);
- Redução da emissão de partículas nas centrais a fuelóleo, através da instalação de precipitadores electrostáticos e medidas de optimização da combustão;
- Desenvolvimento da base de dados central de ambiente "AR_VERDE";
- Conclusão do processo de reformulação das redes de monitorização da Qualidade do Ar nas zonas de influência das centrais;
- Aquisição do Laboratório Móvel de medida da Qualidade do Ambiente;
- Preparação, na Central de Sines, de um parque para deposição de resíduos sólidos industriais.

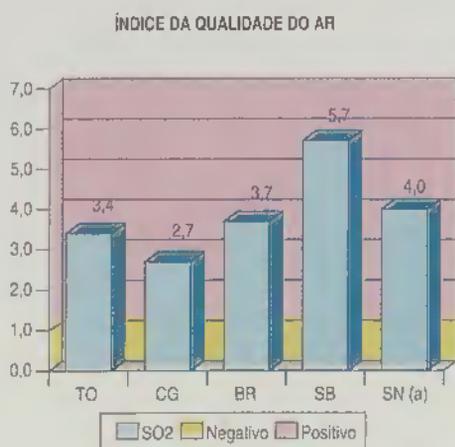
Os valores das emissões atmosféricas no ano em análise apresentaram-se inferiores aos do ano anterior, devido, fundamentalmente, à menor utilização das centrais térmicas. A Central de Sines foi a que maior contribuição teve para a produção de energia eléctrica e conseqüentemente para a emissão de CO₂ e NO_x, enquanto que a

Central de Setúbal apresentou a maior contribuição para a emissão de SO₂ e partículas.



O índice de qualidade do ar, que relaciona o valor limite da concentração de SO₂ e o valor equivalente mais elevado observado nos postos de medida, apresentou em 1994 valores favoráveis (superiores à unidade) em todas as centrais.

Os valores obtidos para este índice permitem considerar que o impacto atmosférico se situou em níveis socialmente aceitáveis nas zonas de influência das centrais térmicas.



(a) Valor determinado por entidade exterior à EDP.

No que se refere aos impactos aquáticos e gestão de recursos hídricos, durante o ano em análise e à semelhança dos anos ante-

riores, foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Avaliação das condições de funcionamento da nova Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) na Central da Tapada do Outeiro e desenvolvimento de projectos de reformulação nas restantes centrais térmicas;
- Campanhas sazonais de recolha e análise físico-química de amostras de água das principais albufeiras, especialmente nas que são utilizadas como fontes de abastecimento público;
- Exploração dos aproveitamentos hidroeléctricos visando a minimização dos impactos aquáticos, provocados principalmente por outras actividades humanas localizadas a jusante, destacando-se:
 - Assegurar os caudais ecológicos nas barragens de Alto Rabagão, Vilarinho das Furnas, Vilar e Fronhas, respectivamente dos rios Rabagão, Homem, Távora e Alva;
 - Assegurar caudais médios diários no rio Lima que contrariaram o efeito das marés vivas sobre a salinidade dos solos agrícolas e sobre a salinidade da água junto às captações de indústrias a jusante;
 - Entrada em serviço do elevador de peixes no aproveitamento do Touvedo;
 - Instalação nas barragens de Fronhas e do Caldeirão de dispositivos para captação de água para o caudal ecológico em zona não eutrofizada.

EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Envolvente macroeconómica

Em 1994, a evolução da economia nacional foi marcada pelo início do processo de retoma tendo o crescimento do PIB atingido, no final do ano, cerca de 1%, cumprindo-se assim as expectativas de crescimento do final de 1993.

Tal como aconteceu na maioria dos países da Europa, a procura externa constituiu o

principal motor desta recuperação, tendo os seus efeitos, na procura interna, feito sentir-se apenas no decurso do segundo semestre do ano.

O investimento estagnou (crescimento de cerca de 0,1%) tendo, no entanto, dado sinais de algum dinamismo já no final do ano, em especial nos sectores da construção e dos transportes.

A esta estagnação também não foi alheia a moderação significativa verificada no investimento público, conseqüente de uma transferência, inferior ao previsto, de fundos comunitários.

O crescimento do consumo público não foi além dos 0,75%, enquanto o crescimento do consumo privado global, por força da forte recuperação do turismo, rondou os 0,5%.

A taxa de desemprego, depois de ter tido um agravamento, de 6,2% para 6,8%, entre o 4.º trimestre de 1993 e o 1.º trimestre de 1994, manteve-se praticamente inalterada até final do ano.

A moderação da procura, aliada à política cambial de taxas de câmbio estáveis, assente numa política monetária de taxas de juro altas para manter aquela estabilidade cambial, contribuiu para a continuação da trajectória descendente da inflação que, em termos médios, no final de 1994, se situou em 5,2%.

A nível nacional a procura de electricidade cresceu cerca de 3%.

Em termos hidrológicos, o ano de 1994, sendo menos seco que o ano anterior, não foi ainda um ano de pluviosidade normal, - fixando-se em valores cerca de 8% inferiores à média. Isto implica custos acrescidos, designadamente por maior recurso a utilização das centrais térmicas.

Durante o ano verificou-se um agravamento no preço dos combustíveis (carvão, 3,9% e fuel, 22%) reflexo do aumento da procura global, induzida, essencialmente, pela recuperação económica que se faz hoje sentir a

nível mundial, com a retoma já bem evidenciada no decurso do ano de 1994.

"Performance Empresarial"

Com esta envolvente a Empresa apresenta, ao cabo do seu primeiro exercício, um Resultado líquido de 9.274 milhares de contos, depois de complementar em 764 milhares de contos a Dotação Extraordinária para o Fundo de Pensões e dotar de 24.200 milhares de contos o Fundo de Correção de Hidraulicidade (ver Nota 48.f do Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados), mantendo, assim, a tendência positiva que vinha sendo observada nos últimos anos nos resultados da EDP, SA.

As vendas atingiram 198.340 milhares de contos, provenientes, quase exclusivamente, da venda de energia eléctrica à REN.

O cash-flow gerado situou-se em 49.271 milhares de contos, garantindo o autofinanciamento total dos novos Investimentos e permitindo, ainda, uma redução substancial da Dívida que foi alocada à Empresa, aquando da sua constituição.

Durante o exercício a Empresa consolidou a sua solidez económica e financeira, como se pode constatar da análise das suas demonstrações financeiras, insertas neste relatório.

Função Financeira

A data da criação da CPPE implicou que, nos primeiros oito meses de 1994, a sua gestão se tenha processado sob a égide da EDP, S.A., no contexto de uma actividade operacional assente na organização da Direcção de Produção, que lhe deu origem. Desta forma, justificam-se os ajustamentos que foi necessário fazer nas contas da Empresa e se entendem, também, as poucas alterações sofridas nos procedimentos e na gestão das áreas até então centralizadas.

SERVIÇO DA DÍVIDA - Evolução em 1994

1994	DÍVIDA		ENCARGOS FINANCEIROS		
	REEMBOLSOS	SALDO	JUROS	DIF. CÂMBIO	TOTAL
01/JAN	530 607,4				
31/AGO	42 468,0	488 139,5	33 869,7	- 1 583,3	32 286,4
30/SET	6 151,0	481 988,4	3 094,5	845,2	3 939,7
31/OUT	8 939,3	473 049,1	3 774,4	- 444,1	3 380,3
30/NOV	2 086,5	470 962,6	4 920,5	- 88,8	4 831,7
31/DEZ	4 782,1	466 180,5	3 951,2	292,3	4 243,5
TOTAL	64 426,9	-	49 610,3	- 978,7	48 631,6
% variação	12,14%				

A Dívida de 530 607,4 milhares de contos atribuída à CPPE foi amortizada durante o ano de 1994 no montante de 64 426,9 milhares de contos, atingindo no final do Exercício 466 180,5 milhares de contos, o que traduz um decréscimo superior a 12% relativamente ao valor inicialmente alocado à Empresa.

Os encargos financeiros inerentes à dívida, - juros e diferenças de câmbio, atingiram o valor de 48 631,6 milhares de contos, como consta do quadro anterior.

No final do exercício a decomposição da Dívida, em termos de prazo de vencimento, era a seguinte:

- Curto Prazo (*) 102 233,9 milhares de contos
- Médio e Longo Prazos 363 946,6 milhares de contos

(*) - Dívida de ML Prazos vencida a curto prazo

Investimento

Durante o exercício foi dada continuidade à execução do plano de investimentos aprovado ainda pela EDP, S.A. para a produção de electricidade que, a custos totais, incluindo portanto encargos financeiros intercalares, foi da ordem dos 19 565 milhares de contos.

Foi também significativo o investimento efectuado em meios informáticos que atingiu o valor de 155 000 contos e que reflecte a importância dada pela Empresa à modernização dos seus sistemas de tratamento de informação, factor crítico para uma oportuna e adequada tomada de decisão.

INVESTIMENTO EM 1994

Unidade: Milhares de Contos

	Custos Técnicos	Custos Financeiros	Total
Específico			
Produção Hidráulica	11.592	3.941	15.533
Aproveitamentos em Construção	9.181	2.255	11.436
Aproveitamentos a Lançar	11	11	22
Aproveitamentos em Exploração	2.400	1.675	4.075
Produção Térmica	2.571	983	3.554
Centrais em Exploração	2.571	983	3.554
Estudos e Projectos	34	12	46
Outro (Não Específico)	430	0	430
Total	14.627	4.938	19.565

Balanço

Como se pode concluir da análise do *Balanço Comparativo* da Empresa, em 1 de Janeiro de 1994 – início da actividade – e em 31 de Dezembro de 1994 – data de encerramento do 1º exercício económico – o *Activo Líquido* aumentou cerca de 5 milhões de contos, os *Capitais Próprios* cresceram de 9,4 milhões de contos, diminuindo o *Passivo* cerca de 4,5 milhões de contos.

Verifica-se, por outro lado, que a Empresa consolidou durante o ano o equilíbrio da estrutura do balanço, reforçando a sua solidez financeira, como evidenciam os ratios de solvabilidade, abaixo considerados.

de Capitais próprios e 60% de Capitais alheios.

Solvabilidade Total, (Activo/Passivo): Este indicador tem a expressão de 1,88 o que confirma o baixo grau de risco de insolvência da Empresa.

Autonomia Financeira, (Capitais próprios/Activo Total): Situa-se em cerca de 47% o que, conjugado com os índices anteriores nos diz da capacidade de endividamento "disponível" e, portanto, da margem para uma decisão a tomar sobre o nível do "alavancamento financeiro" desejado e/ou estrategicamente adequado.

Liquidez Geral, Fundo de Maneio e Cobertura do Imobilizado: Estes ratios, correlacionados, apresentam valores que fogem aos "padrões" que indiciam uma

BALANÇO COMPARATIVO

Unidade: Milhares de contos

	01/01/94	31/12/94	
		Valor	Estrutura (%)
Activo	1.067.767	1.072.690	100,0
Imobilizado (líquido)	1.055.167	1.030.750	96,1
Circulante	12.539	41.886	3,9
Acrésc. e diferimentos	60	55	0,0
Passivo	574.155	569.685	53,1
Exigível MLP	494.856	375.891	35,0
Exigível CP	65.564	153.993	14,4
Acrésc. e diferimentos	13.734	39.801	3,7
Capitais Próprios	493.613	503.005	46,9
Passivo + Capitais Próprios	1.067.767	1.072.690	100,0

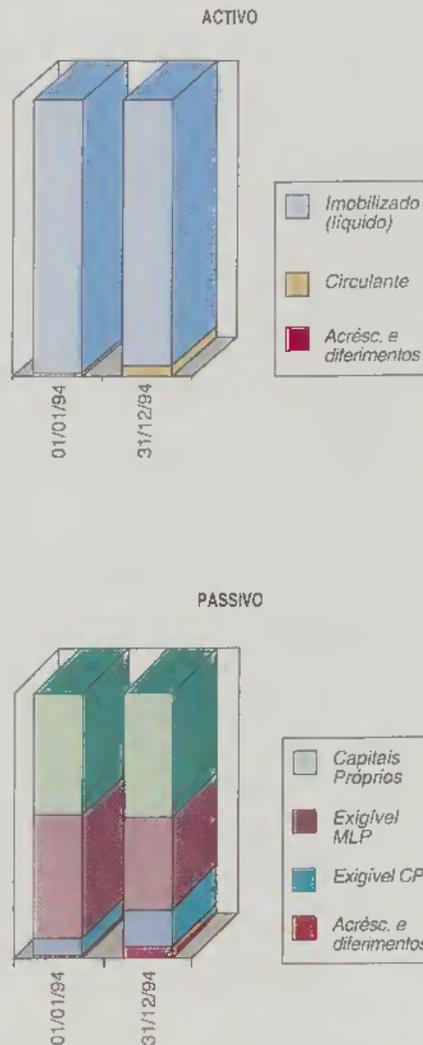
Estrutura Financeira, (Exigível ML Prazos/Capitais Próprios): apresenta um índice de 0,74 equivalente a uma relação "Capitais próprios – Capitais alheios" de 6 para 4, aproximadamente.

Esta relação, sob o ponto de vista do grau de risco de insolvência a ML Prazos, revela-se equilibrada quando cotejada com os índices do Sector Eléctrico Espanhol, tal como o nosso, regulado, que apresenta para este indicador estrutural valores médios que invertem a mesma relação, ou seja, 40%,

boa situação de Tesouraria e, óbvia e consequentemente, uma boa capacidade da Empresa para satisfazer os seus compromissos de Curto Prazo.

Isto deve-se, essencialmente, à gestão do Serviço de Dívida do Grupo EDP, cuja tática vem passando por substituir empréstimos de ML Prazos por outros de Curto Prazo, com ganhos traduzidos em menores custos financeiros, sem com isso deixar de honrar quaisquer compromissos, como é já paradigma da EDP, SA.

Tal só é possível dada a facilidade de crédito de que desfruta, tanto no mercado doméstico como no externo, a hoje *Holding EDP*.



Demonstração de Resultados

Durante o exercício as vendas totais atingiram o valor de 198,4 milhões de contos dos quais 197,2 relativos às vendas de energia eléctrica à REN - Rede Eléctrica Nacional, SA, correspondentes a 23 777,4 GWh emitidos, sendo o restante - 1.166 milhares de contos - proveniente essencialmente da venda de cinzas e vapor.

Como se pode verificar no quadro seguinte:

CONTA DE RESULTADOS

Unidade: Milhares de Contos

	1994
Vendas e Prestação de Serviços	198.352
Trabalhos para a Própria Empresa (a)	1.997
Produtos e Trabalhos em Curso	-125
Outras Receitas Correntes	76
Proveitos Inerentes ao Valor Acrescentado	200.300
Compra de electricidade	1
Combustíveis	45.410
Materiais Diversos	802
Correcção de Hidraulicidade	1.479
Fornecimentos e Serviços Externos	13.150
Impostos Indirectos	46
Consumos Corrigidos	(-) 60.889
Valor Acrescentado Bruto	(=) 139.411
Despesas com Pessoal	(-) 12.915
Outros encargos de Exploração	(-) 1.200
Outros Proveitos de Exploração	(+)
Excedente Bruto de Exploração	(=) 125.296
Despesas Financeiras	(-) 52.488
Receitas Financeiras	(+)
Imputação Despesas Financ. a T.P.E.	(+)
Resultados Extraordinários e de Exercícios Anteriores	(+)
Impostos Directos (IRC)	(-)
Cash-Flow	49.271
Amortizações	(-)
Provisões	(-)
Resultado Líquido	9.274

(a) Sem Encargos Financeiros

Os *Proveitos Inerentes ao Valor Acrescentado* têm a expressão de 200,3 milhões de contos, com origem, quase exclusiva, na venda de electricidade, já que a venda de vapor não foi além de 605 mil contos e as vendas de cinzas rondaram apenas os 549 mil contos.

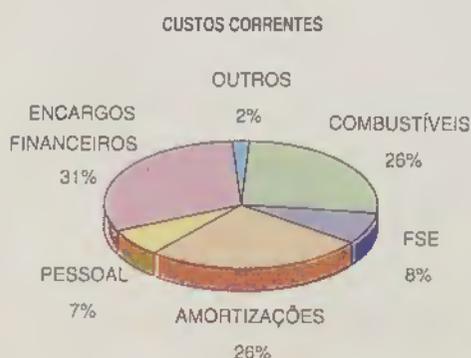
O *Valor Acrescentado Bruto* , ou riqueza gerada pela Empresa, rondou os 140 milhões de contos, ou seja, cerca de 60,8 mil contos por trabalhador, situando-se os consumos à volta dos 60 milhões de contos, constituídos essencialmente pelos *Combustíveis*

(45,4 milhões de contos) e *Fornecimentos e Serviços Externos* (13,2 milhões de contos). O *Excedente Bruto de Exploração (Margem Bruta)* rondou os 125,3 milhões de contos, sendo as *Despesas com Pessoal* próximas dos 13 milhões de contos, o que corresponde a cerca de 5,7 mil contos por trabalhador.

O *Cash-Flow* foi da ordem dos 49 milhões de contos, para o que contribuíram, essencialmente, um valor de *Amortizações* de 45,5 milhões de contos, a redução de *Provisões* de 5,4 milhões de contos e o *Resultado Líquido* de 9,3 milhões de contos. Estes resultados atestam do potencial da Empresa para satisfazer o seu *Serviço de Dívida*.

Verifica-se, também, que o *cash-flow* gerado garante a totalidade do financiamento dos novos investimentos da Empresa, sem recurso, portanto, ao mercado financeiro, e/ou a novos capitais do accionista.

Por último, cabe ainda notar que a análise dos Custos de Exploração permite concluir haver um certo equilíbrio entre as três principais naturezas que integram estes custos - *Combustíveis, Amortizações e Encargos Financeiros* - que contribuem, conjuntamente, com mais de 80% da sua totalidade, numa repartição, entre si, não longe da equitativa. Os restantes 20 % distribuem-se por *Encargos com Pessoal* (7 %) e *Fornecimentos e Serviços Externos* (8 %) e por custos diversos, o residual.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perspectivas para 1995

O exercício de 1995 será o primeiro completo da vida da CPPE. Se não ocorrerem grandes alterações nas principais variáveis que condicionam o desempenho da Empresa, nomeadamente nos custos de financiamento e nos preços dos combustíveis, espera-se que os resultados a atingir se posicionem favoravelmente relativamente aos de 1994.

Em reforço desta expectativa será de salientar não se prever a necessidade de novas dotações extraordinárias destinadas ao Fundo de Pensões e à Correção de Hidraulicidade.

Será também 1995 o ano em que a CPPE tenderá a normalizar a sua actuação, depois de um 1994 necessariamente mais agitado pelas profundas alterações orgânicas introduzidas, decorrendo certamente daí uma capacidade acrescida para se atingir uma maior eficiência e racionalidade económica.

Em síntese, e na assunção de que não ocorrerão durante o ano de 1995 eventos ou situações que hoje não se possam prever e que na altura não se possam controlar, considera-se haver efectivamente razões objectivas que levam a pensar que o exercício de 1995 deverá terminar com um nível de resultados superior ao de 1994.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração, nos termos do Art.º 25º dos Estatutos da CPPE, propõe que o resultado líquido do exercício de 1994, no valor de 9.274.480.582\$00, tenha a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal.....	927.448.058\$00
Para Dividendos	6.310.000.000\$00
Para Distribuição de Resultados aos Corpos Gerentes	2.108.427\$00
Para Distribuição de Resultados aos Trabalhadores	440.700.000\$00
Para Resultados Transitados	1.594.224.097\$00

Nota Final

Na sequência da criação da Empresa resultante da reestruturação da EDP, SA e em Assembleia Geral realizada em 18 de Agosto de 1994 foram eleitos os membros do Conselho de Administração que assumiu a seguinte composição: Presidente, Eng. Joaquim Serrão da Silva Correia ; Vogais, Eng. Arnaldo Figueiroa Navarro Machado e Eng. Diogo de Sousa Almeida Luz.

Já no decurso do presente exercício e em Assembleia Geral realizada em 25 de Janeiro, foram eleitos para Presidente do Conselho de Administração o Eng. Arnaldo Figueiroa Navarro Machado e para Vogal o Eng. Jorge Manuel Ribeirinho Soares Machado.

No fecho do Relatório de Exercício de 1994 o Conselho de Administração quer deixar expresso o seu especial apreço aos Quadros e restantes Colaboradores da CPPE pela dedicação e elevado profissionalismo evidenciados no exercício das suas funções.

O Conselho de Administração agradece também o importante apoio recebido do Conselho de Administração da EDP, SA e manifesta o seu reconhecimento ao Conselho Fiscal pela solícita e indispensável colaboração prestada.

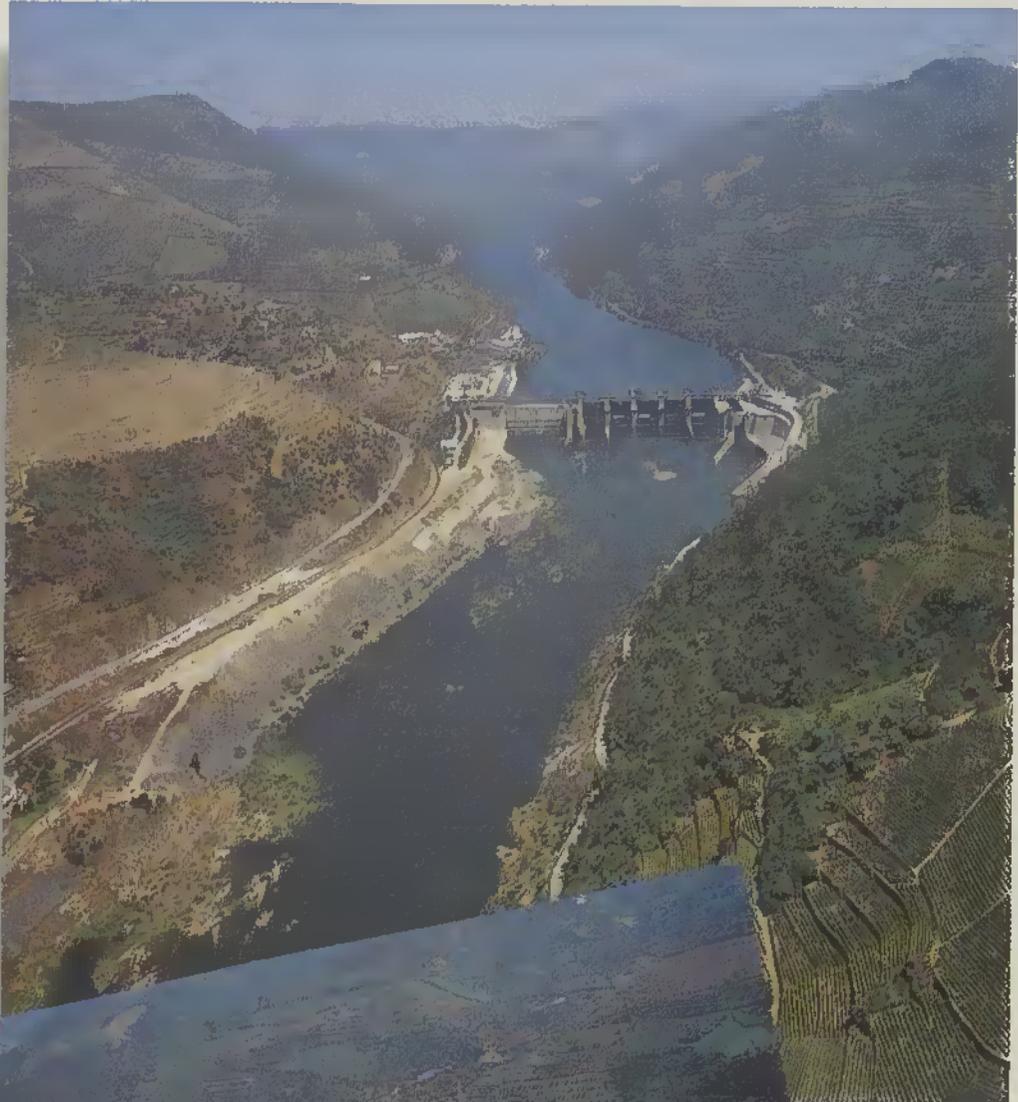
Lisboa, 22 de Fevereiro de 1995

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado
– *Presidente*

Diogo de Sousa Almeida Luz – *Vogal*

Jorge Manuel Ribeirinho Soares Machado
– *Vogal*



BALANÇO ANALÍTICO EM 31-12-94

ACTIVO		Exercício		
		1994		
		AB	A / P	AL
Notas				
	IMOBILIZADO:			
03.a.	imobilizações incorpóreas			
	Despesas de instalação	10.015.520	333.850	9.681.670
		10.015.520	333.850	9.681.670
03.b./10.	Imobilizações corpóreas:			
	Edifícios e outras instalações	479.602.773	37.582.411	442.020.362
	Equipamento básico	1.806.729.561.162	899.643.566.992	967.085.994.170
	Equipamento de transporte	630.407.528	432.734.702	197.672.826
	Ferramentas e utensílios	680.502.623	594.612.015	85.890.608
	Equipamento administrativo	2.320.309.516	1.517.169.486	803.140.030
	Diferenças de câmbio	10.295.365.241	255.999.901	10.039.365.340
	Outras imobilizações corpóreas	76.888.945	49.146.446	27.742.499
	Imobilizações em curso	47.825.572.853		47.825.572.853
	Adiantamento p/conta imob. corpóreas	160.000.000		160.000.000
03.d.	Aproveit. fins mult. (parte não electa)			
	Produção hidroeléctrica	3.360.336.532		3.360.336.532
	Obras em curso	9.490.162		9.490.162
		1.872.568.037.335	842.530.811.953	1.030.037.225.382
03.c./10.	Investimentos financeiros:			
	Partes de capital em empresas do grupo	641.154.867		641.154.867
	Títulos e outras aplicações financeiras	61.500.000		61.500.000
		702.654.867		702.654.867
	CIRCULANTE:			
03.e.	Existências:			
	Matérias primas subs. e consumo	10.633.469.590		10.633.469.590
42.	Produtos e trabalhos em curso	41.867.387		41.867.387
	Adiantamentos por conta de compras	27.708.071		27.708.071
		10.703.045.048		10.703.045.048
	Dívidas de terceiros-Curto prazo:			
	Clientes c/c	20.034.184.272		20.034.184.272
23./34.	Clientes de cobrança duvidosa	29.295.835	19.577.138	9.718.697
48.g.	Estado e outros entes públicos	705.667.936		705.667.936
48.b.	Outros devedores	10.432.933.624		10.432.933.624
		31.202.061.667		31.182.504.529
	Depósitos bancários e caixa:			
	Caixa	11.310		11.310
		11.310		11.310
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
	Acréscimos de proveitos	110.737		110.737
48.a.	Custos diferidos	54.700.276		54.700.276
		54.811.013		54.811.013
	Total de amortizações		842.531.145.803	
	Total de provisões		19.577.138	
	Total do activo	1.915.240.656.760	842.550.722.941	1.072.689.933.819

DIRECÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

O Técnico de Contas

Vitor Manuel Nunes da Carmo

DIRECÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

O Director

Adelberto Fernando da Cunha

Unidade: Escudos

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Notas		Exercício
		1994
CAPITAL PRÓPRIO:		
36./37./40.	Capital	248.800.000.000
40.	Ajustamento partes capital em filiais e associadas	41.954.867
40.	Reservas:	
40.	Outras	246.812.585.079
40.	Resultados transitados	75.756.403
	Subtotal	493.730.296.349
40.	Resultados líquidos	9.274.480.582
	Total do capital próprio	503.004.776.931
PASSIVO:		
34.	Provisões para riscos e encargos	
03.j.	Pensões	2.485.556.097
48.c.	Outras provisões p/ riscos e encargos	6.389.499.538
		8.875.054.635
Dívidas a terceiros-Médio Prazo:		
	Accionistas (Sócios)	363.946.603.887
	Outros credores	63.245.701
03.d.	Particip. Estado p/ Aproveit. de lins múltiplos	3.006.418.000
		367.016.267.588
Dívidas a terceiros-Curto Prazo:		
	Dívidas a instituições de crédito	889.982.989
	Accionistas (Sócios)	102.233.853.278
	Fornecedores	4.746.382.535
	Fornecedores de Imobilizado c/c	6.639.665.195
48.g.	Estado e outros entes públicos	5.658.844.838
48.b.i.	Outros credores	33.824.019.904
		153.992.748.739
Acréscimos e Diferimentos:		
48.a.	Acréscimos de custos	27.691.929.973
48.a.	Provetos diferidos	12.109.155.953
		39.801.085.926
	Total do Passivo	569.685.156.888
	Total do Capital Próprio e do Passivo	1.072.689.933.819

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Amalido Pedro Figueirôa Navarro Machado - *Presidentia*Diogo da Sousa Almeida Luz - *Vogal*Jorge Manuel Ribeirinho Soares Machado - *Vogal*

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31-12-94

CUSTOS E PERDAS		Exercício	
Notas		1994	
41.	Custo das existências vendidas e consumidas		
	Electricidade	1.225.843	
	Combustíveis p/prod. electricidade	45.410.303.082	
	Materials diversos	801.921.588	46.213.450.513
	Fornecimentos e serviços externos		13.150.834.700
	Custos com pessoal		
	Remunerações:		
43.	Remunerações dos órgãos sociais	4.150.455	
	Remunerações do pessoal	8.865.392.023	
	Encargos sociais:		
03.j.	Complemento de pensões de reforma	399.016.642	
	Prémios para pensões	420.409.371	
	Encargos s/remunerações	2.013.903.064	
	Custos de acção social	750.764.486	
	Outros	461.312.116	12.914.948.157
10.b.	Amortizações do exercício	45.402.516.295	
34.	Provisões do exercício	19.577.138	45.422.093.433
	Impostos:		
	Impostos indirectos	45.637.443	
	Impostos directos	9.088.199	54.725.642
	Outros custos e perdas operacionais		180.387.093
48.d.	Rendas de concessões e c. electroprodutores		1.010.494.202
48.f.	Correcção de Hidraulicidade - Agravamento do exercício		1.899.371.272
	A - Custos e Perdas Operacionais		120.845.805.012
45.	Custos e perdas financeiras		
	Juros	49.616.048.834	
	Diferenças de câmbio desfavoráveis	2.541.444.180	
45.a.	Outros custos e perdas financ. e similares	330.573.176	52.488.066.190
	C - Custos e perdas correntes		173.333.871.202
	Custos e perdas extraordinárias		
	Perdas em existências	5.566.379	
	Perdas em imobilizações	105.368.230	
	Correcções relativ. a exercícios anteriores	1.508.162.780	
46.a.	Outros custos e perdas extraordinárias	29.700.013.529	31.319.110.918
	E - Custos e perdas do exercício		204.652.982.120
48.g.	Imposto s/rendimento do exercício (Estimado)		4.669.281.026
	G - Custos totais		209.322.263.146
	Resultado líquido do exercício		9.274.480.582
	Total		218.596.743.726
	Resultados operacionais	(B)-(A)	
	Resultados financeiros	[(D)-(B)]-(C)-(A)]	
	Resultados correntes	(D)-(C)	
	Resultados antes de impostos	(F)-(E)	
	Resultado líquido do exercício	(F)-(G)	

DIRECÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

O Técnico de Contas

Vitor Manuel Nunes do Carmo

DIRECÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

O Director

Adalberto Fernando da Cunha

		Unidade: Escudos	
		PROVEITOS E GANHOS	
Notas		Exercício	
		1994	
41.	Vendas		
	De energia eléctrica	197.185.790.704	
	Outras	1.154.471.010	
	Prestações de serviços	11.851.934	199.352.113.648
42.	Variação da Produção		
	Produtos e trabalhos em curso:		
	Existências finais	41.867.387	
	Existências Iniciais	166.889.536	-125.022.149
48.e.	Trabalhos para a própria empresa	6.934.735.972	
	Proveitos suplementares	75.803.610	
48.f.	Correcção de hidraul - Dif. do exercício	420.114.833	7.430.654.415
B - Proveitos e Ganhos Operacionais			205.657.745.914
45.	Proveitos e Ganhos Financeiros		
	Rendimentos de participações de capital	21.200.000	
	Rendim. de tit. negoc. e out. aplic. financ.	2.812.939	
	Outros juros e proveitos similares	5.984.591	
	Diferenças de câmbio favoráveis	4.092.836.530	4.122.814.460
D - Proveitos e ganhos correntes			209.780.560.374
46.	Proveitos e ganhos extraordinários		
	Ganhos em imobilizações	202.327.120	
	Reduções de amortizações e de provisões	6.634.161.079	
	Correcções relat. exercícios anteriores	389.376.745	
	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.500.318.410	8.816.183.354
F - Proveitos Totais			210.596.743.728
			84.811.940.802
			-48.365.251.730
			36.446.669.172
			13.943.761.608
			9.274.480.582

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Amaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado - Presidente
 Diogo de Sousa Almeida Luz - Vogal
 Jorge Manuel Ribeirinho Soares Machado - Vogal

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

Unidade: Milhares de Contos

Funções de Exploração		1994
Vendas e Prestação de Serviços	(+)	198.352
Custos da Função Produção	(-)	111.642
RESULTADOS BRUTOS	(=)	86.710
Custos da Função Administrativa	(-)	7.035
Custos da Função Informática	(-)	100
Custos Complementares de Assistência	(-)	177
Reforço de Provisões	(-)	20
Outros Proveitos Operacionais	(+)	496
RESULTADOS OPERACIONAIS	(=)	79.874
Proveitos Financeiros	(+)	4.123
Custos Financeiros	(-)	47.550
RESULTADOS CORRENTES	(=)	36.447
Proveitos e Ganhos Extraordinários	(+)	8.816
Custos e Perdas Extraordinárias	(-)	31.319
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	(=)	13.944
Imposto sobre o Rendímento	(-)	4.669
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(=)	9.274
FUNÇÕES DE INVESTIMENTO (TPE) (*)		6.935
Enc. financeiros + Diferenças de Câmbio		4.938
Custos de Estrutura		1.994
Outros		3

(*) Parte Realizada com meios da Própria Empresa

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

00 - Introdução

a) Objecto e detentores do capital

A CPPE - Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A., tem por objecto a produção e venda de energia sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias ou alheias, sob a obrigação de garantir, em última instância, a evolução sustentada do sistema electroprodutor nacional, e é totalmente detida pela EDP - Electricidade de Portugal S.A..

b) Constituição

A constituição da Empresa reporta-se a 1 de Janeiro de 1994 e o seu património foi constituído por destaque da EDP- Electricidade de Portugal, S.A. nos termos do Decreto-Lei nº 7/91 de 8 de Janeiro, e de harmonia com a deliberação da sua Assembleia Geral, tomada no dia 18 de Agosto de 1994.

c) Regime de Preços

As vendas de energia destinam-se a um único cliente (REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.) que faz parte do Grupo EDP, sendo os preços fixados através de uma tarifa interna.

d) Indicações gerais

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade Português (POC). As notas números 05, 09, 13, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 26, 27, 28, 30, 33, 35, 38, 39 e 47 não estão incluídas neste anexo, por não serem aplicáveis ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras.

Os valores indicados são expressos, salvo indicação em contrário, em milhares de escudos.

01 - Principios Contabilísticos

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos e na base da continuidade das operações da Empresa, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

02 - Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Os princípios da consistência e comparabilidade das demonstrações financeiras não se aplicam por motivo de a Empresa ter sido constituída em 01/01/94, conforme consta da sua acta de constituição.

03 - Critérios Contabilísticos e Valorimétricos

a) Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são constituídas essencialmente por custos relacionados com Estudos e Projectos. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e são efectuadas dentro dos limites das taxas legalmente fixadas.

b) Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas estão mostradas pelos valores de reavaliação que resultam do processo de Reestruturação da EDP, S.A. em referência a 01/01/94 e ao custo de aquisição ou construção para os bens adquiridos no exercício, líquidos das amortizações acumuladas. As imobilizações incluem encargos financeiros e diferenças de câmbio capitalizados durante a fase de construção, resultantes de empréstimos contraídos para as financiar, bem como encargos de estrutura.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, a taxas específicas segundo uma tabela aprovada nos termos do Artº. 39 do Estatuto da EDP-EP, por despacho do Secretário de Estado da Energia e Indústrias de Base de 79.02.01 e do Secretário de Estado do Orçamento de 79.03.28, de forma a reintegrarem os activos durante a vida útil estimada para cada classe de imobilizações. Os encargos financeiros, as diferenças de câmbio e os encargos de estrutura imputados às imobilizações são amortizados às mesmas taxas das classes de imobilizado que afectam.

Os imobilizados subsidiados são amortizados na mesma base e às mesmas taxas das restantes imobilizações da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em Proveitos e Ganhos Extraordinários e em Acréscimos e Diferimentos - Subsídios Para Investimento, efectuados durante um período de 30 anos, equivalente à vida útil média das imobilizações da Empresa.

As despesas de reparação e manutenção correntes do imobilizado são consideradas como custos do ano em que ocorrem. As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias são consideradas como custos diferidos e transferidas para resultados num período máximo de 6 anos.

c) Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações registadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido do valor correspondente à proporção dos resultados líquidos das Associadas e do valor correspondente à proporção nas restantes rubricas do Capital Próprio. No caso das participações inferiores a 20 %, os investimentos financeiros são mostrados ao custo.

d) Aproveitamentos de Fins Múltiplos (parte não afectada)

Estão valorizados a custo de construção, incluindo-se nestes ainda os encargos de estrutura, como indicado na alínea i).

Não são efectuadas amortizações sobre o valor atribuído à parte dos aproveitamentos que não está afectada à produção de energia eléctrica.

O valor atribuído ao investimento da responsabilidade do Estado nos aproveitamentos de fins múltiplos de Agueira e Raiva, é determinado pela aplicação da percentagem provisória de 50 % aos custos directos acumulados desses aproveitamentos à data do Balanço.

A participação recebida do Estado relativamente a estes aproveitamentos é mostrada no passivo a médio e longo prazo.

e) Existências

Estão valorizadas ao custo de aquisição, no caso de existências adquiridas no exterior, e ao custo de produção no caso das existências produzidas internamente, sendo as saídas de armazém (consumos) valorizadas ao custo médio.

f) Dívidas a terceiros em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são contabilizadas ao câmbio em vigor na data das operações. No final do ano os saldos em moeda estrangeira são actualizados aos câmbios em vigor na data do Balanço, sendo as respectivas diferenças cambiais contabilizadas como indicado na alínea h).

g) Custos Diferidos

Despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias são contabilizadas em Acréscimos e Diferimentos - Custos Diferidos e transferidas para resultados no período máximo de 6 anos.

h) Encargos Financeiros e Diferenças de Câmbio

Os encargos financeiros são repartidos entre os que são considerados como resultantes de empréstimos contraídos para financiar os imobilizados em curso, calculados pela aplicação de uma taxa de juro média sobre o valor médio dos investimentos em curso, e os considerados como resultantes de outros empréstimos. Os primeiros são imputados a Imobilizações em Curso, sendo os outros contabilizados em resultados do exercício (Nota 11).

As diferenças de câmbio têm igual tratamento aos encargos financeiros. Este critério tem justificação contabilística na especificidade do financiamento da Empresa, e numa mais correcta expressão patrimonial e económico-financeira da Empresa.

i) Encargos de Estrutura

Os encargos gerais da Estrutura são repartidos entre o investimento (Encargos de estrutura - Nota 48.e) e os resultados, em função de determinadas proporções, sendo a parte referente ao investimento posteriormente imputada aos diversos empreendimentos em curso.

j) Pensões de Reforma e Sobrevivência

A Empresa tem a responsabilidade de conceder complementos de pensões de reforma e sobrevivência na parte que excede as que são concedidas pela Segurança Social.

Esta responsabilidade encontrava-se, no final do exercício de 1994, totalmente coberta e transferida para um Fundo de Pensões.

Em conformidade com o Estatuto Unificado do Pessoal, o pessoal da Empresa tem a possibilidade de optar pela pré-reforma quando se encontra nas condições nesse Estatuto definidas. Deste modo, foi criada uma provisão para reformas antecipadas que se destina a cobrir os custos com futuras situações de pré-reforma.

l) Provisão para actos médicos

Os trabalhadores da Empresa mantêm o direito à assistência médica quando passam à situação de reforma ou pré-reforma. Deste modo, os custos com assistência médica relacionados com os activos são considerados nos custos dos exercícios em que ocorreram, enquanto que as responsabilidades futuras com os actuais e futuros reformados, pensionistas e pré-reformados estão totalmente cobertas através de uma provisão especificamente criada, cujo montante corresponde ao valor apurado à data da Reestruturação da EDP, S.A.

m) Correção de Hidraulicidade

A Correção de Hidraulicidade constitui um mecanismo instituído legalmente (Decreto-Lei nº. 338/91) de compensação dos custos variáveis da produção de energia eléctrica.

Em anos secos o sistema termoeléctrico é sobreutilizado e os gastos de combustíveis ou a importação de electricidade aumentam significativamente. Em anos húmidos a situação inverte-se.

As tarifas são calculados tendo em conta os custos de exploração de um ano em condições hidrológicas médias.

Assim, para manter a estabilidade tarifária e para evitar distorções nos resultados, os encargos com combustíveis e importação de electricidade, contabilizados na Demonstração de

Resultados, são corrigidos positiva ou negativamente, em função da hidraulicidade ser favorável ou desfavorável.

Os movimentos expressos na Demonstração de Resultados correspondem à quota-parte da Empresa para a dotação do "Nível de Referência" da Correção de Hidraulicidade em 1994.

A Correção de Hidraulicidade constitui um Fundo único para a totalidade do Grupo EDP, sendo gerido centralmente pela Holding.

O nível de referência deste Fundo foi fixado em 77.7 milhões de contos a preços de 31 de Dezembro de 1994, encontrando-se totalmente dotado no final do exercício.

04 - Câmbios Utilizados

As cotações cambiais utilizadas para conversão dos saldos a receber e a pagar em moeda estrangeira existentes na data do Balanço foram as do Banco de Portugal - cotações oficiais de divisas (indicativas) em 1994/12/31, conforme se indicam de seguida:

USD	159.093	MOP	19.962	DKK	26.151
DEM	102.707	NLG	91.710	IEP	246.13
FRF	29.786	BEF	4.9972	GRD	.6621
GBP	248.879	CHF	121.360	CAD	113.29
ESP	1.2088	JPY	1.5958	ATS	14.596
XEU	195.174	SEK	21.337	FIM	33.570
ITL	.09799	NOK	23.533	ZAR	44.887
				AUD	123.42

06 - Impostos Sobre o Rendimento

A Sociedade será tributada pelo lucro consolidado na Sociedade consolidante (EDP - Electricidade de Portugal, S.A.), ao abrigo de Despacho do Ministério das Finanças, sendo a sua autorização válida por um período de 5 exercícios (1994 a 1999).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos (dez anos para a Segurança Social). Na opinião da Administração da Sociedade não é previsível a ocorrência de qualquer responsabilidade adicional relativamente ao exercício de 1994 que seja significativa para as demonstrações financeiras.

07 - Pessoal ao Serviço da Empresa

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa durante o exercício foi de 2290 empregados, não existindo assalariados.

08 - Despesas de Instalação, Investigação e Desenvolvimento

A Rubrica Despesas de Instalação inclui essencialmente custos com estudos e projectos.

10 - Imobilizações Corpóreas

a) Activo Bruto

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
Despesas de Instalação		10,016			10,016
Total (1)		10,016			10,016
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
Edifícios e outras instalações	421,823		22,243	80,023	479,603
Equipamento básico	1,796,090,567	177,255	2,556,502	16,378,578	1,810,089,898
Equipam. Técnico Específico	1,795,758,185	159,160	2,552,533	16,380,111	1,809,744,923
Produção de Electricidade	1,795,758,185	3,185	2,552,533	16,536,086	1,809,744,923
Produção Hidroeléctrica	1,172,267,189	3,040	246,805	16,364,561	1,188,387,985
Produção Térmica	620,209,965	113	2,305,728	92,251	617,996,601
Aprov. Fins Múlt. (parte n/afecta)	3,281,031	32		79,274	3,360,337
Transporte		155,975		(155,975)	0
Outro Equipamento Básico	332,382	18,095	3,969	(1,533)	344,975
Equipamento de transporte	596,405	113,921	81,213	1,292	630,405
Ferramentas e utensílios	649,171	35,613	8,488	4,204	680,500
Equip. administ. (Excep. Informática)	1,498,413	112,765	10,156	(4,349)	1,596,673
Equipamento de Informática	579,112	148,157	3,765	133	723,637
Diferenças de câmbio	9,396,938			898,428	10,295,366
Outras imobilizações corpóreas	75,736	1,154			76,889
Subtotal (2.1)	1,809,308,164	568,865	2,682,367	17,358,309	1,824,572,971
Imobilizações em curso	45,306,564	19,106,841	689,402	(15,898,429)	47,825,574
Aproveit. fins mult. (parte não afecta)	29,969	27,963		(48,442)	9,490
Adiantamento p/conta imob. em curso				160,000	160,000
Subtotal (2.2)	45,336,533	19,134,804	689,402	(15,786,871)	47,995,064
Total (2)	1,854,644,697	19,723,669	3,371,769	1,571,438	1,872,568,035
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
Partes de Capital	639,500	63,155			702,655
Total (3)	639,500	63,155			702,655
Total Geral (1)+(2)+(3)	1,855,284,197	19,796,840	3,371,769	1,571,438	1,873,280,706

b) Amortizações e Provisões

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇOS	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
Despesas de Instalação		334		334
Total (1)		334		334
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
Edifícios e outras instalações	39,656	73,996	(76,071)	37,581
Equipamento básico	796,864,776	44,882,883	(2,104,091)	839,643,568
Equipamento Técnico Específico	796,701,322	44,854,553	(2,106,670)	839,449,205
Produção de Electricidade	796,701,322	44,854,553	(2,106,670)	839,449,205
Produção Hidroeléctrica	512,602,620	24,261,884	(167,929)	536,696,575
Produção Térmica	284,098,702	20,592,669	(1,938,741)	302,752,630
Outro Equipamento Básico	163,454	28,330	2,579	194,363
Equipamento de transporte	436,980	62,502	(66,747)	432,735
Ferramentas e utensílios	553,949	34,447	6,213	594,609
Equip. administrativo (Excepto Informática)	1,137,555	85,871	17,510	1,240,936
Equip. de Informática	173,199	101,535	1,504	276,238
Diferenças de câmbio	97,409	158,593		256,002
Outras imobilizações corpóreas	46,786	2,360		49,146
Total (2)	799,350,310	45,402,187	(2,221,682)	842,530,815
Total Geral (1) + (2)	799,350,310	45,402,521	(2,221,682)	842,531,149

c) Observações

Nas imobilizações próprias o equipamento básico inclui todos os equipamentos relacionados com a produção de energia eléctrica, conjuntamente com os respectivos edifícios e instalações.

11 - Capitalização dos Custos Financeiros

De acordo com o critério contabilístico definido na Nota 03.h, foram capitalizados no exercício em imobilizações em curso os seguintes montantes:

RUBRICAS	JUROS DE FINANCIAMENTO	DIFERENÇAS DE CÂMBIO	TOTAL
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO			
Equipamento básico	5,381,299	(443,711)	4,937,588
Equipamento Técnico Específico	5,381,299	(443,711)	4,937,588
Produção de Electricidade	5,369,556	(444,293)	4,925,263
Produção Hidroelétrica	4,298,780	(356,350)	3,942,431
Produção Térmica	1,070,775	(87,943)	982,832
Estudos e Projectos	11,743	582	12,325
Total	5,381,299	(443,711)	4,937,588

12 - Reavaliação das Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas foram reavaliadas ao abrigo de Diplomas Legais e em resultado do processo de Reestruturação da EDP - Electricidade de Portugal, S.A., tendo os montantes que daí resultaram sido incorporados no Capital Próprio da Empresa na sua constituição.

14 - Outras Informações Relativas às Imobilizações

a) No que respeita à sua localização e afectação (valores líquidos):

Rubricas	Valor
Afectas à produção de Electricidade	1,018,289,848
Produção Hidroelétrica	688,308,904
Produção Térmica	326,611,117
Aprov. fins múltiplos (parte n/afecta)	3,369,827
Não específicas	11,719,650
Implantadas em propriedade alheia	27,727

b) No que respeita aos custos financeiros nelas capitalizados no exercício:

Juros de financiamento	5,381,299
Diferenças de câmbio	(443,711)

16 – Investimentos Financeiros

FIRMA E SEDE	CAPITAL DETIDO (%)	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	
			ANO	VALOR
MRH - Mudança e Recursos Humanos, S.A. Rua Cova da Moura, 2 - 4.º, Lisboa	10.0	99,870	1994	139,672
SÃVIDA - Medicina Apoiada, S.A. Avenida Casal Ribeiro, 15 - 6.º, Lisboa	10.0	115,008	1994	91,494
HIDRORUMO - Projecto e Gestão, S.A. Rua do Bolhão, 36, Porto	40.0	800,000	1994	14,623
PROET - Projectos, Engenharia e Tecnologia, S.A. Avenida dos Estados Unidos da América, 55 - 2.º, Lisboa	40.0	740,275	1994	82,263
EDINFOR - Sistemas Informáticos, S.A. Rua Particular EDP à Rua Cidade de Goa, Sacavém	10.0	503,659	1994	64,659

a) A Empresa não procede à consolidação das Demonstrações Financeiras, atendendo ao facto de que serão consolidadas na sociedade dominante, EDP, S.A.

22 - Valor das Existências que se Encontram Fora da Empresa

Combustíveis para produção de electricidade	1,459,514
Materiais Diversos	40,330
Total	1,499,844

23 - Dívidas de Cobrança Duvidosa

Clientes de cobrança duvidosa	29,296
-------------------------------	--------

25 - Dívidas ao Pessoal

Valores a receber	34,489
Valores a pagar	253

29 - Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo

O saldo da conta accionistas corresponde a empréstimos da EDP, S.A. (Holding do Grupo) e representa a quota-parte "afecta internamente, em termos de Grupo à Empresa" da dívida de financiamento de terceiros globalmente mantida na Holding.

31 - Compromissos Financeiros

Os compromissos contratuais para aquisição de imobilizado são, à data do Balanço, de 742 277.

32 - Responsabilidades Contingentes

A responsabilidade da Empresa por garantias prestadas ascende a 1 348 818. Estas garantias são constituídas quase totalmente por garantias bancárias. Foram prestadas na sua quase totalidade a tribunais, alfândegas e fornecedores. Não existem garantias reais.

34 - Movimento das Provisões

RUBRICAS	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Para Dívidas de Clientes		19,577		19,577
Para Riscos e Encargos	14,300,915	1,208,112	6,633,972	8,875,055
Total	14,300,915	1,227,689	6,633,972	8,894,632

a) O saldo inicial das Provisões Para Riscos e Encargos resultou do valor das responsabilidades por pensões de reforma e actos médicos assumidos pela Empresa, em resultado do processo de Reestruturação da EDP, S.A.

36 - Capital - Nº. de Acções e Valor Nominal

O capital está representado por 246 800 000 acções escriturais nominativas com o valor de 1 000\$00 cada uma, encontrando-se totalmente realizado.

37 - Capital - Detentores

O capital é detido a 100 % pela EDP - Electricidade de Portugal, S.A.

40 - Movimento dos Capitais Próprios

RUBRICAS	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Capital	246,800,000			246,800,000
Reservas de Reavaliação				0
Ajust. de Partes de Cap.em Associadas		41,955		41,955
Reservas				0
Reserva Legal				0
Reserva para Investimentos				0
Reserva para Fins Sociais				0
Outras reservas	246,812,585			246,812,585
Resultados Transitados		75,756		75,756
Resultado Líquido do Exercício		9,274,480		9,274,480
Total	493,612,585	9,392,191	0	503,004,776

a) Em conformidade com os Estatutos da Empresa, para a Reserva Legal é obrigatória a dotação com um mínimo de 10 % dos lucros a apropriar. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

b) As Outras Reservas incluídas nos capitais próprios da Empresa representam a parte do património líquido, transferido para a CPPE, S.A. no acto da Reestruturação da EDP, S.A., não coberto pelo Capital Social.

Na constituição da Empresa a parte do património líquido não coberta pelo Capital Social ficou a constituir uma Reserva considerada equivalente, apenas para este efeito, a um "Prémio de Emissão".

c) O movimento do exercício dos Resultados Transitados foi o seguinte:

Saldo Inicial	0
Aumento do Ano	75 756
Saldo Final	75 756

Este movimento refere-se a ajustamentos efectuados aquando da constituição da Empresa.

41 - Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Rubricas	Electricidade	Mat. Primas, Subsidiárias e de Consumo		Total
		Combustíveis	Mat. Diversos	
Existências Iniciais		9.277.107	1.531.516	10.808.623
Compras e Produções Internas	1.226	44.699.734	942.055	45.643.015
Regularização de Existências		(345.162)	3.092	(342.070)
Combustíveis em Tránsito		737.352		737.352
Existências Finais		8.958.728	1.674.741	10.633.469
Custo do Exercício	1.226	45.410.303	601.922	46.213.461

42 - Variação da Produção

Os movimentos desta rubrica foram os seguintes:

Existências finais	41,867
Existências iniciais	166,889
Variação do exercício	(125,022)

43 - Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos Órgãos Sociais referem-se ao período entre a constituição da Empresa e o final do exercício e são as seguintes:

Conselho de Administração	3 192
Conselho Fiscal	1 701
Mesa da Assembleia Geral	
Total	4 893

44 - Vendas e Prestações de Serviços

Decomposição dos valores evidenciados na Demonstração de Resultados por actividades e por mercados (interno e externo).

Rubricas	Valores	
Vendas		
De Energia Eléctrica - Mercado Interno		
Em Alta Tensão	197,183,266	
Em Média Tensão	55	
Em Baixa Tensão	2,469	197,185,791
Outras - Mercado Interno		
Vapor	605,204	
Cinzas	549,130	
Materiais Diversos	137	1,154,471
Prestações de Serviços - Mercado Interno		11,852
Total		198,352,114

a) As vendas de energia eléctrica são efectuados na totalidade para um único cliente do Grupo (REN-Rede Eléctrica Nacional, S.A.), sendo a tarifa aplicada fixada internamente.

45 - Demonstração dos Resultados Financeiros

Custos e Perdas	Valor	Proveitos e Ganhos	Valor
Juros suportados	49,616,049	Juros obtidos	60
Diferenças de câmbio desfavoráveis	2,541,444	Rendimentos de Imóveis	2,813
Outros custos e perdas financeiras	330,573	Rendimentos de Particip. de Capital	21,200
		Diferenças de Câmbio Favoráveis	4,092,837
		Desc. de Pronto Pagamento Obtidos	5,850
		Outros Prov. e Ganhos Financeiros	54
Resultados financeiros	(48,365,252)		
Total	4,122,814	Total	4,122,814

a) A rubrica de *Outros Custos e Perdas Financeiras* inclui, entre outros, encargos com garantias bancárias no montante de 12 241 e juros de Correção de Hidraulicidade no valor de 312 145 (Nota 48.f).

b) Tal como está referido na nota 03.h, os juros de empréstimos e as diferenças de câmbio incluem o montante de 43 694 milhares de contos, debitados pela EDP - Electricidade de Portugal, S.A. na quota parte que afecta a exploração pela aplicação dos critérios definidos na mesma nota.

46 - Demonstração dos Resultados Extraordinários

Custos e Perdas	Valor	Proveitos e Ganhos	Valor
Donativos	15,134	Restituição de impostos	4
Perdas em Existências	5,566	Ganhos em Existências	8,550
Perdas em Imobilizações	105,368	Ganhos em Imobilizações	202,327
Multas e Penalidades	31	Reduções de Amortizações e Provisões	6,634,161
Correcções relat. a Exerc. Anteriores	1,508,163	Benefícios e Penalidades Contratuais	960,801
Outros custos e perdas Extraordinários	29,684,848	Correcções Relat. a Exerc. Anteriores	389,377
		Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	620,963
Resultados Extraordinários	(22,502,928)		
Total	8,816,183	Total	8,816,183

a) A rubrica de *Outros Custos e Perdas Extraordinárias* inclui:

Prémios para Pensões (reforço extraordinário do Fundo de Pensões)	5 425 861
Quota-parte da Empresa na dotação efectuada pela EDP-Electricidade de Portugal, S.A. para o Fundo de Correção de Hidraulicidade (Nota 48.i)	22 408 866
Dotação para Provisão para futuras reformas antecipadas (Nota 34)	1 208 112
Outros	642 009
Total	29 684 848

b) A rubrica de *Correções Relativas a Exercícios Anteriores* inclui:

Custos:	
Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas	347 706
Fornecimentos e serviços externos	320 018
Custos com Pessoal	36 486
Custos e perdas extraordinárias	458 496
Outros	345 457
Total	1 508 163
Proveitos	
Fornecimentos e serviços externos	84 183
Custos com pessoal	118 677
Vendas	12 349
Proveitos e ganhos extraordinários	173 452
Outros	716
Total	389 377

c) A rubrica *Reduções de Amortizações e Provisões*, inclui:

Utilização de provisões para reforço extraordinário do Fundo de Pensões	5 425 861	
Utilização de provisões para futuras reformas antecipadas (Nota 34)	1 208 111	6 633 972
Outros		190
Total		6 634 162

48 - Outras Informações

a) Acréscimos e Diferimentos

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro.

Rubricas	Valor
Reparações e beneficiações de imobilizado	23,593
Outros custos diferidos	31,107
Total	54,700

i) O movimento na rubrica *Reparações e Beneficiações de Imobilizado* foi o seguinte:

Saldo inicial	28 312
Acréscimos.....	0
Transferência para resultados.....	5 719
Saldo final.....	23 593

Acréscimos de custos

Rubricas	Valor
Férias e subsídios de férias	1 244 071
Outros acréscimos de custos	26 447 859
Total	27 691 930

i) A rubrica *outros acréscimos de custos* inclui o montante de 25 667 053, referente a correcção de facturação com a Rede Eléctrica Nacional, S.A.

Proveitos diferidos

Rubricas	Valor
Subsídios para Investimento	12 096 836
Outros proveitos diferidos	12 320
Total	12 109 156

i) A rubrica *Subsídios para Investimento* tem o seguinte movimento no exercício:

Subsídios recebidos e transferidos da EDP – Electricidade de Portugal, S.A. relativos a imobilizações transferidas para a Empresa	12 551 938
Subsídios recebidos no exercício	56 992
Compensação das amortizações dos imobilizados subsidiados	(512 094)
Saldo Final	12 096 836

b) Outros devedores e outros credores - Curto Prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro.

Outros Devedores	Valor
Devedores por fornecimento de outros bens e serviços	1 335 107
EDP/DFN - Sistema Financeiro-Conta Ligação	7 546 688
Cauções Prestadas a Terceiros	1 142 568
Devedores diversos	408 570
Total	10 432 934

Outros Credores	Valor
Credores por fornecimento de outros bens e serviços	7 745 480
Fornecedores de imobilizado com facturas em recepção e conferência	201 170
Credores Diversos	25 877 370
Total	33 824 020

i) A rubrica *credores por fornecimento de outros bens e serviços* inclui os montantes de: 6 565 307, correspondente à dotação extraordinária para o Fundo de Pensões e 974 997, referente a encargos de gestão da Holding.

ii) A rubrica *credores diversos* inclui o montante de 24 200 267, correspondente ao saldo da rubrica Correção de Hidraulicidade (Nota 48.f).

c) Provisão para riscos e encargos
Corresponde às seguintes provisões:

Para reformas antecipadas	2 485 555
Para actos médicos	6 389 500
Total	8 875 055

i) A rubrica *provisão para reformas antecipadas* destina-se a cobrir as responsabilidades futuras da Empresa com potenciais reformas antecipadas dos seus trabalhadores, não incluídas no Fundo de Pensões.

ii) A rubrica *provisão para actos médicos* destina-se a cobrir as responsabilidades futuras da Empresa com actos médicos dos actuais e futuros reformados, pensionistas e trabalhadores em situação de pré-reforma.

d) Rendas de Centros Electroprodutores

Esta rubrica refere-se a rendas de centros electroprodutores pagas às autarquias cuja circunscrição é atingida por zonas de influência de centros produtores de energia eléctrica.

e) Trabalhos para a Própria Empresa

Decomposição dos valores evidenciados na Demonstração de Resultados:

Rubricas	Valor
Consumo de Materiais	3 427
Encargos de Estrutura	1 994 016
Encargos Financeiros	5 381 299
Diferenças de Câmbio	(443 711)
Outros	(295)
Total	6 934 736

f) Correção de hidraulicidade

Neste exercício foram efectuados os seguintes movimentos relativos a esta rubrica:

Dotação para o Fundo de Correção de Hidraulicidade (quota parte da Empresa)	22 408 866
Custos operacionais – correcção de hidraulicidade (agravamento)	1 899 371
Proveitos operacionais – correcção de hidraulicidade (dif. do exercício)	420 115
Custos financeiros – correcção de hidraulicidade (juros)	312 145

Os custos e proveitos movimentados nesta rubrica, propostos pela EDP – Electricidade de Portugal, S.A., estão sujeitos à aprovação por Despacho do Ministro da Indústria e Energia.

g) Estado e Outros Entes Públicos

Decomposição dos valores evidenciados no Balanço:

Saldos devedores:	
IVA a recuperar	705 577
Imposto sobre rendimentos prediais	91
Total	705 668

Saldos credores:	
Retenção de impostos sobre o rendimento	135 469
IVA a pagar	645 748
Contribuição para Segurança Social	205 459
" - -	4 669 281
Restos dos impostos	2 883
Total	5 658 845

h) Inventário das Participações Financeiras

	Saldo em 01.01.94		
	Quant.	Unitário	Valor
Empresas Associadas			
HIDRORUMO - Projecto e Gestão, S.A.	320.000	1.000,00	320.000.000,00
PROET - Projectos, Engenharia e Tecnologia, S.A.	258.000	1.000,00	258.000.000,00
Outras Empresas			
MRH - Mudança e Recursos Humanos, S.A.	10.000	1.000,00	10.000.000,00
SÁVIDA - Medicina Apoiada, S.A.	11.500	1.000,00	11.500.000,00
EDINFOR - Sistemas Informáticos, S.A.	40.000	1.000,00	40.000.000,00
TOTAL			639.500.000,00

DIRECÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

O Técnico de Contas
Vitor Manuel Nunes do Carmo

DIRECÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

O Director
Adalberto Fernando da Cunha

Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas		Saldo em 31.12.94			Fracção do capital detidos
Ajustamento	Rendimento do Exercício	Quant.	Unitário	Valor	%
600.000,00	5.200.000,00	320.000	1.000,00	325.800.000,00	40
41.954.867,00	16.000.000,00	258.000	1.000,00	315.354.867,00	40
10.000	1.000,00	10.000.000,00	10		
11.500	1.000,00	11.500.000,00	10		
40.000	1.000,00	40.000.000,00	10		
41.954.867,00	21.200.000,00			702.654.867,00	

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado - Presidente
Diogo de Sousa Almeida Luz - Vogal
Jorge Manuel Ribeirinho Soares Machado - Vogal

Demonstração dos Fluxos de Caixa

MÉTODO INDIRECTO

ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado líquido do exercício			9.274.481
Ajustamentos:			
Amortizações			45.402.515
Provisões			-5.406.284
Resultados financeiros			48.365.252
Varição das dívidas de terceiros a curto prazo			-29.691.373
Aumento das existências			0
Varição das existências			325.398
Varição das dívidas a terceiros de curto prazo			68.428.754
Varição dos proventos diferidos			-471.468
Varição dos acréscimos de proventos			-111
Varição dos custos diferidos			5.754
Varição dos acréscimos de custos			26.538.452
Ganhos na alienação de imobilizações			0
Perdas na alienação de imobilizações			0
Fluxos das actividades operacionais(1)			182.771.371
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		0	
Imobilizações corpóreas		1.126.802	
Imobilizações incorpóreas		0	
Subsídios de investimento		0	
Dividendos		0	1.126.802
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		63.155	
Imobilizações corpóreas		22.038.259	
Imobilizações incorpóreas		10.016	22.111.430
Fluxos das actividades de investimento(2)			-20.984.628
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		0	
Aumentos de capital		41.955	
Subsídios e doações		0	
Vendas de acções próprias		0	
Correcções de exercícios anteriores		75.756	117.711
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		113.539.278	
Amortizações contratos loc. financ		0	
Juros e custos similares		48.365.252	
Dividendos		0	
Reduções de capital		0	
Aquisição de acções próprias		0	161.904.530
Fluxos das actividades de financiamento(3)			-161.786.819
VARIAÇÃO DE CAIXA E S/EQUIVALENTES		(4)=(1)+(2)+(3)	-76
CAIXA E S/EQUIVAL NO INICIO PERÍODO			87
CAIXA E S/EQUIVAL NO FINAL PERÍODO			11

Mapa de Origem e Aplicação de Fundos

Origem de Fundos		
Internas:		
Resultados Líquidos	9 274 481	
Amortizações e reintegrações do exercício	45 402 516	
Variação das provisões	-5 406 284	
Correcções de origens de exercícios anteriores	75 756	49 346 469
Externas:		
Movimentos Financeiros a Médio e Longo Prazo		
Ajustamento partes capital em empresas associadas	41 955	41 955
Aumentos das Dívidas a 3.º a Médio Longo Prazo		
Outros credores	61 118	61 118
Diminuição de Imobilizações		
Imobilizações corpóreas	1 126 802	1 126 802
Acréscimos e Diferimentos		
Custos diferidos	6 243	6 243
Diminuição dos Fundos Circulantes		85 584 341
		136 166 928

Varição dos Elementos dos Fundos Circulantes

Activas		
Aumento das Existências		
Materials diversos	140 692	140 692
Aumento das Dívidas de 3.º a Curto Prazo		
Cientes c/ gerais	19 629 983	
Cientes de cobrança duvidosa	29 296	
Estado e outros entes públicos	705 668	
Outros devedores	9 326 426	29 691 373
Acréscimos e Diferimentos		
Acréscimos de proveitos	110	
Outros custos diferidos	490	
Proveitos diferidos	16 366	16 966
		29 849 031
Diminuição dos Fundos Circulantes		85 584 341
		115 433 372

Unidade: Milhares de escudos

Aplicação de Fundos		
Movimentos Financeiros a Médio e Longo Prazo		
Accionistas (Sócios)	113 600 396	113 600 396
Aumentos das Imobilizações		
Investimentos financeiros		
Partes de capital em empresas associadas	63 155	
Trabalhos da Empresa para ela Própria		
Imobilizações em curso	1 997 144	
Aquisição de Imobilizações		
Imobilizações corpóreas	20 041 115	
Imobilizações incorpóreas	10 016	22 111 430
Acréscimos e Diferimentos		
Proveitos diferidos	455 102	455 102
		<u>136 166 928</u>
Aumento dos Fundos Circulantes		<u>0</u>
		<u>136 166 928</u>

Unidade: Milhares de escudos

Passivas		
Diminuição das Existências		
Produtos e Trabalhos em Curso	125 022	
Combustíveis para produção de electricidade	315 846	
Adiantamentos por conta de compras	25 222	466 090
Aumentos das Dividas a 3.ª a Curto Prazo		
Depósitos à ordem	519 467	
Accionistas (sócios)	49 173 496	
Fornecedores	45 326	
Fornecedores de Imobilizado c/c	694 258	
Estado e outros entes públicos	5 439 364	
Outros credores	32 556 843	88 428 754
Acréscimos e Diferimentos		
Acréscimos de custos	26 538 452	26 538 452
Diminuição das Disponibilidades		
Caixa	76	76
		<u>115 433 372</u>
Aumento dos Fundos Circulantes		<u>0</u>
		<u>115 433 372</u>



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de **CPPE - COMPANHIA PORTUGUESA DE PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 1994, a Demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, documentos que evidenciam um total de balanço de 1.072.689.934 contos e um total de capital próprio de 503.004.777 contos.

2. Conforme mencionado na Nota 2 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, a Sociedade foi constituída por destaque de património da EDP - Electricidade de Portugal, S.A., reportado a 1 de Janeiro de 1994, e de harmonia com a deliberação em Assembleia Geral em 18 de Agosto de 1994, pelo que não são aplicáveis comparativos em relação ao ano anterior.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

4. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

5. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras;
- a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade;
- a apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **CPPE - COMPANHIA PORTUGUESA DE PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE, S.A.** em 31 de Dezembro de 1994 e o resultado da suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

ÊNFASES

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os seguintes factos:

9.1 Devido ao cumprimento das regras estabelecidas em legislação específica pela qual se rege, e tal como está referido no Anexo (Nota 3), a Empresa derogou o princípio de especialização do exercício no que respeita à contabilização dos movimentos da Correção de Hidraulicidade. Assim, o saldo da Correção de Hidraulicidade mostrado no passivo como dívidas de terceiros-curto prazo na rubrica de outros credores, no montante de 24.200 milhares de contos, destina-se efectivamente a compensar a eventual ocorrência futura da situação de

hidraulicidade desfavorável. Em consequência deste critério específico, os resultados do exercício foram diminuídos na mesma extensão do saldo referido.

9.2 Tal como está referido na Nota 44 do Anexo, as vendas de energia eléctrica são efectuadas na totalidade a um cliente do Grupo EDP (REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.), sendo as tarifas fixadas internamente. Consequentemente, não nos foi possível determinar a extensão do efeito nos resultados caso a Empresa tivesse utilizado uma tarifa consubstanciada no custo de produção, tal como está previsto vir a ocorrer no futuro.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 1995

José Manuel Carlos Monteiro, VOGAL (ROC), em representação de A. Gândara & J. Monteiro, (SROC)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na lei e no contrato de Sociedade, compete-nos emitir o relatório anual sobre a acção fiscalizadora da Sociedade **CPPE – COMPANHIA PORTUGUESA DE PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE, S.A.**, referente ao exercício de 1994 e dar parecer sobre o relatório, as contas e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração.

Durante o exercício e no desempenho das funções que lhe são cometidas, o Conselho Fiscal procedeu com resultados satisfatórios e com frequência e extensão considerada aconselhável, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e sondagens aos respectivos registos e a outros elementos comprovativos.

O Conselho Fiscal, e bem assim o Revisor Oficial de Contas, acompanharam, de forma conjugada, o trabalho desenvolvido pelos auditores externos, cuja colaboração tem facilitado o exercício das suas funções.

O relatório do Revisor Oficial de Contas, cujo texto se anexa como parte integrante deste relatório, e a Certificação Legal das Contas pelo mesmo emitida, foram apreciadas pelo Conselho e merecem a sua concordância.

O relatório do Conselho de Administração explana a orientação da política seguida pela Empresa no exercício, bem como a proposta de actuação para o exercício de 1995.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados e o respectivo Anexo, satisfazendo os preceitos legais, reflectem a posição dos registos contabilísticos no fim do exercício e traduzem a situação financeira da Sociedade.

Os critérios valorimétricos adoptados na preparação das contas são os constantes do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados e conduzem a uma adequada avaliação do património social.

Foram cumpridas as formalidades legais e do contrato de sociedade sobre a prestação das contas e fiscalização da Sociedade, pelo que o Conselho Fiscal deliberou formular o parecer que segue em separado, o qual deverá ser presente ao accionista e publicado, como a lei impõe.

Senhores Accionistas,

Procedemos à acção fiscalizadora de CPPE – COMPANHIA PORTUGUESA DE PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE, S.A. nos termos do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais e do contrato de sociedade, em resultado da qual somos de parecer que:

- a) Aproveis o Relatório de Gestão e as contas referentes ao exercício de 1994;
- b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação dos resultados do exercício.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 1995

O CONSELHO FISCAL

Rui de Arriaga Féris Cunha
José de Oliveira Campos
José Manuel Carlos Monteiro, Vogal (ROC),
em representação de A. GÂNDARA & J. Monteiro
(SROC)

PARECER DOS AUDITORES EXTERNOS

Auditámos o Balanço de **CPPE – Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.**, em 31 de Dezembro de 1994, a Demonstração dos Resultados relativos ao exercício findo naquela data e o respectivo Anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração. A nossa responsabilidade consiste em expressarmos uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, com base na auditoria que realizámos.

A nossa auditoria foi realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria. Estas normas exigem que o nosso exame seja planeado e realizado de forma a obtermos uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras não contêm distorções de materialidade relevante.

Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, de evidência comprovativa dos valores e informações constantes das demonstrações financeiras. Inclui, também, a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e a avaliação das estimativas significativas feitas pelo Conselho de Administração, bem como da apresentação global da informação constante das demonstrações financeiras.

É nossa convicção que a auditoria que realizámos proporciona uma base razoável para a nossa opinião.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras atrás mencionadas apresentam de forma adequada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a situação financeira de **CPPE - COMPANHIA PORTUGUESA DE PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE, S.A.** em 31 de Dezembro de 1994, bem como os resultados das suas operações para o exercício findo nessa data, em

conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, derrogados no que respeita ao princípio de especialização dos exercícios como abaixo indicado no parágrafo 1.

Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os seguintes factos:

1. Devido ao cumprimento das regras estabelecidas em legislação específica pela qual se rege, e tal como está referido no Anexo (Nota 3), a Empresa derogou no exercício o princípio da especialização no que respeita à contabilização dos movimentos da Correção de Hidraulicidade. Assim, o saldo da Correção de Hidraulicidade mostrado no passivo como uma dívida a terceiros a curto prazo, na rubrica Outros credores, no montante de 24.200 milhares de contos, destina-se efectivamente a compensar a eventual ocorrência futura da situação de hidraulicidade desfavorável. Em consequência deste critério específico, os resultados do exercício foram diminuídos na mesma extensão do saldo referido.
2. Tal como esta referido na Nota 44 do Anexo, as vendas de energia eléctrica são efectuadas na totalidade a um cliente do Grupo EDP (REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.), sendo as tarifas fixadas internamente. Consequentemente, não nos foi possível determinar a extensão do efeito nos resultados caso a Empresa tivesse utilizado uma tarifa consubstanciada no custo de produção, tal como está previsto vir a ocorrer no futuro.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 1995

ERNST & YOUNG E CIA.

**EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA
GERAL DE ACCIONISTAS DA CPPE -
COMPANHIA PORTUGUESA DE PRODU-
ÇÃO DE ELECTRICIDADE, S.A. REALIZA-
DA EM 27 DE MARÇO DE 1995.**

Acta Número Três

"(...) tendo o representante da EDP, S.A., accionista único da Empresa, em cumprimento do mandato que lhe foi conferido pelo respectivo Conselho de Administração, declarado:

'Votar favoravelmente o Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de mil novecentos e noventa e quatro.'

Passando imediatamente ao ponto Dois da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa voltou a dar a palavra ao representante do accionista que, de acordo com o mandato já referido, ditou para a acta a seguinte declaração: 'Votar favoravelmente a seguinte proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração:

- Reserva Legal927 448 058\$00
(novecentos e vinte e sete milhões quatrocentos e quarenta e oito mil e cinquenta e oito escudos)

- Dividendos.....6 310 000 000\$00
(seis mil trezentos e dez milhões de escudos)

- Distribuição de Resultados
aos Corpos Gerentes2 108 427\$00
(dois milhões cento e oito mil quatrocentos e vinte e sete escudos)

- Distribuição de Resultados
aos Trabalhadores440 700 000\$00
(quatrocentos e quarenta milhões e setecentos mil escudos)

- Resultados Transitados1 594 224 097\$00
(mil quinhentos e noventa e quatro milhões duzentos e vinte e quatro mil e noventa e sete escudos)

(...)"







CPPE

Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.

*Sede Social: Av. Defensores de Chaves, 4 – 1000 LISBOA
Telef. (01) 352 53 53 – Fax (01) 353 92 72*